

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

VALDECIR BADZINSKI

REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE COMO CUIDADO FRENTE A
VIOLÊNCIA FAMILIAR

CURITIBA

2023

VALDECIR BADZINSKI

**REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE COMO CUIDADO FRENTE A
VIOLÊNCIA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Teologia, PPGT, Área de concentração Teologia Ético-social, Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito para a obtenção do título de mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Mário Antônio Sanches

**CURITIBA
2023**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

B138r Badzinski, Valdecir
2023 Referencialidade de parentalidade como cuidado frente à violência familiar /
Valdecir Badzinski; orientador: Mário Antônio Sanches. – 2023.
108 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2023
Bibliografia: f. 101-106

1. Teologia. 2. Violência familiar. 3. Poder familiar. 4. Apoio familiar.
I. Sanches, Mário Antônio. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 230



Programa de
**PÓS-GRADUAÇÃO
EM TEOLOGIA
PUCPR**

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 005.2023
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Aos vinte e oito dias de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniu-se às catorze horas, por videoconferência, a Banca Examinadora constituída pelos docentes: Prof. Dr. Mário Antonio Sanches, Prof. Dr. Edvaldo Antonio de Melo, Prof. Dr. Márcio Luiz Fernandes, para examinar a Dissertação do mestrando **Valdecir Badzinski**, ano de ingresso 2021, aluno do Programa de Pós-Graduação em Teologia, Área de concentração: Teologia Ético-Social - Linha de Pesquisa: "Teologia e Sociedade". O mestrando apresentou a dissertação intitulada "**REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE COMO CUIDADO FRENTE A VIOLÊNCIA FAMILIAR.**". O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, foi APROVADA pela Banca Examinadora, com indicação de publicação. A sessão encerrou-se às 15h:50m. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelo presidente da Banca Examinadora e pela coordenação do Programa. Os avaliadores participaram da banca de Defesa de Dissertação por videoconferência e estão de acordo com termos acima.

Prof. Dr. **Mário Antonio Sanches** - Presidente/Orientador

Prof. Dr. **Edvaldo Antonio de Melo** - Convidado Externo

Prof. Dr. **Márcio Luiz Fernandes** - Convidado Interno



Prof. Dr. **Rudolf Eduard von Sinner**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia
Stricto Sensu

REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE COMO CUIDADO FRENTE A VIOLÊNCIA FAMILIAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia, da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Teologia.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mário Antônio Sanches
Presidente da Banca
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Márcio Luiz Fernandes
Examinador interno
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Edvaldo Antonio De Melo
Examinador externo
Faculdade Dom Luciano

Curitiba, 28 de fevereiro de 2023.

RESUMO

O objeto de pesquisa tem como centralidade a “Referencialidade de Parentalidade como Cuidado Frente à Violência Familiar”. No percurso realizado, a partir das reflexões, leituras e análises, ficou perceptível que há uma enorme quantidade de fatores biossociais que influenciam positiva ou negativamente na pessoa em todo seu percurso de desenvolvimento, com capacidade de alterar e mudar as escolhas e os comportamentos até então propensos ou não à violência. Os objetivos da pesquisa iniciaram com a contextualização a partir da literatura científica sobre a relevância da família nos tempos atuais e sua relação com a violência familiar. Num segundo momento, a pesquisa busca situar a questão da referencialidade de parentalidade a partir de teses e teorias da psicologia, passando para uma análise, à luz da reflexão teológica, sobre as questões mais relevantes entre a parentalidade e a violência familiar. A metodologia aplicada na pesquisa passou pela revisão bibliográfica de autores peritos em teologia, antropologia, psicologia e documentos da Igreja Católica. O fichamento ressaltou os pontos abordados pelos diversos e diferentes autores pertinentes ao assunto enriquecendo o texto, fundamentando e direcionando a linha de pesquisa e chegando ao conhecimento sistematizado. A violência familiar é perceptível, com frequência, na realidade das famílias, não há bases para se negar tal experiência vivencial. A referencialidade de parentalidade como cuidado frente à violência familiar é um tema de análise transversal e interdisciplinar, em vias de percepções sobre a realidade vivida, as fundamentações originárias da constituição da pessoa humana frente as perspectivas futuras e suas relações. É vasto o consenso de que assegurar a existência da família enquanto centro fundamental da sociedade é responsabilidade de todos, pois ela é uma base segura para um futuro melhor, sendo a esperança de estruturação e desenvolvimento da pessoa humana. Um dos maiores investimentos que uma sociedade pode fazer para uma pessoa humana nos primeiros anos de vida é reduzir as situações de violência familiar.

Palavras-chave: Pessoa humana. Família. Referencialidade. Parentalidade. Sociedade.

ABSTRACT

The object of research has as its centrality the “Referentiality of Parenting as Care in the Face of Family Violence”. In the course of the reflections, readings and analyses, it became clear that there is a huge amount of biosocial factors that positively or negatively influence the person throughout his/her development, with the ability to alter and change the choices and behaviors that were or were not prone to violence. The research objectives started with the contextualization from the scientific literature about the relevance of the family in the present times and its relationship with family violence. In a second moment, the research seeks to situate the issue of referentiality of parenting from theses and theories of psychology, moving on to an analysis, in the light of theological reflection, on the most relevant issues between parenting and family violence. Family violence is often noticeable in the reality of families, and there is no basis for denying this experiential experience. The referentiality of parenting as care in the face of family violence is a theme of transversal and interdisciplinary analysis, in the way of perceptions about the reality experienced, the original foundations of the constitution of the human person in the face of future perspectives and their relationships. There is a vast consensus that ensuring the existence of the family as the fundamental basis of society is everyone’s responsibility, since it is a secure base for a better future, and the hope for structuring and developing the human person. One of the greatest investments a society can make for a human person in the first years of life is to reduce family violence situations.

Keywords: Human person. Family. Referentiality. Parenting. Society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Amoris laetitia
AA	Apostolicam actuositatem
CC	Código civil
CDC	Código de direito canônico
CF	Carta as famílias
CFB	Constituição federal do Brasil
CIC	Catecismo da Igreja Católica
CSMM	Centro de saúde mental de Massachussts
Dap	Documento de Aparecida
DC	Depois de Cristo
DNC	Diretório nacional de catequese
DPF	Diretório da pastoral familiar
DUDH	Declaração universal dos direitos humanos
DV	Dei verbum
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
EV	Evangelium vitae
FC	Familiaris consortio
GS	Gaudium et spes
LG	Lumen gentium
ONU	Organizações das nações unidas
VS	Veritatis splendor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ELEMENTOS QUE GERAM NAS PESSOAS VÍNCULO, PROTEÇÃO E SEGURANÇA.....	13
2.1 FAMÍLIA: pessoas em relação.....	13
2.2 AS BASES SUSTENTÁVEIS PARA EDIFICAÇÃO DA FAMÍLIA.....	17
2.3 CONSTRUÇÃO CULTURAL COMO ELEMENTOS DE REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE.....	23
2.4 SEGURANÇA E PROTEÇÃO: projeção e construção subjetiva.....	27
2.5 A ALTERIDADE COMO AÇÃO HUMANIZANTE	30
2.6 CONCEITO E SIGNIFICADO DE FAMÍLIA NOS DOCUMENTOS DA IGREJA.....	32
3 REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE, A PARTIR DA PSICOLOGIA, COMO ELEMENTO DE CUIDADO E PROTEÇÃO	43
3.1 REFERENCIALIDADE A PARTIR DA PSICOLOGIA.....	43
3.2 A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DA PESSOA NA VISÃO TEOLÓGICA.....	48
3.3 EQUILÍBRIO ENTRE RAZÃO E AFETO.....	51
3.4 INTEGRAÇÃO VERTICAL NO DESENVOLVIMENTO DO CÉREBRO	55
3.5 ESTRUTURA DE CONEXÃO DO “SELF” E O COLETIVO	59
3.6 CUIDADO E PROTEÇÃO INSTITUCIONALIZADOS E REFERENCIALIDADE	61
3.7 BASE SEGURA E A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	65
4 A TEOLOGIA E A ESPIRITUALIDADE COMO VIA DE RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA DAS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA FAMILIAR	69
4.1 A PESSOA A PARTIR DA MORAL TEOLÓGICA	69
4.2 INFLUÊNCIA RELIGIOSA NO PLANEJAMENTO FAMÍLIA.....	73
4.3 PASTORAL FAMILIAR NA CONSTITUIÇÃO DA REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE	79
4.4 ESPAÇOS E CONTEXTOS DE REFERENCIALIDADE COMO VIAS DE RESSIGNIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA FAMILIAR	82
4.5 O SER HUMANO INTEGRADO EM UMA VIDA INTEGRADA	85
4.6 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O SAGRADO	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
6 REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

A terminologia sobre a referencialidade de parentalidade, nesta proposição de pesquisa, busca a conceituação nas reflexões e parâmetros da teologia e da psicologia, as quais fazem referências aos elementos que expressam a radicalização de cuidado de uma pessoa em assumir o cuidado com uma outra pessoa, independentemente de se ter ou não algum grau de ligação familiar. A proximidade entre duas pessoas com referência e simultaneamente com adesão de valores influentes produzem efeitos próprios da ação que possibilitam a reabilitação e a moldagem de ambas as partes no desenvolvimento humano.

Tais efeitos tem diretamente influências potencializadoras tanto em atos bons quanto em maus, na vida de uma pessoa que se desenvolveu neste contexto. Os efeitos produzidos de forma subliminar na dimensão empírica e nas dimensões do subconsciente acumulado no processo do desenvolvimento da pessoa, acompanhando-a durante toda a vida, influenciando e determinando fatos e atos reais, tanto quanto no comportamento.

O renomado filósofo Sócrates, com sua máxima “Conhece-te a ti mesmo”, entendia que pelo autorreconhecimento originava-se a paz interior mais profunda. A questão inquietante e persistente indaga. Por que alguém nasce em um ambiente violento e outro nasce em um ambiente menos violento? O que inquieta ainda mais é que não depende de opções e escolhas subjetivas o ato de nascer neste ou naquele ambiente. Diante destes cenários de narrativas detecta-se que as relações são construídas com matérias primas originárias na subjetividade, ou ainda, cada um tem em seu depósito materiais genuínos e singulares a oferecer no processo de construção das relações.

Através da análise sobre a referencialidade de parentalidade no contexto familiar fica perceptível que os laços familiares podem acontecer de forma saudável e exitosa por meio de pessoas que não estejam ligadas de forma biológica. Quando a mãe ou o pai não estão disponíveis, podem ser substituídos por outras pessoas, que pode ser parentes ou educadores se for para crianças pequenas, e, um psicoterapeuta experimentado, no caso de uma pessoa adulta. A pessoa conecta intimamente a mãe ou o pai através de sua memória afetiva, diante do seu substituto, como se recebesse deles esse encargo. Para Hellinger, a pessoa ama o substituto no lugar dos pais, deixando que se passe por ele e chegue aos pais o amor que exteriormente dele manifesta. Logo que a pessoa completa o encontro com os pais, o mediador pode distanciar-se a tal ponto de permitir que a pessoa se sinta livre interiormente (HELLINGER, 2007, p. 108).

Os aspectos que caracterizam e identificam a parentalidade estão relacionados

diretamente a papéis e funções parentais resultantes de um tornar-se mãe e pai, com elementos e ações que ultrapassam o fato de apenas ter um filho. A parentalidade identifica-se também com as atitudes de amor e dedicação oriundas de rotinas preestabelecidas, ambiente seguro e estável, com foco na construção da personalidade saudável, fortalecendo a criança para atuar nas adversidades do meio (CARDOSO; SIMÃO-SILVA, 2017, p. 95).

Outro aspecto da parentalidade é propiciar ambientes e condições para que uma criança se desenvolva com seu potencial máximo, caracterizados por aspectos como: comportamentos calorosos e protetores; disposição de tempo saudável para criança; compreensão das experiências de vida e comportamento da criança; aplicação de regras e sua efetividade; reconhecimento do bom comportamento e correção do comportamento equivocado sem emitir castigos violentos.

Por uma visão mais ampla a parentalidade diz respeito ao modo como a sociedade define e atribui papéis a homens e mulheres, a partir dos quais refletem os valores e padrões sociais de uma época (CARDOSO; SIMÃO-SILVA, 2017, p. 96). Portanto, a parentalidade é caracterizada por valores e padrões sociais individualmente ou em grupo em vista de fornecer substancialidade e fatores que possam influenciar no desempenho saudável do crescimento integral de uma criança.

A partir da vida e o desenvolvimento integral da pessoa, do ponto de vista da teologia bíblica, percebe-se que os seres humanos foram queridos por Deus com a própria criação (Gn 1,2). Em vista disto, aparecem a realidade do matrimônio e da família, que interiormente ordenados a complementarem-se em Cristo (Ef 5, 1-2). Eles têm a necessidade da graça para serem curados das feridas do pecado (GS, 47), e devem ser conduzidos ao seu princípio, isto é, ao conhecimento pleno e à realização integral do desígnio de Deus.

O papa São João Paulo II prescrevia na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* que a família era alvo de numerosas forças que a procuram destruir ou de qualquer modo deformar. Dizia ainda que a Igreja Católica é sabedora de que o bem da sociedade e de si mesma está profundamente ligado ao bem da família. Ela sente de modo mais vivo e veemente a sua missão de proclamar a todos o desígnio de Deus sobre o matrimônio e sobre a família, para lhes assegurar a plena vitalidade e promoção humana e cristã, contribuindo assim para a renovação da sociedade e do próprio Povo de Deus (FC, 17).

Percebe-se que em grandes linhas de análises e reflexões a essencialidade do papel da família se dá em si mesma, na sociedade, na influência junto a seus membros. E, no caso desta pesquisa ela ocorre na referencialidade de parentalidade como meios para o favorecimento de um possível e sadio desenvolvimento integral da criança, oportunizando seu aperfeiçoamento

em si mesma e em relação a própria sociedade que a cerca e que a acolherá como membro atuante no futuro.

Pressupõe-se que a referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar a partir da relação de familiaridade, oportuniza segurança e até mesmo contrapõe o processo de conflitos familiares. Nesse sentido, o distanciamento da relação e da proximidade familiar pode fragilizar a referencialidade e naturalmente, a segurança da pessoa que ainda não atingiu sua plenitude de autonomia (GOLDIM, 2004). A parentalidade acionará as lembranças que os pais tiveram dos seus pais em sua infância, tendo por meta influenciar o papel da prole. Essa reação e ativação faz lembrar das representações sobre sua fase de bebê, sobre eles mesmos como pais, além dos medos e sonhos. Essas reações individuais de acionamentos de gatilhos dos quais moldam os valores e padrões, passam a influenciar na dimensão social e a formatação do contexto em que o ser humano vive (CARDOSO; SIMÃO-SILVA, 2017, p. 99).

Há muitos conceitos, análises e definições nos documentos da Igreja e de muitos autores sobre a importância da referencialidade de parentalidade e seu papel influente diante da prole. Segundo Barancelli e Rosaneli, a relação de parentalidade é a primeira organização social, pois todo ser humano está inserido em uma organização social, independente da configuração que esta se apresente (BARANCELLI; ROSANELI, 2017, p. 150).

A referencialidade de parentalidade exerce influência direta no processo de desenvolvimento de qualquer pessoa, pois acompanha a vivência e as diversas fases e ciclos que são intrínsecos à espécie humana. Não há possibilidade de fugir desse processo imanente quando se refere a questão da referencialidade de parentalidade junto a prole, pois esta é a essencialidade mais real e palpável do qual o ser humano experimenta no decorrer de sua existência psicossocial.

Dentro da comunidade de fé aparecem múltiplas dificuldades de conceituação e definição da estrutura familiar e referencialidade de parentalidade no seu papel de determinação e influência de parâmetros na vida de seus membros no desenvolvimento da pessoa humana. Em muitas situações, a instituição familiar, que é eminentemente respeitada e considerada como instituição universal diante da grande maioria das culturas, passa por equívocos nas concepções e até mesmo na definição de seu papel no tecido social e no desenvolvimento humano, desconsiderando o personalismo na essencialidade como prescrevem os documentos da Igreja Católica.

A pesquisa utiliza-se como metodologia, a revisão de literatura e análise documental estruturada em três capítulos, que correspondem aos três objetivos específicos, além da

introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo busca contextualizar o tema a partir de uma revisão literária transversal, construindo um mosaico de conceitos, aspectos e estruturas sobre a família e sua relação com a violência familiar. No mesmo capítulo aparecem definições mais estruturadas sobre a referencialidade de parentalidade frente a violência familiar, sinalizando a dimensão e direção que a pesquisa deve tomar.

O segundo capítulo situa a questão da referencialidade de parentalidade como cuidado, a partir da psicologia, e sua relação com a violência familiar, considerando algumas teorias e correntes da ciência da psicologia que fundamentam e direcionam a eminente pesquisa para caminhos clarividentes nas análises. As noções e definições da psicologia fornecem materialidade no processo de melhor compreensão da constituição da pessoa humana a partir de sua interioridade correlacionando com a realidade externa em constante relação e ação influente na estruturação da pessoa em todo o processo.

O terceiro capítulo põe-se a analisar a referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar, reconhecendo os efeitos impactantes causados pela evidente violência familiar, mostrando possíveis caminhos de iluminação e ressignificação a partir da teologia e da espiritualidade. As vias de ressignificação a luz da reflexão teológica denotam e expõe as preocupações e as atitudes de cuidados da pessoa humana, da familiaridade e a parentalidade, no intuito de refletir sobre a importância de um ambiente saudável para que uma pessoa humana possa desenvolver-se integralmente.

A tabulação e sistematização dos dados bibliográficos foram realizados entre o segundo semestre de 2021 a novembro de 2022, utilizando-se de bases teóricas como revistas científicas, artigos, obras literárias de teólogos, sociólogos e psicólogos, a carta magna da Constituição Brasileira de 1988, com destaque para os diversos documentos da Igreja Católica. A pesquisa procurou analisar a relação da referencialidade de parentalidade com a violência familiar à luz da teologia e suas implicações.

2. ELEMENTOS QUE GERAM NAS PESSOAS VÍNCULO, PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Neste capítulo pretendemos perfazer um caminho de análises diversas sobre o exercício de comunhão afetiva e efetiva no seio familiar diante das relações interpessoais dos diversos membros da família. Neste caminho pretendemos refletir sobre a constituição da força interior que plasma e vivifica a comunhão e a comunidade familiar no momento presente delineando as possíveis realidades futuras de seus dependentes. A realidade familiar como espaço de referencialidade contém aspectos peculiares de cuidado sendo fonte e estímulo incessante aos seus membros. A pesquisa deste capítulo pretende analisar os fundamentos da dignidade de pessoa humana pela qual se possibilita gerar a segurança integral para o desenvolvimento de uma pessoa humana.

2.1 FAMÍLIA: PESSOAS EM RELAÇÃO

Pela natureza imanente da instituição denominado família, há presente os elementos constitutivos suficientes para a o desenvolvimento saudável de um membro, ainda dependente, provendo um futuro promissor com segurança. Para Sanches e Priscila-Simão, o ambiente familiar é o local mais adequado para que a criança se desenvolva de uma forma plena e saudável, sendo responsabilidade dos pais criar educar necessidades dos seus filhos a fim de que estes desenvolvam-se da melhor forma possível (BARANCELLI; ROSANELI (eds.) SANCHES; SIMÃO-SILVA, 2017, p. 95 (org.), cap. 10)).

A abordagem conceitual do tema família na história da humanidade sempre teve peso relevante, no entanto, constantemente carregada de conceitos e concepções divergentes. Há grupos e movimentos que situam a família com aspectos progressistas e até mesmo diminuindo a sua importância. Por outro lado, aparecem os que defendem o modelo mais tradicional, porém pouco adaptado diante da sociedade pluralista e secular. Estes movimentos mantêm normativas rígidas voltadas ao bem-estar dos indivíduos membros do seio familiar, com base na continuidade dos elementos que sempre a constituíram.

Parece ser mais evidente que a família é constituída pela presença de pessoas com laços de afetos, logo, é preciso também ter este conceito nas diversas realidades de teorias quando se refere a pessoas em relação nominando-se família. Notoriamente, diversas ciências se debruçam sobre as questões referentes a definições e conceitos sobre os aspectos que definem

e constituem a pessoa e emerge uma série de divergência conceitual.

Singer propõe usar a referência de pessoa a partir da capacidade racional e autoconsciente. Quando o ser humano alcança esses elementos recebe, então, o status de pessoa (SINGER, 1979). Assim pode ser considerado pessoa, aquele que tem racionalidade e autoconsciência e por estas qualidades ser digno de respeito e não deve ser instrumentalizado. A visão de Singer, que valoriza a consciência e as relações humanas, pode também desqualificar muitos seres humanos da categoria de pessoa, por não serem racionais e nem autoconscientes, como os embriões, os fetos as crianças na primeira fase de crescimento. Estes, segundo Singer, não possuem as qualidades específicas de pessoa. Por outro lado, existem seres animais que apresentam aspectos que remetem a consciência, segundo o argumento racional e consciente, no pensamento de Singer, onde encontram-se categorias que identificam proximidade com os como seres humanos.

Aqui se apresenta uma temática complexa: relações saudáveis são indispensáveis para a construção da personalidade humana, e a devida valorização de cada pessoa, mas isto não implica em afirmar que o ser humano perde a sua dignidade na ausência destas relações. Esta temática requer uma abordagem adequada sobre o conceito de pessoa. A dignidade da pessoa humana é nitidamente defendida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e muitos outros documentos legais, sendo quase um consenso na sociedade ocidental, contudo, não se nega que há contradições e questionamentos, especialmente, no conceito de pessoa.

Tendo em vista que o conceito de pessoa não é o foco central desta pesquisa, destaca-se apenas a posição de base que orienta todo o trabalho: a dignidade humana não se fundamenta no fato da existência de uma pessoa ocorrer no contexto de relações conscientes, mas no fato dela existir como ser humano. Relações humanas são indispensáveis para a formação de pessoas saudáveis, realizadas e felizes, mas a ausência destas relações não retira da pessoa em questão a sua dignidade. Deste modo a teologia se enriquece com a visão das ciências sobre as relações humanas, mas amplia os conceitos ao afirmar que a dignidade humana não oscila segundo as relações humanas, por defender que o fundamento da dignidade humana tem base transcendente (SANCHES, 2004). Pode-se dizer, no contexto desta pesquisa, que a visão cristã de mundo ressalta a dignidade de cada ser humano, mas está ciente dos sofrimentos e condições degradantes a que uma pessoa pode ser submetida se relações fundamentais – como as de âmbito familiar – não forem devidamente estabelecidas.

Nesta pesquisa optamos por abordar apenas estes conceitos no intuito de mencionar

a divergência conceitual assim como a largueza metodológica de abordagem do tema. Diante das diversas formas e conceitos em relação à família, uma questão é indiscutível, que ela é impactada pelo tipo de sociedade que a emerge. Segundo Woortmann (2004) a concepção de Lévi-Strauss sobre a humanidade diz que uma família não poderia existir se não existisse a sociedade, deixando evidente que a família se forma basicamente através da sua definição do átomo de parentesco. Consoante afirma, Quintas (2005), quando diz que a manutenção do *ethos* cultural começa na família e se estende para além das paredes do doméstico.

Lévi-Strauss, citando Radcliffe-Brown (1982), faz uma afirmação contundente sobre as relações que determinam e constituem o elo familiar, dizendo que a relação de parentesco não define em si mesmo uma relação familiar, mas pode ocorrer a partir do momento que esta relação de parentesco se transforma em aliança, que permite a construção de uma estrutura de reciprocidade (LÉVI-STRAUSS, 2011, p. 489). Sobre este autor vamos discorrer em um tema específico posteriormente.

Para Radcliffe-Brown uma estrutura de parentesco seria um conjunto de relações diádicas que unem uma pessoa a outra. Ele estudou o parentesco e o representou em uma fórmula: O sinal de igualdade significa relação de casamento. O traço vertical significa relação de descendência. O triângulo representa o homem e o círculo, a mulher. Há o homem, a mulher e a relação de casamento, o filho, a relação de descendência. Para Radcliffe esta é a unidade básica do parentesco que coincide com a unidade biológica, pai, mãe e filho.

Lévi-Strauss (WOORTMANN, 2004) contrapõe Radcliffe (1982) afirmando que não se pode pensar o átomo de parentesco apenas a partir da unidade biológica. Ele introduz um detalhe fundamental na fórmula de Radcliffe, alargando o alcance dos conceitos e concepções referentes a constituição do ser família e suas abrangências.

Segundo Woortmann (2004) a fórmula de Lévi-Strauss aparece um outro homem, indicando a relação de consangüinidade numa terceira instância. Diante desta fórmula identifica-se à afinidade, a descendência e a consangüinidade. A leitura que se faz é que no núcleo do parentesco, há um outro homem que tem relação com essa mulher, o irmão dela, por exemplo. Ele tem com ela uma relação de consangüinidade, indo além do conceito de família nuclear.

Na leitura destes eneagramas, evidencia-se que Lévi-Strauss apresenta a aliança como elemento fundamental do parentesco, ampliando a noção, o conceito e o efeito resultantes do que se considera família. Toda esta realidade potencializa o papel que a família deve desempenhar no seu ser e no seu existir em relação a sua estrutura e seus descendentes numa dimensão cultural. Para Lévi-Strauss é através da troca de mulheres que se dá a combinação dos

elementos do parentesco, provenientes da exogamia. Também fica evidente que o parentesco envolve relações além da relação de consangüinidade, ou seja, é concebido a partir das relações de aliança e de afinidade, derivada de uma aliança de grupos (SARTI, 1992).

Lévi-Strauss considera que o casamento acontece na relação entre três pessoas, uma mulher e dois homens, um que dá essa mulher e o outro que a recebe. Para ele, o casamento é uma forma de comunicação entre tribos criando laços, proximidade e aceitabilidade das diferenças, evitando inclusive os conflitos, logo, o casamento dentro destes parâmetros favorecem a convivência social.

Reduzir a diversidade a um número limitado de princípios aproxima Radcliffe-Brown de Lévi-Strauss, mas deve-se reter a distinção já mencionada entre observação e experimentação. Fica evidente, então, que se o parentesco como estrutura é dado pelos referidos princípios, derivados da família elementar, é ela que constitui a “origem” do parentesco. Por isso mesmo, ela é “elementar”.

Dentro da perspectiva psicanalítica os laços familiares podem acontecer através de representantes de familiares biológicos, isto é, quando a mãe ou o pai não estão disponíveis, tem potencial para serem substituídos por outras pessoas. Podem ser parentes ou educadores, quando se trata de crianças pequenas, talvez um psicoterapeuta experimentado, no caso de uma pessoa adulta. A pessoa conecta intimamente a mãe ou o pai com o que age apenas com o seu substituto, como se recebesse deles esse encargo. Como citamos na introdução, para Hellinger a pessoa ama o substituto no lugar dos pais, deixando que se passe por ele e chegue aos pais o amor que exteriormente dele manifesta. Logo que a pessoa completa o encontro com os pais, o mediador pode distanciar-se a tal ponto de permitir que a pessoa se sinta livre interiormente (HELLINGER, 2007, p. 108).

Com certeza, muitos autores divergem nos conceitos, pois sua base propulsora de análise contém divergência e ou diferencia uma da outra. Portanto, nesta análise sobre família, pessoas em relação percebemos divergências e convergências conceituais, todas elas refletem sobre o papel e a importância do fator família no desenvolvimento da pessoa humana. Este tema e estes conceitos sobre pessoa humana e dignidade serão tratados no último capítulo, quando estivermos analisando a dignidade da pessoa humana e o sagrado, a partir dos conceitos teológicos e da espiritualidade.

2.2 AS BASES SUSTENTÁVEIS PARA EDIFICAÇÃO DA FAMÍLIA

Há uma vasta literatura de conceitos como bases para a edificação de uma família, pois também a esta, os conceitos são abertos e muitas vezes são tendenciosos e parametrizados segundo uma busca estrita de análise. Essa diversidade de conceitos nem sempre apresentam a preocupação com os elementos que geram nas pessoas vínculo, proteção e segurança para uma vida saudável por um maior tempo possível. Em muitas situações, os aspectos que constroem a base de edificação e conectam os elementos de valores familiares são sugados pelos princípios hedonistas ante os princípios das buscas e decisões coletivas.

Na atual pesquisa, optou-se por evidenciar algumas bases de edificação da família que apresentam relevante grau de sustentabilidade e segurança no seu processo de edificação. Estas bases são: o princípio da consanguinidade, a relação afetiva e a legalidade jurídica.

O princípio de consanguinidade é a afinidade por laços de sangue entre indivíduos dentro da parentalidade e que são geneticamente semelhantes. Esse princípio permite medir o quanto um determinado indivíduo é consanguíneo com outro através da medida chamada grau de consanguinidade, sendo este um dos vínculos consistentes na definição de parentesco.

A base consanguínea para a constituição da família tem relevância universal e em algumas culturas ela pode ser a única base possível, como aponta Santos em seu trabalho, afirmando que a consanguinidade e o parentesco estão estreitamente ligados no espírito dos habitantes de Chãos¹, ou seja, eles estão ligados por aspectos do conceito amplo de família como base do pensar e do agir dos indivíduos. É em função da representação deste que se pensa a legitimação do laço de parentesco entre dois indivíduos, a determinação do seu grau, os direitos e obrigações que lhe estão ligados (SANTOS, 1992, p. 133-157). O laço biológico real aparece em todas as circunstâncias como a legitimação necessária a qualquer reconhecimento genealógico. É de fato o laço biológico que funda a legitimação axiológica do carácter das regras que gerem o conjunto das relações de parentesco consanguíneo comparativamente aos aliados e aos não parentes. Estes laços são os mais exímios aspectos a serem considerados na

¹ Armindo dos Santos desenvolve em seu artigo “Herança: estrutura agrária e sistemas de parentesco numa aldeia da beira baixa A aldeia dos Chãos” uma análise sobre a morfologia social de uma aldeia “Chãos”, assim como o sistema de parentesco dessa mesma aldeia. Ele busca analisar estes dois sistemas de referência como processos que constituem os fundamentos interativos de qualquer sociedade camponesa, no que diz respeito à emigração e à imigração. Uma das relevantes características é que a região parece estar atravessada por movimentos migratórios nos dois sentidos. Armindo quer dar um contributo para a compreensão dos mecanismos que levam uma sociedade a operar, ou não operar, correlações entre a organização social e o seu quadro material de vida (SANTOS, 1992, p. 133-157).

definição de parentesco.

Dentro da relação de parentalidade faz-se referência a um campo simbólico de representação da consanguinidade bilateral do parentesco próximo. Para Santos este campo supõe relações simétricas com as duas linhas de consanguinidade materna e paterna. Mas, na realidade, ele subdivide-se em duas zonas interdependentes de relações de parentesco, isto é, as relações de parentesco preferencial e a zona relativa ao grupo residencial que cristaliza relações de parentesco privilegiado (SANTOS, 1992, p. 133-157).

Na análise realizada na comunidade do Chãos, Santos afirma que a visão local do parentesco coincide totalmente com a consanguinidade. Mesmo que estes parâmetros de consanguinidade não coincidam com as representações da realidade biológica, tal como ela é entendida pelos geneticistas, pois a ideia de consanguinidade no Chãos, toma o seu valor explicativo mais consciente através da categorização da carne e do sangue.

As questões em torno da relação afetiva têm representações mais amplas em suas definições e seus direcionamentos do que o princípio de consanguinidade. A afetividade, baseada em amor, carinho, atenção, respeito e cuidado, passa a inspirar toda a dinâmica das relações familiares. Nessa linha de intelecção, realça-se a importância da afetividade e outros valores como a solidariedade, o respeito e o cuidado, para a sadia construção da personalidade. As relações familiares deveriam ser permeadas pela responsabilidade como dever de cuidado e proteção recíprocos nos laços afetivos e a promoção do bem-estar dos membros.

O material principal para a construção e comunicação entre as gerações é, de um lado o afeto e do outro os valores que regem a vida dos membros da família e que servem de inspiração e guia para suas ações. A família é o primeiro sistema social no qual o ser humano é inserido quando de seu nascimento. O sistema familiar é um sistema aberto, saudável e dinâmico (TAVARES DA SILVA. *Et al*, 2008, p. 791-798).

No contexto do que a psicóloga escreve, percebe-se que o sistema familiar muda com o passar do tempo, como: modificações no número de membros por entrada ou saída e por processo de desenvolvimento que são as entradas ou término de etapas. Existe uma interdependência dos membros do sistema familiar de forma que cada papel desempenhado por eles altera e retroalimenta o sistema.

Esta realidade familiar pode ser vista e analisada a partir da teoria ecológica dos sistemas de Bronfenbrenner (1996), que analisa o indivíduo se desenvolvendo dentro de um sistema de relações que são afetadas por múltiplos níveis do ambiente mais próximo. Segundo Martins e Szymanski o ambiente é dividido em níveis: A) o microsistema, que é o primeiro

e mais interno, pois segue padrões e atividades de interação do entorno do próprio indivíduo, onde favorece a entrega e a receptividade de experiências entre o indivíduo e o seu meio.

B) o mesossistema que consiste no fato de englobar as conexões entre microssistema como a comunidade, a família, a escola, as amizades com a circunvizinhança, entre outros, que propicia e densifica o desenvolvimento do indivíduo.

C) o exossistema que traz presente os cenários sociais circunvizinhos que impactam diretamente nas experiências dos indivíduos. Há uma multiplicidade desses cenários formais em uma sistematização como a gestão pública, as associações, o local de trabalho dos pais, as políticas públicas, o bem estar da comunidade, as redes sociais da família e assim por diante.

D) o macrossistema é o nível mais exterior do modelo de Bronfenbrenner (1996), ele consiste nos valores, leis, costumes e recursos contidos em uma cultura particular. Os aspectos encontrados no macrossistema influenciam indiretamente na qualidade dos indivíduos no mesossistema. Estes aspectos estão relacionados, por exemplo, nas políticas sanitárias que interferem na qualidade dos ambientes educacionais onde estão os indivíduos (MARTINS e SZYMANSKI, 2004).

Percebe-se como em cada um dos níveis da teoria ecológica dos sistemas nos mostra a importância e a interdependência das relações familiares no desenvolvimento do indivíduo. Esse conjunto de estruturas, que no dizer de Bronfenbrenner (1996), faz lembrar um jogo de bonecas russas encaixadas uma dentro da outra, interferem mutuamente entre si, se afetam conjuntamente o desenvolvimento da pessoa. As estruturas são chamadas pelo autor de: micro, meso, exo e macrossistema (MARTINS e SZYMANSKI, 2004).

Cada um dos níveis tem sua relevância como apoio ao desenvolvimento mais saudável do indivíduo. Pesquisas mostram que indivíduos ou famílias isoladas por deficiência ou insuficiência de vínculos sociais ou formais mostram um percentual elevado de conflitos internos que afetam diretamente no desenvolvimento saudável do indivíduo.

Percebe-se, assim, que a relação afetiva é a base fundamental para a sadia edificação de uma família, em vista que os elementos básicos contidos no indivíduo advêm das múltiplas dimensões das relações afetivas e quando isso é insuficiente, em qualquer uma das fases da vida, geram impactos relevantes e marcantes no tempo presente e no futuro das pessoas e de suas relações.

Os elementos jurídicos estão entre as três bases da edificação da estrutura familiar como garantia e respaldo abrangendo a todos com igual direito e igual dever, independentemente de qualquer situação em que a pessoa é constituída ou se auto denomine. É de consenso que o direito

é responsável por regular a vida em sociedade no geral, criando as regras necessárias para que a vida social das pessoas possa ser mantida com ordem, respeitando os direitos individuais e estipulando os deveres dessas mesmas pessoas, chegando ao direito de família (GUILHERME, 2020, p. 363).

Direito de família é o ramo do Direito Civil que trata das relações familiares e das obrigações e direitos decorrentes dessas relações, tem como conteúdo os estudos do casamento, união estável, relações de parentesco, filiação, alimentos, bem de família, tutela, curatela e guarda. Esta pesquisa tomará como foco a fundamentação jurídica na definição das relações de parentesco. O Código Civil afirma que o direito de família cuida, pois, das relações que envolvem o indivíduo dentro do núcleo social em que ele nasce, cresce e se desenvolve (PELUSO. *Et al*, 2020, p. 1597; CC, art. 1.511).

Para Guilherme as relações de parentesco podem ocorrer pela consanguinidade ou por outra origem nas relações ascendentes e descendentes contando o número de gerações (GUILHERME, 2020 p. 381; CC, art. 1.591 e art. 1.594). O direito de família determina com exatidão as definições dos direitos de cada um dos seus membros em suas relações e até mesmo os procedimentos válidos e lícitos sobre a adoção, o poder familiar e extinção deste mesmo poder (GUILHERME, 2020, p. 382-384).

Liana Mesquita da Silva desenvolve o tema da parentalidade analisando a evolução no ordenamento jurídico brasileiro. Ela afirma que para se chegar na atual visão dos modelos múltiplos de parentalidade, deve-se observar a evolução que da tradicional visão do patriarcalismo passou à multiparentalidade, atingindo com isso o ordenamento (SILVA, 2017).

A família no Código Civil de 1916 tinha como base o sistema patriarcal, que trazia o homem como alicerce de sociedade familiar, a impossibilidade de dissolução do casamento por vontade das partes, assim como a capacidade relativa da mulher. Quanto à situação dos filhos, era evidente a discriminação com relação aos filhos ilegítimos, adotivos ou naturais, que tinham essa informação constando em seus registros de nascimento. No artigo 377 dizia que quando o adotante tivesse filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção não envolvia a de sucessão hereditária, o que deixava o adotado em situação de inferioridade patrimonial pós-sucessão. Definições mais ligado à culpa na separação que ao bem-estar da criança.

Segundo a pesquisadora uma evolução ocorreu com a lei nº 883/1949, pois tratava da possibilidade de reconhecimento dos filhos ilegítimos, através de ação de reconhecimento de filiação, sendo possível a prestação de alimentos provisionais e herança. Essa ação correria em

segredo de justiça e poderia reconhecer a igualdade de direitos entre filhos, embora, na prática, a sociedade continuasse fazendo a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos.

Juridicamente, é complexo buscar a definição exata de família, pois não há conceitos específicos e literais nas Constituições e Códigos Civis. O melhor conceito se faz a partir dos acontecimentos sociais, daí a evolução conceitual da entidade familiar. No sentido amplíssimo ela seria aquela em que indivíduos estão ligados pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade. Já a acepção lato-sensu do vocábulo refere-se àquela formada além dos cônjuges ou companheiros, e de seus filhos, abrange os parentes da linha reta ou colateral, bem com os afins (os parentes do outro cônjuge ou companheiro). Por fim, o sentido restrito restringe a família à comunidade formada pelos pais (matrimônio ou união estável) e a da filiação (SILVA, 2017).

A Constituição Federal de 1988 quebra o paradigma da família tradicional, alargando o conceito de família e considerando como entidade familiar a união estável e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, além de igualar homens e mulheres quanto aos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal.

Para o direito o conceito de família não é engessado, sofre modificações, reinventando-se, no intuito final de preservar a dignidade do ser humano, buscando resguardar sua personalidade, suas relações e o bem-estar social. O código de 1988 considera os vários modelos de entidades familiares, como a família matrimonial (casamento), não matrimonial (união estável, monoparental, anaparental, união homoafetiva e socioafetiva), adotiva (vínculo da adoção) e substituta (guarda, tutela e adoção).

Para Silva, aparecem as relações familiares em quatro vínculos: vínculo do parentesco que é a relação das pessoas vinculadas pelo sangue, que se originaram pela ascendência direta ou de um tronco comum, ou por outra origem, como a adoção e a socioafetividade; vínculo conjugal que é o resultante do casamento, que liga os cônjuges; vínculo da união estável que é o elo entre os companheiros, resultante em direitos e obrigações; vínculo da afinidade que é a relação que liga a pessoa aos parentes de seu cônjuge ou companheiro (SILVA, 2017).

Os conceitos referentes a parentalidade tem relevância e aplicabilidade, no entanto, é necessário a emissão de análises sobre as diversas possibilidades de filhos que podem existir, embora essa distinção só nos sirva para efeitos didáticos. O conceito restrito de filho derivado de um casamento formal acabava por trazer inúmeros problemas discriminatórios quanto aos filhos naturais, adulterinos, ilegítimos e incestuosos. Para Gonçalves a filiação o é a relação de parentesco consanguíneo, em primeiro grau e em linha reta, que liga uma pessoa aquelas que a geraram ou a que receberam como se a tivessem gerado (LOPES GONÇALVES, 2010, p.105)

Diante das mudanças socioculturais, a concepção sobre o ato de ter filho deixou de ser produto de um ato sexual conjugal. Ampliaram as possibilidades para que a pessoa seja considerada filho legítimo. Relações extraconjugais passaram a ser reconhecidas pela sociedade civil, assim como as relações homoafetivas, num exercício de interpretação extensiva. A jurisprudência caminha, cada vez mais, no sentido de reconhecer juridicamente o afeto, com o objetivo de conferir tutela promovendo a dignidade de menores. Dessa forma, o Direito considera não só o aspecto sentimental do afeto mais também as consequências jurídicas decorrentes da apresentação social e afetiva do menor com filho.

Diante de todas essas possibilidades e considerando o conceito alargado de filho, a parentalidade se mostra como as ações que visam assegurar não apenas a sobrevivência do filho, como seu desenvolvimento biopsicossocial pleno. O Código Civil de 2002 em seu artigo 1.593 afirma que “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”. Esta expressão alarga as possibilidades de parentesco, entendendo-se a socioafetividade uma dessas possibilidades.

Entre pais e filhos (filiação) e entre irmãos (consanguinidade), corresponde a unidade biológica. Ao retirar dessa unidade mínima o foco principal é voltar a atenção para o sistema de parentesco, a família passou a ser vista como atualização de um sistema mais amplo e a redefinição da unidade elementar do parentesco, a que Lévi-Strauss chamou de “átomo” do parentesco (conteúdo já desenvolvido e elencado no tema acima). O conceito de átomo do parentesco de Lévi-Strauss pressupõe sua análise do tabu do incesto, porque este nela está implícito. Para que haja o marido e a mulher, algum homem teve que renunciar à sua irmã e dá-la a outro homem. Tem que haver o irmão. Assim, Lévi-Strauss introduz a noção de que o irmão da mãe não é um “elemento extrínseco”, mas “um dado imediato da estrutura familiar mais simples” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 65).

A família, como sistema de comunicação, tem na troca e na reciprocidade sua estrutura fundante. O objetivo das relações de parentesco, como de qualquer sistema social, é instituir a comunicação, na qual o sujeito só se define em relação a um outro. Os elementos não são pensados por suas propriedades intrínsecas (não interessa a família individualizada), mas pelas relações nas quais estão situados. As relações de parentesco são, assim, uma linguagem, segundo Lévi-Strauss (1967).

Perpassando pelas três bases sustentáveis para edificação da família, embasados nos valores cristãos, numa reflexão sobre os elementos que conectam as pessoas pela referencialidade de parentalidade gerando vínculo, proteção e segurança, percebe-se que estas conexões têm

suas essencialidades dentro de culturas e sociedades específicas, considerando-as na sua amplitude de ser e agir. O fator referente a consanguinidade como propulsor da referencialidade de parentalidade tem um peso significativo na maioria das sociedades, como que facilitando o reconhecimento e oportunizando que sejam reconhecidas as relações de pertença.

2.3 CONSTRUÇÃO CULTURAL COMO ELEMENTOS DE REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE

A cultura surgiu para o ser humano como sendo o único caminho capaz de lhe assegurar lugar e sobrevivência no seio da natureza. A cultura é, para o ser humano, o seu lugar natural dentro da imensa vastidão do universo, e é justamente a partir dela que ele estende sobre todas as coisas o seu olhar inteligente e junto a isso as suas ações. A cultura é onde nascem os costumes e hábitos os quais dão a direção ao seu agir (COELHO, 2014, p. 90).

Concomitante ao conceito de Coelho (2014), Clifford Geertz (1989) desenvolve teses importantes sobre a cultura, no seu livro *A interpretação das culturas*, onde ele afirma que o conceito de cultura é fundamental para se lançar uma integração entre o particular e o universal, entre a diversidade e a unidade do ser humano. Na tentativa de lançar uma integração entre esses dois extremos, Geertz apresenta dois pareceres que consideramos oportunas:

A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamentos, costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, como tem sido o caso até agora, mas é um conjunto de mecanismos de controles, planos, receitas, regras, instruções, que os engenheiros de computação chamam de programas, para governar o comportamento (GEERTZ, 1989, p. 56).

Esta ideia afirma que cultura não é algo superficial acrescentado a uma pessoa já biológica, psicológica e sociologicamente formada, mas, é o mecanismo pelo qual a pessoa se faz gente no mundo, ou seja, a pessoa cresce, em todas as dimensões, já marcada por uma determinada cultura. Dulbecco, ao falar da relação entre genes e ambiente, usa uma imagem muito semelhante à que Geertz usou acima, ou seja, a de que a mente de cada um de nós é um pouco semelhante a um computador, com seu hardware fixo e imutável, determinado pelos genes, e um software independente dos genes, que varia de acordo com as circunstâncias da vida (DULBECCO, 1997, 58).

A segunda afirmação apresentada por Geertz é a de que o ser humano “é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento” (GEERTZ, 1989,

p. 56). Essa dependência radical dos mecanismos extragenéticos aponta para a universalidade da cultura como essência do ser humano, pois o importante não é o que o ser humano faz empiricamente, nas situações particulares, mas os mecanismos pelos quais ele o faz, estes sim são universais. O importante é que todos começam com o equipamento natural, básico a todo o ser humano, para viver milhares de tipos de vidas, mas terminam por viver apenas um, a da cultura onde crescem. Portanto, a cultura não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela a principal base de sua especificidade (GEERTZ, 1989).

A partir destas duas teorias de Geertz, percebe-se que a cultura é vista como um elemento essencial da vida humana, como condição essencial a ela e não como ornamento da existência humana, tanto é base para a sua unidade universal como para sua diversidade. A cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um (SANCHES, 2004, p. 62).

Culturalmente a pessoa é um ser de relações e não se limita a sua natureza, pois transcende e o transforma o meio, em vista que suas expectativas que não se limitam ao mundo, como ele se apresenta e nem à sua materialidade (COELHO, 2014, p. 94). O ser humano se humaniza produzindo seu mundo através de diferentes manifestações culturais, ou ainda, se autoproduz reproduzindo o meio que o circunda dando novos significados e novas formas. A cultura é essa capacidade “re-criadora” que permite a pessoa “re-produzir” o meio dinamizando-o. em consonância com Coelho, afirma Mondim que estes atos são peculiares dos humanos, diferenciando-se dos demais seres, e por ser cultural deixa de ser apenas *homo sapiens* para ser também *homo culturalis*, culminando numa capacidade de criar e recriar, fazer e refazer lhe permite ser chamado de “*homo faber*” (MONDIN, 1980).

Aperfeiçoando e aprofundando esta visão referente ao ser humano, o antropólogo Vogler discorra e esclarece sobre o progresso biológico e afirma que todo progresso implica uma mudança, mas nem todas as mudanças são progressivas (VOGLER, 1977, p. 159). Ele deixa entender que não há como fazer um progresso sem que aconteça uma mudança. Para que ocorra uma evolução ou um progresso, é necessária uma sequência histórica de acontecimentos que façam com que haja essa alteração. O progresso acontecerá se houver uma mudança direcional em busca de um estado ou condição melhor. O conceito do progresso contém um elemento descritivo, que é o fato de que tenha ocorrido mudança direcional, e o axiológico, que é a razão da mudança representar uma melhoria ou um aperfeiçoamento.

Diante desta tese, há que se levantar uma questão hipotética: será possível encontrar em biologia um critério qualquer pelo qual se possa definir e medir o progresso com um padrão

absoluto, sem envolver julgamento de valor? Vogler (1977) acha que sim, ele assinalou o fato óbvio de que a sobrevivência é essencial à vida. Ele afirma que o progresso é um aumento da aptidão para a sobrevivência. Os descendentes de qualquer grupo que viveram há cerca de cem milhões de anos, tiveram que evoluir para que assim pudessem continuar existindo.

Dos critérios dessa evolução um dos mais significativos é a capacidade do organismo de obter e processar informações sobre o ambiente. Esse critério possui um considerável interesse biológico. É particularmente interessante em relação ser humano porque entre as diferenças que distinguem ser humano de todos os outros animais, a sua capacidade grandemente desenvolvida de perceber o seu ambiente e reagir flexivelmente a ele é talvez a mais fundamental. Enquanto os outros organismos tornaram-se geneticamente adaptados aos seus ambientes, o homem cria artificialmente ambientes que se adaptam aos seus genes (VOGLER, 1977, p. 168).

É perceptível no texto que o autor expõe principalmente a questão da evolução nos seres, em especial a evolução dos seres humanos. Para que uma espécie possa prolongar sua existência é necessária que ela se desenvolva e de certa forma se adapte ao meio em que vive. Nessa questão o ser humano se diferencia de todos os outros seres, isso por causa de sua capacidade de dominar o meio, e não ser dominado por este. A principal evolução do ser humano foi na questão intelectual. Ao contrário dos outros seres, o ser humano não tem menos desenvolvimento na questão corporal. Prova disso que o homem, diferente da maioria dos outros animais não tem órgãos de defesa, nem mesmo contra o clima.

O ser humano não tem defesas corporais nem mesmo contra o clima, nem mesmo contra um simples frio, conseqüentemente ao longo do tempo o ser humano criou mecanismos para se proteger. A noção de progresso no decorrer da história é algo que não se pode negar, é real e presente. Foi necessário o progresso, e a partir desse garantiu-se a perpetuação das espécies, logo, este ser de relações que transcendem seu próprio meio busca adaptar-se, frequentemente, a partir de elementos totalmente natural.

Ao discorrer sobre as diversas adaptações que o ser humano carrega, Mondim (1980) e Vogler (1977), não reduzem ao contexto e ambiente familiar, mas permitem entender que há um contexto macro pelo qual o ser humano se relaciona pela natureza do ser e por seu instinto de sobrevivência. Se esta busca acontece de forma natural na própria espécie e entre as espécies, logo a busca pode ser mais constante e natural nas relações de parentalidade construída pelos laços genéticos ou construções históricas derivadas das relações.

Dentro da reflexão e fundamentações referentes a construção cultural como elementos de referencialidade de parentalidade é importante uma rápida análise da estrutura do juízo

moral como base de conduta entre os seres considerando “os princípios nos orientam para certas formas de comportamento” (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002, p. 17). Para estes autores os princípios da autonomia, justiça, beneficência e não maleficência são deveres “*prima facie*”, os quais todos têm ou devem cumprir, a não ser que entrem em conflito com outro dever igual ou maior. Essas moralidades são termos que se referem a certas convenções sociais sobre o comportamento humano que formam um consentimento comum estável, como normas de condutas socialmente aprovadas.

O princípio da autonomia, segundo Beauchamp e Childress, foi empregado na autogestão de governo das cidades-estados gregas, e posteriormente estendida para os indivíduos como identificação de maturidade do juízo moral, assim definindo o indivíduo autônomo em seu agir, com base em seus desejos e planos. Sintetiza-se na capacidade de autogoverno, como uma compreensão, ou uma decisão independente de qualquer princípio de forma suficientemente eficiente evitando resultados de ações imaturas e inaptas.

Estes princípios “*prima facie*” são elementares para que o ambiente de referencialidade parentalidade possa produzir aquilo que advém de sua natureza oferecendo aos seres que lhe pertencem os frutos desta mesma natureza, e estes pelos mesmos princípios produzem um relacionamento que contém segurança para os menos favorecidos. Logo, o princípio da autonomia possui a capacidade de entender o ato legítimo de acordo com seus valores evitando a praticar da violência e do desacordo com as regras sociais e morais mais elementares da vida social.

Nesse sentido, o exercício da autonomia é efetivado a partir da liberdade do indivíduo e para isso, são considerados diversos fatores, entre eles o que mais propicia uma transição entre heteronomia e autonomia que é a educação. Espera-se que a liberdade de pensamento e a estruturação da autonomia seja fruto de ensinamentos com relevante assertividade a partir dos aspectos familiares como um processo de crescimento social e de acordo com o meio cultural em que a família está inserida.

Para Goldim, a autonomia significa levar em consideração os fatores relevantes para decidir agir da melhor forma para todos. Ele pressupõe a liberdade de escolha, de fazer planos, mas inclui ou respeito pelo outro. Assim, não pode haver moralidade quando considera apenas o próprio ponto de vista. Ele diz que há duas convicções éticas: a quem os devem ser protegidos como agentes autônomos, e a segunda, que as pessoas com autonomia diminuída devem ser protegidas. Desta forma dividem-se em duas exigências morais separadas: a exigência do reconhecimento da autonomia e a exigência de proteger aqueles com a autonomia reduzida

(GOLDIM, 2004).

Com base nas teorias de Goldim, percebe-se que entre os membros da família, a criança não teve sua autonomia ainda desenvolvida, portanto, se faz necessário respeitar o nível de autonomia na sua condição, impulsionando para condições melhores em vista de suas opiniões e escolhas, desenvolvendo a moralidade dentro de um plano de absorção dos valores próprios que devem ser estruturados no decorrer da sua vida.

A cultura tem, inquestionavelmente, o papel de mestra implícita na construção estrutural do ser humano, na manutenção de seus valores e princípios, e na direção que ele vislumbra no horizonte como fundamentação de seu ser e seu existir. A cultura oferece os elementos essenciais para que o ser humano possa se desenvolver e aperfeiçoar de uma maneira mais saudável possível, pois parte de um princípio já existente no contexto em que ele se encontra, inspirando os passos seguintes. Ao se referir a realidade a partir da referencialidade de parentalidade como processo de qualidade de vida, a cultura oferece os elementos essenciais para que a pessoa possa, a partir dessas inspirações, ter autonomia na construção do seu pensar e do seu agir.

É sabido que a realidade cultural sempre ultrapassa os limites da parentalidade, e nesse sentido ela traz um enriquecimento ainda maior, propiciando realidades que vão além de um círculo de parentesco já formatado e vivenciado enquanto familiaridade. A cultura amplia a visão de mundo e de contato culminando na inspiração, propiciando aperfeiçoamento das análises, do pensar e do agir de cada uma das pessoas em si mesmas e especialmente no ser e existir em relação. Nesse sentido, é possível afirmar categoricamente, como fazem muitos estudiosos sobre o tema, que o ser humano é um animal essencialmente cultural, ou seja, a cultura é parte da natureza humana, ou ainda, seu existir fora da cultura é uma impossibilidade evidente.

2.4 SEGURANÇA E PROTEÇÃO: PROJEÇÃO E CONSTRUÇÃO SUBJETIVA

Há no ser humano elementos característicos de sua própria natureza que são acionados no cotidiano da vida, de uma forma totalmente instintiva com reações automáticas no intuito de gerar proteção e segurança em sua própria existência. Estas buscas estão implícitas e enraizadas de tal forma que não há um controle racional, externo programatizado por uma iniciativa humana, mas está tão enraizado que sua ação e seu efeito são naturais e totalmente automáticos na hora exata para ser acionado.

A segurança e proteção estão entre as buscas elementares do ser humano, são

necessidades humanas ao longo de toda a sua vida, e para melhor evidenciar essas buscas é necessário ter certas percepções sobre as razões de insegurança. Com base na Constituição Federal de 1988 e no manual básico, volume I da Escola Superior de Guerra, do Rio de Janeiro, Lopes afirma que a insegurança consiste em todos os elementos que podem ameaçar a tranquilidade do ser humano, individual ou coletivamente, dificultar ou impedir a proteção que julga ser seu direito, causar temores, e o que é capaz de gerar conflitos (LOPES, 2022).

Lopes diz ainda que o conceito de segurança passou a implicar uma pluralidade de dimensões que vão desde a questão do combate à violência pessoal e as ameaças à vida, quanto à moradia, a diminuição da vulnerabilidade no âmbito do emprego e trabalho, a segurança alimentar, o direito de ir e vir. A segurança, sendo uma sensação, não pode ser medida, é abstrata, subjetiva. A sensação de se sentir seguro é função direta da ausência de fatores perturbadores que tenham a capacidade de alterar esse estado; são as ameaças (LOPES, 2022).

A segurança é uma das necessidades mais básicas do ser humano, sendo posterior apenas às necessidades fisiológicas, como a alimentação, o sono, o abrigo e a reprodução biológica. No artigo “Hierarquia das Necessidades de Maslow: Validação de um Instrumento” Cavalcante (2019) fala do renomado psicólogo americano Abraham Maslow (1908-1970) construiu a hierarquia das necessidades, catalogando as necessidades humanas em 5 classificações, em ordem das mais para as menos urgentes. Maslow dizia que que todas são importantes, mas merecem uma classificação. Estes estudos organizam as necessidades numa pirâmide de modo a evidenciar que para satisfazer as necessidades do topo é primordial satisfazer primeiro as da base (CAVALCANTI. *Et al*, 2019).

Através da análise rápida na pirâmide, é possível notar que a segurança é uma das necessidades mais básicas e urgentes na vida do ser humano, estando como uma das bases da pirâmide demonstrando seu grau de importância. Tomar medidas neste sentido tem sido cada vez mais importante afim de garantir a tranquilidade e a saúde, pessoal, familiar e empresarial, enfim, o bem-estar humano na instância humana.

No cotidiano da vida, percebe-se que, em geral, uma empresa ou residência estão expostas a diversos perigos e riscos como furtos internos e externos, assaltos, incêndios, sabotagens, sequestros de dirigentes no caso de empresas ou moradores no caso do lar, dentre outros. Para prevenir e evitar prejuízos causados pela ausência de segurança é indispensável consultar uma empresa especializada em segurança patrimonial para orientar o cliente e oferecer o serviço mais adequado, afinal cada caso possui as suas particularidades e um olhar técnico é capaz de identificá-las com maior facilidade e assertividade. A segurança é tranquilidade,

estabilidade, saúde, bem-estar. Sobre este tema voltaremos a tratar no terceiro capítulo a partir da reflexão sobre o ser humano integrado em uma vida integrada.

A questão da segurança está intimamente relacionada com a qualidade de vida, ou seja, as particularidades das condições de vida humana, tendo em conta elementos essenciais como: saúde, educação, bem-estar físico e psíquico ou todos os aspectos que se refiram às condições de vida individual e coletiva. Para Gallo e Bessa (2016), o conceito de qualidade de vida guarda relação com a satisfação das necessidades humanas, com a capacidade de uma comunidade desfrutar de uma vida média longa, de forma saudável (GALLO e BESSA, 2016, p. 4).

A sensação de segurança é importante porque traz consigo qualidade de vida para a pessoa e suas relações, pois conseguem desfrutar desta vertente gerando bem estar. Quando a pessoa se encontra na instância da segurança, ela predispõe de energia para desenvolver e desempenhar as funções próprias do organismo desencadeando a harmonia e naturalidade do ser e das relações efetivando a todo instante sua naturalidade.

Este tema referente a segurança e proteção como elementos de projeção e construção subjetiva pode ser observado e tratado por disciplinas transversais de análise básica ou análise científica em todas as instâncias onde o ser humano se encontra, independente da faixa etária ou outro elemento relevante. Nesta pesquisa a análise do tema procura entender as possíveis origens destas buscas, e fim de perceber que o ambiente de parentalidade é um lugar propício para a densificação gradual daquilo que já é de natureza existente em cada ser humano, isto é, o ambiente familiar é um espaço eminentemente mais adequado para que o ser humano se sinta seguro e protegido ou possa construir seu formato de segurança para a vida.

Em uma análise mais aprofundada referente aos elementos que compõem as ações específicas do ser humano no seu cotidiano e nas suas projeções, é fácil perceber que em tudo o que se busca, se projeta ou realiza estão implícitos os elementos referentes a proteção e a segurança subjetiva para o tempo presente com vista a construção de um caminho futuro com os mesmos elementos.

Para tratar deste vasto tema que abarca a referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar, se reflete sobre as pessoas que estão em relação a essa realidade, que na sua essencialidade buscam a segurança em diversos níveis como: tranquilidade, estabilidade, saúde, bem-estar e paz interior, como elementos essenciais na estruturação humana a partir da subjetividade. Obviamente que, analisando as diversas realidades existentes na relação de ambiente familiar e referencialidade, não obstante encontra-se ambientes hostis a estas buscas, por infinitos motivos, e muitos deles produzidos pelos próprios membros.

Essa busca do ser humano é inato em seu existir, no entanto, a fonte originária da segurança perpassa inicialmente a realidade da referencialidade da parentalidade, como fonte primordial, pois o conhecimento da fonte é elemento básico para a edificação saudável integral do ser humano. Não que seja a única, mas tenha primazia pela dimensão da proximidade e conhecimento estrutural dos elementos envolvidos, da mesma forma que tem historicidade que gera continuidade de ações, relações e horizontes.

2.5 A ALTERIDADE COMO AÇÃO HUMANIZANTE

Nilo Ribeiro Junior (2009) descreve em seu artigo intitulado “humanismo do outro homem: a ética como ótica e a sabedoria do amor em Levinas” algumas linhas de reflexão sobre a problemática do humanismo articulando-o à sabedoria do amor ao serviço do amor, na proposição de um humanismo do outro homem propugnado bem no âmago dos grandes desafios da cultura contemporânea.

Ribeiro Jr. (2009) diz que para além da imediação do contato eu-outrem, eis que um terceiro (homem) irrompe na relação. Esta ampliação do número das relações exige que o amor a ter êxito como fruto das relações, além de ser necessário, que ele passe pelo crivo da justiça, isto é, que o amor se justifique pelo que é justo. Ribeiro Jr. (2009) trata dos traços estruturantes desse humanismo em torno da ênfase na dignidade e na autonomia do sujeito para, em seguida, fazer contrastá-los com a essência do humanismo do outro homem.

O humanismo significa o reconhecimento de uma essência invariável denominada homem. A afirmação de seu lugar central na economia do real e de seu valor que engendra todos os valores. O respeito da pessoa que há em si (sujeito) e no outro, a exigir a salvaguarda da sua liberdade. Significa também expansão da natureza humana: da inteligência na ciência, da criação na arte, do prazer na vida cotidiana; da satisfação dos desejos, sem prejuízo para a liberdade e para os prazeres dos outros e consequentemente, se traduz na instauração de uma lei justa, isto é, de um Estado razoável e liberal e, por antonomásia, um estado em paz com outros, inaugurando para os indivíduos um domínio vasto no âmbito do privado bem no limiar do qual a lei cessa, se paralisa. Um limite à lei é essencial ao humanismo. O humanismo não pensa, talvez, em outras leis, senão àquelas advindas do estado e da Natureza (RIBEIRO Jr., 2009).

Esse outro humanismo pressupõe ainda o outro do próximo para o qual a comparação, a equalização, os direitos, isto é, vida pública deve ocupar-se do cumprimento da justiça em vista de um mundo outramente para outrem, o que se supõe a discussão e o amplo exercício

da palavra na esfera política. O humanismo do outro homem se articula em torno da intriga da ética e da política ao modo de um tangenciamento linguístico regido pela comunicação de idiomas entre o dizer do amor e os ditos da justiça (RIBEIRO Jr., 2009). Mesmo porque o cerne do humanismo do outro homem propugnado pelo autor consiste em manter viva a intriga ético-linguística entre o cuidado de um rosto, o bem concreto de sua carne e o cuidado da vida pública, do bem presidido pela fraternidade antes que pela liberdade e igualdade (RIBEIRO Jr., 2009).

Ribeiro evidencia a tese de Levinas dizendo que para além do ser em prol da vida pública, era necessário reposicionar o pensador/filósofo no novo contexto cultural evocando sua tarefa fundamental de cuidar para que o bem além do ser concernente ao outro homem como bem cuja voz é acolhida na ética se una às outras vozes, a do terceiro homem, na vida pública-cultural (RIBEIRO Jr., 2009).

Em outra obra, do próprio pensamento de Levinas (2011) percebe-se que as características do humanismo do outro homem que constela em torno da sabedoria do amor ao serviço do amor no qual a ética e a justiça se tangenciam continuamente, evidencia-se a filosofia da alteridade a ser impelida na prática das relações de parentesco. Estas práticas em um ambiente de parentalidade propiciariam a mitigação significativa da violência familiar possibilitando a conectar as pessoas pela referencialidade de parentalidade gerando vínculo, proteção e segurança. Segundo Levinas (2011) a essência do bem na ética faz emergir a maneira como a questão da alteridade é abordada segundo essa radical diferença filosófica, ou ainda, a primazia à linguagem ética em detrimento da linguagem ontológica, não postula com isso uma ferrenha oposição entre o ser e o bem para além do ser.

Concomitante a Levinas (2011), para Hans Jonas (2013) a vontade individual não pode sobrepor-se em um mundo em que o agir é coletivo. O agir individual teria pouco poder de transformação num mundo em que as ações são coletivas. Mesmo que os conhecimentos científicos e tecnológicos tenham uma catástrofe e à destruição do planeta. Então impondo poder a um dever ético significa escolher a possibilidade do melhor em face do pior.

Já em 2004, Carvalho afirmava o fato de haver má escolha entre o melhor e o pior (por exemplo, entre um mais e o menos eficaz), como ocorre nos homens, aí certamente pode falar-se, em nome da vontade de fim, de um dever de escolher o melhor caminho de um imperativo hipotético de prudência, no qual dá propriedade aos meios e não ao próprio fim (CARVALHO, 2004).

Em todo o ser, o fim se declara a favor de si contra o não ser. Contra esta sentença do

ser não há réplica possível, pois, inclusive a negação do ser mostra um interesse e um fim. Isto significa que o mero fato de que o ser não seja indiferente a si mesmo converte sua diferença com o não ser, no valor de todos os valores, no primeiro sim.

Essa diferença não está, pois, tanto na distinção de alguma coisa de nada (que, em caso de indiferença aos valores de algo, seria tornar a “mesma distinção” indiferente aos valores, entre duas diferenças) quanto na distinção entre um interesse pelo fim em geral, assim como forma absoluta o nada. Um ser indiferente seria simplesmente uma forma menos perfeita do nada que na realidade seria inconcebível.

Carvalho diz que o valor seguinte, seria então, a maximização da finalidade, isto é, a riqueza de metas buscadas e com ele do bem e do mal possível, este valor resulta do valor fundamental do ser em geral por incremento de sua diferença frente ao não ser. Quanto mais intenso tanto mais vigorosa é sua aceitação e, ao mesmo tempo, a justificação. Nisso o ser se faz a si mesmo merecedor de seu próprio valor (CARVALHO, 2004).

Tanto em Levinas (2011), quanto em Jonas (2013), percebe-se que o ato ético não se situa mais no previamente estabelecido pela lei, mediante uma fórmula da razão ou da autoridade pelas causas finais. Da mesma maneira com o valor e o bem, não estabelecido na norma, mas em um fim natural estabelecido antes de qualquer escolha. Assim a vida seria o fim ou valor como princípio ontológico incondicional e não estabelecido formalmente, já que a exigência se encontra na cadeia causal de atos e efeitos que podem fugir ao controle e no comprometimento da continuidade da existência.

Nesse sentido, o bem não depende dos desejos e opiniões, mas em um valor voltado para um fim natural, demonstrando que o objeto que vale a pena, independe das nossas inclinações para transformar-se em fonte de dever. Todavia, o bem mostra-se no sentimento de culpa em relação à natureza e a vida e nesse sentido, encontram-se elementos que conectam as pessoas pela referencialidade de parentalidade gerando vínculo, proteção e segurança.

2.6 CONCEITO E SIGNIFICADO DE FAMÍLIA NOS DOCUMENTOS DA IGREJA

Muitas são as fontes bibliográficas que oferecem conceitos relevantes sobre a instituição família, a partir de uma visão cristã, que nem sempre tem a interpretação e a aplicação literal segundo o que prescrevem os documentos, pois acabam tendo apenas as visões tradicionais, excluindo as novas configurações de famílias. Algumas destas fontes oferecem conceitos de forma subliminar e com múltiplas figuras de linguagens, como esta passagem bíblica: “Os céus

e a terra tomo hoje por testemunhas contra vós, de que te tenho proposto a vida e a morte, a bênção e a maldição; escolhe, pois, a vida, para que vivas, tu e a tua descendência” (Dt 30,19).

Notoriamente no centro da concepção cristã católica sobre a família está o ser humano a partir de um conceito próprio e pleno, já que se refere a um ser humano em seu todo, desde sua concepção até sua existência plena e transcendente, pois todos são chamados a ser, como direito inalienável. O direito de cada um garante a possibilidade de ser para outro e vice-versa, constituindo o seu próprio ser e influenciando o ser do outro.

A encíclica *Evangelium Vitae*, de João Paulo II (1995), diz que Deus é o criador de todas as coisas e criou o ser humano por amor e deixou seu traço indelével em cada pessoa o homem tende naturalmente para Ele (EV, 35). Quando escuta o anseio profundo do coração, não pode deixar de fazer sua esta afirmação de Santo Agostinho de Hipona: “*Feciste nos ad Te, Domine, et inquietum est cor nostrum donec requiescat in Te*” (Criastes-nos para Vós, Senhor, e o nosso coração vive inquieto enquanto não repousa em Vós – *Confessiones* I, 1:CCL 27,1). Desta forma, percebe-se que Deus se manifesta de forma bela e delicada nos seus filhos. Logo, a família tem a missão de dar continuidade no projeto de Deus, “façamos o homem a nossa imagem e a nossa semelhança” (Gn1,26).

O rosto de Deus se manifesta naqueles que o criou, como continuidade do ser do próprio criador. Deus não está apenas na origem de todos os seres, mas confia aos seres humanos a administração de tudo, desde que seja feita com sabedoria, descreve o papa João Paulo II, na *Evangelium Vitae*. Gerar e acolher uma nova vida significa dar continuidade ao trabalho de criação. Se os pais são colaboradores imediato do amor de Deus criador na transmissão da vida humana, os homens, em geral, também são colaboradores de Deus a serviço da vida, comprometendo-nos com ela. A origem da vida é o amor do criador e a redenção operada pelo autor da vida (FC, 28).

Para melhor compreender tais conceitos, podemos considerar os conceitos bases da constituição de uma família: patriarcal e matriarcal; matrilinear e patrilinear; matriloal e patriloal. Estes conceitos são importantes para compreender quem se herda a linhagem, os valores, a nobreza e o sobrenome. Ele tem a ver com a transmissão das essencialidades dos costumes e da cultura, em vista que raramente pode haver uma sociedade pura. Normalmente, há confluência entre uma e outra cultura.

Para conceituar a estrutura de família no âmbito da parentalidade é preciso levar em consideração diversos aspectos estruturais que a compõe, tais como: Família nuclear (forma-se as redes); Família elementar; Família conjugal (pai, mãe e filhos) e Família extensa (mesma

aldeia, tribo). Designa-se por família o conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco ou laços afetivos. Na Constituição Brasileira, a família é abrangente, pois considera diversas formas de organização baseadas na relação afetiva e na convivência.

A família é considerada uma instituição responsável por promover a educação e o cuidado dos filhos, bem como, é responsável por influenciar o comportamento dos mesmos no meio social. Seu papel está relacionado com a socialização da pessoa humana. Nessas atitudes são transmitidos os valores morais e sociais, bem como as tradições, os costumes e os conhecimentos perpetuados através de gerações. Portanto, as relações de parentalidade e/ ou a família caracteriza-se pela união ou intencionalidade de pessoas que cumprem alguns papéis elementares como os fatores econômicos, sociais, políticos e econômicos (SANCHES, 2017, p. 99). Também cumprem algumas funções básicas como a afetividade (segurança, proteção), a procriativa e a educadora, complementando e influenciando a dimensão religiosa, a política e a arte. Portanto, a família é vocacionada para estes elementos e valores, propiciando a transmissão direta a prole.

O Catecismo da Igreja Católica afirma que o desde as origens, o núcleo da Igreja era em geral constituído por aqueles que, com toda a sua casa, se tornavam cristãos (CIC, 1993, n. 1655), no início do cristianismo quando a pessoa se convertia, desejava também que toda a sua casa o acompanhasse. A percepção desse chamado de Deus à família interpelava profundamente a vivência eclesial, porque, congregada no amor da comunidade cristã, a família tornava-se reduto de vida cristã num mundo a ser evangelizado. O Documento de Aparecida afirma que a família cristã é, na verdade, a primeira e mais básica comunidade de fé (Dap, 2007, n. 204), sendo a primeira escola da fé e amor.

Para facilitar o exercício de sua função se faz necessário que haja um planejamento familiar, regido por três grandes princípios: proteção da dignidade humana; ato de exercer a parentalidade responsável; e, impactos na vida do que nasce para salvar. Por mais que seja evidente, muitas vezes não é consciente a questão de que os pais não devem se realizar no filho, como plenitude e fundamento do ser e seu existir. Em uma leitura transcendente, tanto os pais, quanto os filhos, não permanecem atrelados ao tempo e ao espaço, mas devem ser e existir numa perspectiva escatológica. Entre outros, estes princípios de antemão favorecem o cumprimento dos papéis elementares da família.

No contexto geral da Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, o papa São João Paulo II faz uma releitura da plenitude do amor pelo qual Deus criou os seres humanos e a partir deste amor origina-se a entrega plena entre duas criaturas, homem e mulher, para constituírem a

família. Com tal afirmação entende-se que o matrimônio é a continuidade da criação iniciada por Deus. “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança” (Gn1,26), chamando-o à existência por amor, e ao mesmo tempo ao amor.

A exortação continua a dizer que “Deus é amor” (Jo 4,8) e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Citando a Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, *Gaudium et Spes*, onde afirma “criando-a à sua imagem e conservando-a continuamente no ser, Deus inscreve na humanidade do homem e da mulher a vocação, e, assim, a capacidade e a responsabilidade do amor e da comunhão (GS, 12).

Diante destas fundamentações, percebe-se que o homem é chamado ao amor nesta sua totalidade unificada. A partir da exortação Apostólica há dois modos específicos de realizar a vocação da pessoa humana na sua totalidade ao amor: o Matrimônio e a Virgindade. Quer um quer outro, na sua respectiva forma própria, são uma concretização da verdade mais profunda do homem, do seu ser à imagem de Deus (FC, 11). “Segundo o desígnio de Deus, o matrimônio é o fundamento da mais ampla comunidade da família, pois que o próprio instituto do matrimônio e o amor conjugal se ordenam à procriação e educação da prole, na qual encontram a sua coroação” (GS, 50).

A exortação Apostólica tem um olhar amplo para a constituição de uma família, de tal modo que responsabiliza todos os membros da família, cada um segundo o dom que lhe é peculiar, a construção da comunhão de pessoas, tornando o núcleo familiar uma escola de humanismo mais completo e mais rico (GS, 52). A construção do cuidado amplo refere-se aos mais pequenos, os doentes e os anciãos com a coparticipação nos bens, nas alegrias e nos sofrimentos. Nesse sentido, identifica a saudável segurança do viver para todos os membros da família, independente da situação em que cada um se apresenta (FC, 21). Logo, a família encontra no amor a fonte e o estímulo incessante para acolher, respeitar e promover cada um dos seus membros na altíssima dignidade de pessoas, levando a plenitude mediante o dom sincero de si mesmas.

O Diretório Nacional de Catequese nos lembra que “os pais recebem a graça e a responsabilidade de serem os primeiros catequistas de seus filhos”, por isso “mesmo diante dos desafios atuais da família, ela é chamada a dar os primeiros passos na educação da fé de seus filhos” (DNC, 238). “A vida familiar é como um horizonte que dá direção ao nosso caminhar” (DNC, 240).

Já o Papa Francisco, na exortação apostólica *Amoris Laetitia*, publicada em 2016, nos alerta, que “a família não pode renunciar a ser lugar de apoio, acompanhamento e guia” (AL,

260). Mais especificamente sobre a educação na fé, o Papa diz que “a educação dos filhos deve estar marcada por um percurso de transmissão da fé [...] a família deve continuar a ser lugar onde se ensina a perceber as razões e a beleza da fé, a rezar e a servir o próximo” (AL, 287).

Os documentos da Igreja revelam um grau baixo de preocupação com o conceito estrutural de uma família, mas evidencia com largueza os papéis a serem desempenhados pelas pessoas que compõem essa instituição diante daquelas que fazem parte do mesmo contexto. O significado de ser família está profundamente arraigado intrínseco na constituição estrutural do ser família. Isso porque os efeitos da tarefa a serem desempenhadas são vistos de forma alargada e eterna tendo efeito nas relações externas e fora da consanguinidade.

Quando o magistério da Igreja abarca a questão da indissolubilidade do matrimônio, mesmo assim está voltado a um bem maior. O Código de Direito Canônico estabelece que o pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si o consórcio de toda a vida, por sua índole natural ordenado ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, entre batizados, foi por Cristo Senhor elevado à dignidade de sacramento; São pelas suas propriedades essenciais do matrimônio, a unidade e a indissolubilidade, que no matrimônio cristão alcançam particular firmeza em razão do sacramento (CDC, 1997, Can. 1055).

A pauta sobre a família, a partir da Igreja Católica, sempre teve alta relevância e atenção em toda sua história e existência, enquanto instituição religiosa, além do mais, constantemente esteve disposta a dialogar e ouvir as diversas ciências no tratamento do referido assunto. Não obstante, a Igreja tem clarividência quando se fala do modelo de família, no entanto, reconhece e acolhe as diversas configurações familiares, tendo em vista que esta se constrói e se transforma em cada época e realidade. A leitura que se faz sobre as novas configurações está na percepção do que mudou e não enquadrando-a em um modelo tradicional.

Por muito tempo a Igreja achava que deveria manter a família como uma instituição, com todas as suas características e aspectos, isso porque gerava segurança estrutural. Por isso, por muito tempo se manifestou como defesa institucional da família. O pensamento atual da Igreja está baseado na referencialidade, e esta propicia alargar a visão e a percepção da família tradicional. Com esta percepção alargada, a Igreja apreende que o que mais importa nas famílias são as pessoas, antes da instituição em si mesma.

Evidentemente, há um paradoxo entre a instituição e o personalismo, quando se refere a questão da instituição familiar, no entanto, é preciso buscar o equilíbrio, isto é, analisar os impactos do ato de dissolver a família em vista das pessoas ou de manter a instituição sem considerar as pessoas. Os documentos da Igreja prescrevem que a instituição familiar deve estar

a serviço das pessoas, mas é preciso dar condições para que ela possa cumprir suas funções inatas. Haja visto, constantemente, que nem sempre a prática pastoral da Igreja se faz o que os documentos prescrevem, ao contrário, quase sempre se percebe constantes tensões entre um e outro.

Os documentos da Igreja apontam para o modelo personalista, isto é, a pessoa é sempre o centro da instituição familiar e esta deve cumprir o seu papel, protegendo as pessoas e sendo espaço de alteridade, aperfeiçoamento e cuidado dos seus membros. As relações entre as pessoas são fundamentais para identificar o ambiente familiar. Não é manter a instituição a qualquer custo, sem considerar as pessoas. O ideal é que tudo isto possa coexistir com harmonia e desenvolvimento de seus papéis para o bem de ambos.

A instituição chamada de família caracteriza-se como o coletivo de pessoas que possuem grau de parentesco ou laços afetivos e vivem na mesma casa formando um lar. Quando há filhos, ela é responsável por promover a educação, o cuidado e influenciar no comportamento deles no meio social.

Estes valores são garantidos também a partir da Constituição Federal de 1988, a qual afirma que a família é abrangente, pois considera diversas formas de organização baseadas na relação afetiva e na convivência (Art. 226). O papel da família é relacionado com a socialização, pois são transmitidos os valores morais e sociais, bem como as tradições, os costumes e os conhecimentos perpetuados através de gerações. Pela lei, espera-se que o ambiente familiar seja um lugar de afeto, cuidado, segurança, conforto e bem-estar proporcionando o respeito à dignidade de cada um de seus membros. A família caracteriza-se pelos valores referentes a coletividade que modulam as relações.

O Código de Direito Canônico afirma que a família é uma comunidade natural na qual se experimenta a sociabilidade humana, contribuindo de modo único e insubstituível para o bem da sociedade. A comunidade familiar nasce da comunhão das pessoas. A comunhão diz respeito à relação pessoal entre o “eu” e o “tu”. A comunidade, pelo contrário, supera este esquema na direção de uma sociedade, de um “nós”. A família, comunidade de pessoas, é, pois, a primeira sociedade humana (CDC, Can. 213).

Estes elementos constituintes da comunidade de pessoas e primeira sociedade humana origina-se a partir e princípios básicos de relação entre pessoas que tem valores que conectam e permitem uma relação mais profunda, gerando relação de proximidade, confidencialidade e cuidado recíproco. Esses princípios da alteridade são essenciais para que a família tenha as características que a fundamentam e a mantém como instituição geradora da integração entre

“eu” e o “tu” que estabelecem a instituição maior e mais fortalecida.

Na carta as famílias o Papa São João Paulo II descreve a definição da mesma, de forma bastante ampla: a família é uma comunidade de pessoas, a menor célula social, e como tal é uma instituição fundamental para a vida de cada sociedade (CF, 17). O papa mantém bastante amplo o conceito sobre a estrutura familiar e sua função. Ela é a menor célula social, pois, a composição do tecido social com todas as suas relações depende do bom funcionamento dessa pequena célula fundamental.

A família é a instituição fundamental para a vida de cada sociedade, porque sustenta os princípios e valores fundamentais da vida, do amor recíproco, da verdade, justiça e liberdade. O Catecismo da Igreja Católica diz que a família é a célula originária da vida social. É ela a sociedade natural em que o homem e a mulher são chamados ao dom de si no amor e no dom da vida. Por isso mesmo, a vida da família é objetivamente iniciação à vida em sociedade (CIC, 2207).

Assim também afirma o Catecismo da Igreja Católica, que a família é importante para a pessoa e para a sociedade, é no âmbito da família que os descendentes recebem as primeiras noções do bem e da verdade, aprendem a amar e serem amados, assim como o significado de ser pessoa. De outro tanto, sem famílias fortes na comunhão e estáveis no seu compromisso, os povos se debilitam e é no seu âmbito que se dá a aprendizagem das responsabilidades sociais e da solidariedade (CIC, 2224). Há diversas citações e menções na bíblia referindo-se a importância da família. No livro de Provérbio ela afirma que os filhos aprendem as primeiras e mais decisivas lições da sabedoria prática com que são conexas as virtudes (Pr 1,8-9). Jesus nasceu e viveu em uma família concreta acolhendo todas as características próprias desta vida e conferiu uma excelsa dignidade ao instituto matrimonial, constituindo-o como sacramento da nova aliança (Mt 19,3-9).

As últimas duas fontes teóricas acima citadas colocam a família no patamar de relação intra e extra, a primeira como elo de fortalecimento dos membros como aumento da segurança e cuidado, enquanto a segunda apresenta-se como base relevante da formação saudável do tecido social, como transmissora dos aspectos e elementos para a edificação da coletividade. Percebe-se certa proximidade nos conceitos referentes a família e suas funções a serem desenvolvidas.

A Exortação apostólica *Familiaris Consortio* afirma que a legitimação da família está fundada no fato de que o Criador de todas as coisas constituiu o matrimônio princípio e fundamento da sociedade humana, a família tornou-se a célula primeira e vital da sociedade (FC, 42, apud AA, 11). Segundo a exortação, a família antecede ao próprio Estado, por isto

ela não existe em função do Estado, antes o contrário, a sociedade e o Estado é que existem para a família. Nas suas relações com a família o Estado tem o dever de ater-se ao princípio da subsidiariedade (DSI, 185), não lhe subtraindo as tarefas que pode realizar sozinha ou associada a outras famílias e tem o dever de apoiá-la garantindo-lhe os auxílios necessários para que possa bem cumprir as suas responsabilidades (FC, 43).

Iluminada pela luz da mensagem bíblica, a Igreja considera a família como a primeira sociedade natural, titular de direitos próprios e originários, e a põe no centro da vida social. Há que se afirmar a prioridade da família em relação à sociedade e ao Estado. Além das bases estruturantes e elementares ela precede, por importância e valor, as funções que a sociedade e o Estado também devem cumprir. Segundo ao Compêndio Doutrina Social da Igreja, a família, sujeito titular de direitos nativos e invioláveis, encontra a sua legitimação na natureza humana e não no reconhecimento do Estado (DSI, 214). O próprio documento deixa entender que a família não é para a sociedade e para o Estado, mas a sociedade e o Estado são e estão a serviço da família.

Historicamente houve distanciamentos, harmonias, convergências e tensões entre a igreja, sociedade e Estado, mesmo tendo conhecimento de que sem as famílias fortes na comunhão e estáveis no compromisso os povos se debilitam. Nela se dá a aprendizagem das responsabilidades sociais e da solidariedade. O decreto *Apostolicam Actuositatem* diz que a família possui específica e originária dimensão social, enquanto lugar primário de relações interpessoais, célula primeira e vital da sociedade. Ela é uma instituição divina que colocada como fundamento da vida das pessoas, como protótipo de todo ordenamento social (AA, 11). Os bispos conciliares, no Vaticano II afirmaram que, efetivamente, a família nasce da íntima comunhão de vida e de amor (GS, 48).

O papa São João Paulo II afirma que “o berço da vida e do amor, o homem nasce e cresce e a família se torna a célula fundamental da sociedade” (CL, 40). Com esta base, entende-se que quando nasce uma criança, à sociedade é oferecido o dom de uma nova pessoa, que é chamada, desde o seu íntimo, à comunhão com os outros e à doação aos outros. O nascimento de uma criança representa o fortalecimento e crescimento da própria sociedade, pois um e outro são partes integrantes em todos os elementos constituintes.

No clima de natural afeto que liga os membros de uma comunidade familiar, as pessoas são reconhecidas e responsabilizadas na sua integralidade. Primeira e fundamental estrutura a favor da “ecologia humana” é a família, no seio da qual o homem recebe as primeiras e determinantes noções acerca da verdade e do bem, aprende o que significa amar e ser amado

e, conseqüentemente, o que quer dizer, em concreto, ser uma pessoa (CA, 39). As obrigações dos seus membros, de fato, não estão limitadas pelos termos de um contrato, mas derivam da essência mesma da família, fundada num pacto conjugal irrevogável e estruturada pelas relações que dele derivam após a geração ou a adoção dos filhos.

Ainda num conceito eclesial, entende-se que “o bem-estar da pessoa e da sociedade humana e cristã está intimamente ligado com uma favorável situação da comunidade conjugal e familiar” (GS, 47). É de todo evidente que o bem das pessoas e o bom funcionamento da sociedade, portanto, estão estreitamente conexos com uma feliz situação da comunidade conjugal e familiar. Sem famílias fortes na comunhão e estáveis no compromisso, os povos se debilitam. Segundo o Catecismo da Igreja Católica, o lar constitui o âmbito natural para a iniciação da pessoa humana na solidariedade e nas responsabilidades comunitárias. Os pais devem ensinar os filhos a acautelar-se dos perigos e degradações que ameaçam as sociedades humanas (CIC, 2224).

O catecismo da Igreja Católica apresenta um caminho de acompanhamento e aconselhamento dos pais para os filhos como luzes que iluminam o horizonte pelos quais os filhos podem trilhar com maior segurança possível na trajetória de suas vidas. Não é uma segurança plena, nem a construção de uma bolha blindada, pois cada pessoa tem sua autonomia de decisão e liberdade de opções, no entanto, são setas de um caminho mais seguro possível indicado e a ser seguido, não fruto de teorias, mas fruto de experiência registrado pela historicidade, por análises e vivências de princípios.

Como já mencionado, muitas são as fontes bibliográficas que oferecem conceitos relevantes e concisos sobre a instituição chamada família. Há muitos conceitos a partir de uma visão cristã sobre a constituição familiar. Algumas destas fontes oferecem conceitos de forma subliminar e com múltiplas figuras de linguagens. Em qualquer uma das fontes relevantes e históricas sobre os conceitos e citados no centro da concepção sobre a família está o ser humano, nada poderá substituí-lo. O ser humano com um todo, desde sua concepção até sua existência plena e transcendente, pois todos são chamados a ser.

O fruto da geração humana, portanto, desde o primeiro momento de sua existência, é que, a partir da constituição do zigoto, exige o respeito incondicional que é moralmente devido ao ser humano em sua totalidade corporal e espiritual. Para os documentos da Igreja, o ser humano deve ser respeitado e tratado como pessoa desde a sua concepção e, portanto, a partir desse momento devemos reconhecer os direitos da pessoa, entre todos os que, antes de todos, ou o direito inviolável de todo ser humano inocente à vida. Nesse sentido, ele é o elemento

essencial no conceito e constituição da família.

Há uma diversidade de aspectos relevantes para ser considerado em uma relação para identificar-se a uma família. Segundo o documento de Aparecida, o modelo de família cristã é a Trindade, visto que alimenta dentro de si elementos como: amor, reciprocidade, alegria, felicidade, cooperação e fidelidade. “Cremos que a família é imagem de Deus que em seu mistério mais íntimo não é uma solidão, mas uma família. Na comunhão de amor das três pessoas divinas, nossas famílias tem sua origem, seu modelo perfeito, sua motivação mais bela e seu último destino” (Dap, 2007, n. 434). Este documento não apresenta a sagrada família como modelo, mas a Santíssima Trindade. A sagrada família é um modelo social. Neste caso, fala que a família é como Deus é, isto é, uma família deve ser inspirada na Santíssima Trindade.

Identifica-se na relação das três pessoas da Santíssima Trindade um amor de modo abundante e em eterna reciprocidade. Esta retroalimentação do amor mantém a longanimidade da relação. O amor que une perfeitamente as três Pessoas divinas transborda e alcança toda obra da criação. Assim também, a intensidade do amor vivencial no seio familiar é derramada nas relações internas e externas. Deus é amor e nós devemos amar uns aos outros a semelhança do amor Divino se queremos viver os atributos pelos quais fomos designados no ato de ser família.

Este conceito de família até parece utópico diante das diversas realidades experimentadas e conhecidas. Parece utópico porque não apresenta a sagrada família como modelo, mas a santíssima Trindade. Nesse sentido, a sagrada família aparece como modelo social. No entanto, o documento de Aparecida apresenta a família como Deus é. A Trindade é o modelo base e para onde se constituem as relações familiares, inspirando a ação própria do que se deve uma família fazer, isto é, constituir-se do modelo é a Santíssima Trindade.

Diante dos diversos e diferentes conceitos e modelos de família, aparecem uma diversidade de aspectos para ser uma família, ou ainda para ser considerado como familiares. Em grandes indicações, o modelo de família cristã é a Trindade, pois como citamos acima, ela alimenta dentro de si: amor, reciprocidade, alegria, felicidade, cooperação e fidelidade. A família é vocacionada para estes elementos de valores resultantes de uma relação de proximidade e familiaridade. Há uma relação tão estrita entre o propiciar e o resultado desses valores a partir da relação familiar, tendo em vista que estes elementos apontam para um aspecto fundamental que deveria estar presente em todas as famílias, pois ela é uma instituição onde se constroem relações diferenciadas.

Os pais encontram no filho uma confirmação e um complemento de sua doação recíproca. Por força da vocação e das responsabilidades sociais da pessoa, o bem dos filhos

e dos pais contribui para o bem da sociedade civil. A vitalidade e equilíbrio da sociedade exigem que os filhos venham ao mundo no seio de uma família e que esta seja estavelmente fundada no matrimônio. A reflexão antropológica reconhece no grupo familiar e na sua unidade indissolúvel melhor e mais digno lugar de uma procriação verdadeiramente responsável. Nesse sentido, o planejamento familiar e a paternidade responsável advêm dos diversos conhecimentos conceituais e direcionamentos que são feitos por fontes confiáveis e relevantes para o bem do próprio casal e mais ainda aos filhos.

Diante do que percorremos neste capítulo e do propósito a seguir enquanto análises e estudos sobre a referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar e neste tema refletindo sobre alguns conceitos e significados de família no pensamento da Igreja, sintetiza-se os elementos desenvolvidos nos temas anteriores sobre a referencialidade de parentalidade nas diversas culturas e suas adversidade, assim como, na reflexão de que o espaço familiar propicie por sua essencialidade a segurança para seus membros e ainda, as relações sejam baseados nos princípios da alteridade.

3. REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE, A PARTIR DA PSICOLOGIA, COMO ELEMENTO DE CUIDADO E PROTEÇÃO

3.1 REFERENCIALIDADE A PARTIR DA PSICOLOGIA

Neste segundo capítulo que tem por grandes linhas de análises a referencialidade de parentalidade, a partir da psicologia, como elemento de cuidado e proteção, o estudo pretende analisar alguns autores que trabalham com correntes da ciência da psicologia, abstraindo os elementos de cuidado e proteção a pessoas vítimas de violência familiar. A pesquisa não pretende abarcar tudo sobre o tema, mas buscar fundamentos que possam deixar clarividente os elementos de cuidado e proteção, em vista da sua relevante importância no desenvolvimento da pessoa humana, especialmente na dimensão psicológica.

Em geral, a psicologia analisa a referencialidade parental considerando que este tema é relevante aos estudos de outras áreas do saber, como a antropologia, a filosofia, a história e a sociologia². Tendo em vista que este tema está relacionado diretamente com a mesma matéria de análise e pesquisa, isto é, a pessoa e suas relações, enquanto constituições que definem a parentalidade como um elemento importante em significado como base edificante da estrutura humana para a qual favorece maior possibilidade de uma geração de vida mais saudável, ao mesmo tempo sendo seta direcional para os passos de uma pessoa em desenvolvimento humano.

Dentro de um vasto campo de análise sobre o tema, encontramos uma linha da psicologia psicanalítica que possibilitou ter uma referência significativa quando se abarca a referencialidade de parentalidade e estruturação das relações. Na leitura e análise de alguns psicólogos em suas vastas pesquisas referente aos processos psíquicos e mudanças subjetivas produzidas nos pais a partir do desejo de ter um filho como princípio primeiro e mais significativo no processo de estruturação das referencialidades de parentalidade, diferenciando de muitos outros conceitos e análises de outras pesquisas e áreas de estudo já desenvolvidos nesse campo³.

No capítulo anterior observou-se a importância da família na constituição e estruturação

2 O campo é bastante vasto como linha de pesquisa da psicologia. O tema começou a ser utilizado na literatura psicanalítica francesa a partir dos anos 60 para marcar a dimensão de processo e de construção no exercício da relação dos pais com os filhos (ZORNIG, 2010, p. 453-470 - introdução).

3 Para Zornig, o desejo de instaurar uma relação íntima e constituir uma relação familiar é um elemento mais relevante do que apenas ter a relação parental, “os arranjos familiares não dependem somente da parentalidade, mas sim do desejo entre casais de estabelecerem relações íntimas”. Isto se aplica mais ainda quando acontece a realidade de adoção (ZORNIG, 2010, p. 453-470).

da sociedade, pois amor gerado na relação parental é fortemente marcado pela noção de educação e a formação interna, tornando-se um fator importante para o desenvolvimento de um país e garantia de uma sociedade saudável. No decorrer do capítulo descrevemos que na humanidade uma família não poderia existir se não existisse a sociedade. Outro sim, “a manutenção do *ethos* cultural começa na família e se estende para além das paredes do doméstico” (QUINTAS, 2005). Nesse sentido, a família é a base edificante na estruturação da sociedade com suas peculiaridades e direcionamentos em vista de uma saudável relação na construção da parentalidade.

Diante das diversas vias de reflexão da família como base estrutural tanto para a pessoa quanto para a constituição da sociedade, Zornig elabora uma análise mais profunda a partir do desejo na conjugalidade. Ela fundamenta que a relação de consanguinidade não é suficiente para assegurar o exercício da parentalidade, pois a modernidade, ao produzir uma ruptura entre conjugalidade e parentalidade, demonstra que a parentalidade deixa de ser o principal objetivo da estrutura familiar, mas ao mesmo tempo coloca uma questão fundamental para a discussão.

A tese de que a atualidade se define principalmente pela derrocada de referenciais simbólicos estáveis e por uma pluralização das leis e de possibilidades de subjetivação, o que ela chama de relação pós-moderna. Tornar-se pai ou mãe passa a depender muito mais da história individual de cada um dos pais e de uma lógica do desejo, do que de um modelo de família nuclear tradicional, como no passado, relacionado e fundamentado na consanguinidade (ZORNIG, 2010, p. 453-470).

Nesta tese, é perceptível a importância da intencionalidade em relação ao fato, e neste caso o fato da construção da parentalidade, isto é, a história da criança inicia na história individual de cada um dos pais. Portanto, o nascimento de um filho gera mudanças substanciais na vida de seus genitores, pois estes se encontram estampado naquele que foi gerado, inclusive sua tenra infância agora ratificada. Este fato derivado da intencionalidade e da ação geram vínculos de relação parental forte o suficiente para selar adesão e defesa um do outro em situações até mesmo adversas.

No capítulo primeiro dedicamos um bom tempo definindo os conceitos e os tipos de estruturação da instituição família, tendo por base todo desenvolvimento histórico e a multiplicidade de realidades, especialmente a percepção sobre as novas configurações de famílias. Roudinesco diz que apesar de observarmos mudanças importantes na estruturação familiar, a família contemporânea em sua dimensão horizontal e em redes não só se mantém como estrutura organizadora e segura para seus membros, como se constitui em um espaço fundamental para a troca afetiva e a transmissão simbólica. Para Roudinesco a família é o único

valor seguro ao qual ninguém quer renunciar (ROUDINESCO, 2003).

Os argumentos de Roudinesco (2003) e Zornig (2010) apontam certa insuficiência na relação de consanguinidade ou de aliança para assegurar o exercício da parentalidade. Considerando que a modernidade produziu essa fragilidade entre conjugalidade e parentalidade, logo, a estrutura familiar sofre relevantes alterações. Nesse sentido, aparece uma questão fundamental de alta relevância: o que sustenta o desejo de um homem e de uma mulher no processo de transição à parentalidade?

Uma via de reflexão sobre esta questão é a via da subjetivação, ou seja, tornar-se pai ou tornar-se mãe passa a depender muito mais da história individual de cada um, dentro de uma lógica do desejo, que de um modelo de família nuclear tradicional, como no passado, tendo características nucleares, casamento religioso constituído por um modelo cristão judaico, visto como uma família formada por uma mãe, pai e seus descendentes estão no topo da organização social com o casamento, que pode ser considerado civil ou religiosamente nos termos da lei, mas sempre a partir do conceito patriarcal, patrilinear e patrilocal. A família tradicional, celebrada pelo casamento, continua sendo a principal forma de família exercida pela Constituição Federal de 1988, prova disto é que quando se entende outra forma de família a lei deve facilitar sua conversação em casamento (cf. art. 226 § 3º).

As teses, a partir da psicanálise, acima descritas, fazem refletir sobre os elementos fundamentais da construção da parentalidade, pois questiona a ideia de um modelo familiar ideal e tradicional. Ao questionar, cria nova via de reflexão, isto é, faz perceber que o tornar-se pai e tornar-se mãe é um longo percurso que se inicia muito antes do nascimento de um filho.

É notável que as representações parentais sobre o filho se iniciam anteriormente o seu nascimento e, se pensarmos nas brincadeiras diversas, como as de boneca ou as fantasias das adolescentes, as representações maternas, podem anteceder longamente a concepção. Nesse sentido, a relação de parentalidade é uma construção que acontece e é aprimorada ao longo de tempo, além do período de gestação, pois provém da ritualização em fantasias fruto do desejo de ter um filho.

Para Freud (1904/1903 - 1972), quando desenvolve o tema do narcisismo, entende que o processo de constituição da subjetividade, principalmente ao destacar como o fator infantil permanece no psiquismo do adulto. Nessa teoria ele afirma que o amor parental nada mais é do que um retorno e reprodução do narcisismo dos pais, que colocam o filho no lugar de “Sua Majestade, o Bebê”. Os pais estão procurando, através da valorização afetiva da criança, resgatar seu próprio narcisismo infantil perdido, logo, o psiquismo parental tem função reparadora nos

pais (ZORNIG, 2010, p. 453-470).

Estas representações e fantasias parentais produzidas pelos pais sobre os filhos tem diversas origens. Segundo Bernard Golse (2002) há quatro tipos de representações parentais: 1) a criança fantasmática, relacionada à criança que os pais separadamente têm em mente a partir de sua própria história; 2) a criança imaginária, como uma representação menos inconsciente que pertence ao casal, como traços imaginados, sexo, etc; c) a criança narcísica ligada à representação de seus ideais, de como o filho irá sucedê-los; d) a criança mítica ou cultural, que se refere a um grupo de representações coletivas de uma determinada sociedade em um determinado momento (GOLSE, 2002).

Na tese de Golse (2002), os afetos ambivalentes marcam a relação entre os pais e o bebê, pois ao mesmo tempo que o nascimento de um filho traz consigo expectativas de que o bebê possa reparar falhas da história parental. Esta é a esperança construída a partir das fantasias edificadas no imaginário, com fito na espera daquele que há de chegar para mitigar as feridas e sanar as falhas da história dos pais.

Estas análises e realidades trazem presente os aspectos mais evidentes do futuro comportamento materno, isto é, não é o que ocorreu no passado, mas sim a forma como a história passada é organizada em uma narrativa. Os pais desempenham um papel importante na natureza dos vínculos estabelecidos entre pais e filhos e se iniciam antes das interações atuais com o filho.

Para Bydlowski (2002) o desejo de ter um filho vai além da demanda fálica de completude⁴ e pode ter dois significados: a) um consciente, de ser mãe, ligado à perpetuação da espécie, e outro b) inconsciente, relacionado à elaboração da feminilidade, às representações da maternidade, ao lugar designado ao filho no inconsciente da mulher (BYDLOWISKI, 2002). Ambos os aspectos e as situações estão sob a construção fantasiosa que antecede o processo de gravidez, isto é, o desejo nasce antes do nascimento do filho.

Seguindo a reflexão sobre a parentalização dos pais, Golse afirma que o estabelecimento de laços entre os pais e o bebê favorece seu desenvolvimento afetivo e cognitivo (GOLSE, 2002). Ele ressalta a dimensão simbólica do acesso à parentalidade, sugerindo que o nascimento de um filho transforma definitivamente o psiquismo de cada um dos pais, não só pela parentalidade, mas pela presença real do bebê, que provoca interações entre ele e seus pais. Para que um

⁴ Bydlowski (2002) toma por base os conceitos de Freud que tinha a tese de que a feminilidade normal adviria de um abandono da posição fálica e de uma aceitação da castração materna que possibilitaria o acesso ao pai e o desejo de ter o pênis do pai ou algo que o representasse. Assim, o desejo de ter um filho seria um deslizamento do desejo de ter um pênis, colocando o bebê numa equação simbólica: bebê = falo (ZORNIG, 2010, p. 453-470).

bebê sobreviva física e psiquicamente, é necessário inscrevê-lo em uma história familiar e transgeracional (ZORNIG, 2010, p. 453-470).

Todas as construções imaginárias, as transformações nas pessoas e a edificação da parentalidade perpassa por um conceito que Golse (2002) e Bydlowski (2002) trazem presente, que é a dialética entre o bebê interno e o bebê enquanto objeto externo, ou seja, entre o bebê que a mãe foi ou que acredita ter sido e seu bebê de carne e osso (GOLSE; BYDLOWSKI, 2002).

Os autores consideram que isso se inicia na gravidez com uma reativação do objeto interno (metáfora de seu passado, de sua infância) para o gradual reconhecimento do bebê enquanto alteridade, tendo uma dimensão subjetiva que vai além das representações parentais. Estas realidades referem-se estritamente a questão materna, pois ela está diretamente envolvida na gravidez. Não se aplica estes mesmos conceitos para a experiência paterna, pois entre o pai e o bebê se constitui como objeto externo desde a concepção.

Essa dimensão do externo experimentado pela mãe, pelo pai e pelo bebê identifica ausência de passividade do bebê, isto é, ele pode modelar o tipo de parentalidade que lhe é oferecida, propiciando novas formas de interação que vão além dos modelos identificatórios que os pais trazem de suas histórias individuais. Todo este processo de identificação e mudanças de fantasias ajudam em muito na parentificação, enfatizando a ideia da parentalidade como um processo de co-construção, que é modificado pela presença real do bebê.

A partir desses conceitos percebe-se que a parentalidade compreende numerosos aspectos que se relacionam à realidade psíquica de cada um dos pais, principalmente as modificações psíquicas que se produzem em cada um deles no decorrer da gestação e do pós-parto, assim como o processo de parentificação que se relaciona ao campo dos cuidados parentais e às trocas estabelecidas entre os pais e a criança (HOUZEL, 2004).

Houzel (2004) apresenta o conceito de parentalidade a partir de três eixos: a) o exercício da parentalidade, ou seja, uma função que define e organiza os laços de parentesco e a transmissão de regras e valores de um determinado grupo social. B) a experiência da parentalidade, que compreende as modificações psíquicas que se produzem nos pais no decorrer do processo de sua transição para a parentalidade. C) a prática da parentalidade, englobando todo o campo dos cuidados parentais, ou seja, o campo das interações afetivas e fantasmáticas entre os pais e seu filho.

Com alguns autores, peritos em psicologia, percebemos que a referencialidade da parentalidade perpassa por dois vieses, a conjugalidade e a parentalidade. A família atual é definida pela relação conjugal, mas não necessariamente marcada pela parentalidade (ZORNIG, 2010;

ROUDINESCO, 2003). Em um olhar amplo considera-se que a qualidade da relação conjugal é um fator de proteção dos filhos. Em geral se percebe que há uma interdependência entre a relação conjugal e a parentalidade, pois, as relações entre pais e filhos são influenciadas pela história infantil de cada um dos pais e pelo modelo de relação amorosa que eles internalizaram.

3.2 A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DA PESSOA NA VISÃO TEOLÓGICA

Sobre o tema da referencialidade de parentalidade a partir da psicologia, identificamos que, nas últimas décadas, há diversos estudos desenvolvidos para analisar a primeira infância. Nessas pesquisas a psicologia e a neurociência identificam um bebê ativo desde o nascimento, com competências e capacidades que lhe permitem interagir com seu entorno, diferenciar características de seus cuidadores, engajar-se em interações afetivas e até mesmo modular o tipo de interação no qual se encontra. Independente da fase de desenvolvimento, o bebê é sempre um potencial evidente.

Dentro deste arcabouço de potencialidades é perceptível também que, a instituição psíquica do ser humano tem origens mais profundas que as visões hodiernas, especialmente quando há uma relação de parentalidade e conjugalidade. Até mesmo as pesquisas mais avançadas não conseguem ater com mais profundidade toda a dimensão da formação psíquica do ser humano. A edificação psíquica de uma pessoa tem estas relações profundas, de tal forma que o conhecimento humano não chega atingi-la em sua plenitude, mas consegue emitir análises sobre as influências e as determinações internas e externas.

Com base no artigo de Silva e Albertini, “notas sobre a noção de caráter em reich”, propõe-se a analisar as teorias e pesquisas em psicologia, tendo como ponto de partida a reflexão de Freud (1856-1939), no contexto da teoria do método psicanalítico. Segundo Silva e Albertini, esse método deixa evidente que o intelecto humano está em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento, nesse sentido, nos primeiros anos de vida a formação do entendimento passa pelas experiências internalizadas na relação com os filhos. A formação de uma primeira personalidade não é só um momento em que os psicólogos definem como primeira infância⁵. Isso servirá de base para assentar as demais experiências para a formação de sua personalidade, opinião e caráter. Portanto, percebe-se que a família é fundamental, certo de que é garantidora

⁵ Sigmund Freud, considerado o pai da psicanálise, foi o primeiro a observar que o caráter nada mais é do que as transformações geradas por impulsos primitivos. Concomitante a Freud, austríaco, o médico, psicanalista e cientista natural, Wilhelm Reich, aprofundou o significado de caráter através da seguinte teoria: “o caráter consiste numa mudança crônica do ego que se poderia descrever como um enrijecimento” (SILVA e ALBERTINI, 2005).

legal e passa a ser a principal responsável na formação dos valores essenciais da pessoa.

Segundo Silva e Albertini, Freud apresenta o método psicanalítico desde sua origem, no método catártico, até sua proposta de então, baseada na regra da associação livre. É possível observar a utilização do termo caráter no sentido mais convencional, moral, acrescida, porém, de uma outra perspectiva que vai repetir-se nas chaves de análises e reflexões posteriores, nos textos de Freud. A questão do caráter em Freud é construída e considerado como fonte de resistência em uma pessoa (SILVA e ALBERTINI, 2005).

Analizando o austríaco Wilhelm Reich (1930), Silva e Albertini dizem que sua teoria sobre o caráter do ser humano não é algo que se cria por escolha do próprio, ele é fruto de sua ação quando criança ao se “defender” no ambiente em que vivia. Essa defesa é na verdade a interação com o meio, ao qual ele se adaptou para se integrar, ou seja, isso vem diretamente de seu lar nos primeiros anos de vida. Eles dizem que para Reich, o fato corrobora para a formação do que é considerado “bom-caráter” e “mau-caráter” (SILVA e ALBERTINI, 2005).

Há criminosos que praticam conduta criminosa contra vidas que em sua grande maioria foram inseridas na primeira infância ou sofreram traumas nesse período crucial de sua formação. O meio em que uma criança inicia seu desenvolvimento pode ser inadequado para a sua estruturação e desenvolvimento psíquico. Portanto, a responsabilidade de construção dos elementos do psíquico de uma pessoa não depende somente de si próprio, mas é influenciado fortemente pelo meio em que está se desenvolvendo.

Siegel e Bryson defendem que a formação dos filhos depende das informações que eles recebem diariamente do ambiente que os cercam. Isso significa que as crianças crescem e se desenvolvem por espelhamento, aprendendo com o que observam do comportamento e seus pais e responsáveis. Os estudos neurocientíficos evidenciam que a interação dos pais com seus filhos estimula o desenvolvimento cerebral, o crescimento emocional e a aprendizagem (SIEGEL & BRYSON, 2015, p. 11).

Ainda sobre a existência da microssociedade enquanto família, as psicólogas Muszkat & Muszkat (2016) analisam o ambiente familiar disfuncional, aquela em que os conflitos, a má conduta e, muitas vezes, o abuso entre seus membros são produzidos de maneira contínua e regular. Nesse ambiente familiar, onde as crianças convivem e crescem com a disfuncionalidade da família, é pouco dada atenção aos prejuízos que uma criança sofre quando é testemunha de ações violentas dentro da sua própria casa. Esta pouca atenção por parte de órgãos e instâncias competentes, potencializam as fragilidades da estruturação psíquica da criança. Seu potencial, segundo a faixa etária, fica bastante comprometido e dificultará a estruturação e crescimento

futuro.

A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos. Ela transmite os valores, os usos dos costumes que formarão as personalidades e os pensamentos das pessoas. É no âmbito familiar que se aprende a resolver os primeiros conflitos de forma saudável (MUSZKAT & MUSZKAT, 2016, p. 39). É necessário que as famílias possam adotar maneiras mais pacíficas para solucionar seus problemas e assim inspirar aqueles que nela convivem, a inicialmente desenvolverem seus potenciais segundo a faixa etária e estruturarem-se no seu espaço psíquico para um futuro saudável.

Tais crianças quando são expostas à violência doméstica, como vítimas diretas, tendem a demonstrar pouco interesse em atividades sociais e/ou escolares, apresentam medos infundados e distúrbios de sono e de aprendizagem (MUSZKAT & MUSZKAT, 2016, p. 40). Nesse sentido, a estruturação psíquica da criança se torna comprometida a partir da sua referencialidade de parentalidade, lugar onde deveria gerar espaço de esperança, segurança e amor.

Quando uma criança vivencia momentos dolorosos, decepcionantes ou assustadores, isso pode ser avassalador, com intensas emoções e sensações corporais inundando apenas um lado do cérebro (SIEGEL & BRYSON, 2015, p. 54). É preciso que em situações específicas de eminente dor e sofrimento, especialmente dentro do ambiente familiar, alguém reconecte o cérebro da criança para criar harmonia e equilíbrio entre os dois hemisférios e assim possa permitir o crescimento saudável psíquico.

No início deste tema trouxemos presente a magnitude da reflexão sobre a constituição psíquica da pessoa na visão teológica, inclusive, alertando para a questão da finitude e da continuidade. Nesta mesma linha da formação do psíquico humano, o teólogo Karl Josef Erich Rahner (1904 – 1984 apud OLIVEIRA, 1984) afirma que o conhecimento de algo a fundo está em captar a sua essência, o que nos permite distingui-lo de outros seres. O teólogo define este processo como a formulação de “de-finição”, ou seja, percepção da finitude do ente. Tal ato de conhecimento só é possível porque nosso intelecto possui uma dimensão maior, mais abrangente, infinita. Quanto mais respostas encontramos mais este horizonte se amplia, é ele que dá os contornos, a identidade de determinado finito, distinguindo-o de outros.

Portanto, há uma ilimitação positiva do horizonte transcendental do conhecimento humano que mostra, a partir de si mesma, a finitude de tudo aquilo que não é capaz de preencher este horizonte. É a própria infinitude do ser, que é a condição de possibilidade da emergência da finitude. Há uma vasta linha de pesquisa sobre o tema da formação psíquica do ser humano, inclusive outras ciências debatem e definem sobre o referido tema. Entre as diversas é sensato

lembrar uma das ciências mais antigas que tratou desse tema que é a filosofia a partir de Platão e Aristóteles. Não vamos aprofundar nesta pesquisa, mas situar elementos conceituais, pois são bases do desenvolvimento do pensamento e de ciências posteriores.

A realidade consciente de ser em finitude e ser para a transcendência possibilita a reflexão e o encontro mais profundo do ser consigo mesmo e sua dimensão relacional em uma realidade social. Oliveira continua a dizer que para Rahner (1904 – 1984) é impossível pensar aqui dicotomicamente: o ente contingente (imanente) só é enquanto participa de seu fundamento (transcendente), pois não possui seu próprio ser, mas o recebe. O Absoluto é o fundamento último do ser contingente, de tal modo que o contingente só é enquanto participa do Absoluto que enquanto absoluto é radicalmente distinto do mundo, portanto, transcendente.

Porém, em virtude mesmo de sua transcendência absoluta está presente em tudo, perpassa tudo, é radicalmente imanente a tudo. Daí porque para Rahner, segundo Oliveira, o axioma fundamental para pensar a relação entre Deus e o mundo é: distância e proximidade, dependência e poder próprio crescem na mesma medida, isto é, dependência radical e realidade genuína do existente que procede de Deus crescem na mesma proporção e não inversamente. A partir da análise de Rahner a relação transcendental do ser humano evidencia a percepção de que a constituição psíquica da pessoa na visão teológica esbarra também na dimensão metafísica, mesmo sem ter isso sob controle da razão.

3.3 EQUILÍBRIO ENTRE RAZÃO E AFETO

O processo de dados entre a razão e o afeto é determinado pela relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto como meio de aprendizagem. Um exemplo evidente é a escola e o aluno, que tem a relação mediada pelo professor. A maneira com que o aluno se envolve com o conteúdo está diretamente associada ao modo com que seu professor se vincula com ele e com esse objeto de estudo. Quando os intercâmbios evidenciarem aspectos que ultrapassem a racionalidade e atinjam a afetividade, maiores serão as chances de sucesso desse aluno, no processo complexo e desafiante da produção de conhecimento.

A professora e psicóloga Juracy Marques escreve no livro da família no ano de 2019 um artigo sobre o equilíbrio entre a razão e o afeto, dizendo que esse equilíbrio gera energia, da qual produz saúde, lucidez e perseverança. A consideração da professora sobre esses elementos está em aceitar a vida como ela é, e não como gostaríamos que fosse. Isso inclui múltiplos desapegos e diminuição das decepções a desejos não cumpridos ou até mesmo aos fracassos

sofridos diante de tarefas distintas ou ainda objetivos não alcançados (MARQUES, 2019). A professora descreve sobre a importância de que os interesses individuais não sejam ressaltados acima dos interesses da coletividade em níveis sociais e familiares.

Ela diz ainda que esses valores citados se encontram na profunda fragilidade diante do *world wide web* (rede mundial de computadores) pois a infinidade de sites tem contribuído para a mudança de cultura e tem alcançado uma efetividade significativa. Estes meios trazem uma nova ênfase em democracia, desenvolvimento humano e aceitação de novas estruturas de família que se concretizam na busca dos avanços em múltiplos setores potencializando o agir do ser humano. Na mesma linha aparecem os combates ao paternalismo, o distanciamento da velhice, a fuga da dor e a busca incessante do prazer e da felicidade. Segundo Marques, nada disto é desprezível, no entanto, é preciso deixar que o ser humano viva seu processo natural desde o nascer até o morrer (MARQUES, 2019).

A carta magna do Estado Brasileiro, de 1988, ao falar sobre a dignidade da pessoa humana, descreve sobre a solidariedade social (art. 1º, III), e sobre a igualdade substancial (art. 3º, III). Isso significa que uma família constitucionalizada faz surgir uma visão democrática, em que o princípio da igualdade prestigia todos os seus membros. O pátrio poder cede espaço ao poder familiar, passa a existir absoluta isonomia entre os descendentes e todos passam a conviver sob o vínculo da parentalidade, quebrando a hierarquização que até então se impunha.

Na perspectiva descrita na Constituição Federal de 1988 a afetividade é um direito garantido que gera efetivação do respeito às diferenças individuais, desempenhando importante papel para a construção ou a reestruturação da personalidade de cada um. Esta efetivação entre as pessoas, sua identidade, sua individualidade e suas aspirações é uma preocupação não somente de desejar, mas de promover o bem-estar dos entes familiares (CABRAL, 2009).

Ela diz ainda que o respeito passa a permear, de modo mais intenso e expressivo, as relações na dinâmica familiar, não mais como uma forma de subjugar, de impor, mas de considerar o outro nas suas diversas manifestações. Os membros que compõe a família passam a viver em espírito de solidariedade e cooperação, buscando auxílio recíproco, promovendo a realização pessoal daqueles com quem dividem o espaço mais íntimo e privado.

Para identificar e melhor compreender os laços afetivos Cabral cita a clássica obra de “O Pequeno Príncipe”, de Saint-Exupéry, o qual narra as aventuras de um príncipezinho que consiste em visitar diferentes planetas a fim de conhecê-los e desvendar-lhes os mistérios. Durante essa encantadora aventura o príncipezinho encontra-se com o rei, o vaidoso, o bêbado, o homem de negócios, o acendedor de lampiões, o velho escritor, as rosas, a raposa e, entre

outros, o geógrafo. Com todos ele aprende elementos que ajudam na formação de seu carácter, seus princípios e na elaboração das regras de convivência (criar laços).

No diálogo com a raposa o autor evidencia a importância da afetividade e da arte de criar laços:

- Quem é você? - perguntou o pequeno príncipe. - Você é muito bonita...
- Sou uma raposa, disse a raposa.
- Vem brincar comigo, propôs o príncipezinho. Estou tão triste...
- Eu não posso brincar contigo, disse a raposa. Não me cativaram ainda.
- Ah! Desculpa, disse o príncipezinho.
- Após uma reflexão acrescentou:
- Que quer dizer “cativar”?
- Tu não és daqui, disse a raposa. Que procuras?
- Procuo os homens, disse o príncipezinho. Que quer dizer “cativar”?
- Os homens, disse a raposa, têm fuzis e caçam. É bem incômodo! Criam galinhas também. É única coisa interessante que eles fazem. Tu procuras galinhas?
- Não, disse o príncipezinho. Eu procuro amigos. Que quer dizer “cativar”?
- É uma coisa muito esquecida, disse a raposa. Significa “criar laços...”
- Criar laços?
- Exatamente, disse a raposa. Tu não és ainda para mim senão um garoto inteiramente igual a cem mil outros garotos. E eu não tenho necessidade de ti. E tu não tens também necessidade de mim. Não passo a teus olhos de uma raposa igual a cem mil outras raposas. Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo. E eu serei para ti única no mundo...
- Começo a compreender, disse o príncipezinho. Existe uma flor... eu creio que ela me cativou... (SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 68-69).

No rápido diálogo transcrito aparecem muitas lições de vida, como a importância de cativar (significa criar laços), gerando a concepção de família fundada na afetividade. Tão importantes são os laços afetivos que não aceitou o convite do príncipezinho para brincarem juntos, pois não podia, sem que antes fosse por ele cativada. A raposa afirma que só é possível um envolvimento verdadeiro entre pessoas que se tenham cativado a partir da construção da confiança que é indispensável como elementos no relacionamento.

Cabral diz que as pessoas somente conhecem de verdade aquelas a quem cativaram e por quem foram cativadas, pois é nessa interação que se desenvolve a interdependência, passando as pessoas a terem necessidade umas das outras (cf. CABRAL, 2009). Elementos que para Marques (2009) são fundamentais nas relações que objetivam a construção de relação de parentalidade a partir dos princípios da afetividade como equilíbrio das manifestações e impulsos da razão.

A raposa explica a importância da paciência na arte de conquistar e gerar confiança:

- Por favor... cativa-me! disse ela.
- Bem quisera, disse o príncipezinho, mas eu não tenho muito tempo. Tenho amigos a

descobrir e muitas coisas a conhecer.

- A gente só conhece bem as coisas que cativou, disse a raposa. Os homens não têm mais tempo de conhecer coisa alguma. Compram tudo prontinho nas lojas. Mas como não existem lojas de amigos, os homens não têm mais amigos. Se tu queres um amigo, cativa-me!

- Que é preciso fazer? perguntou o príncipezinho.

- É preciso ser paciente, respondeu a raposa. Tu te sentarás primeiro um pouco longe de mim, assim, na relva. Eu te olharei com o canto do olho e tu não dirás nada. A linguagem é uma fonte de mal-entendidos. Mas, cada dia te sentarás mais perto... (SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 70).

Na interpretação de Cabral a confiança que não aparece de maneira textual, mas nas entrelinhas, em vista que ela é um elemento importantíssimo na convivência em família e exige busca constante. Quando procura no coletivo gera maior expectativa entre as pessoas que se amam, pois desenvolvem condutas positivas como carinho, atenção, zelo, enfim, todas as manifestações de promoção do bem-estar (CABRAL, 2009).

O príncipezinho demonstra profundo sentimento de afeto, amor e cuidado com finalidade de desenvolver as potencialidades, de forma a assegurar uma convivência pacífica, altruística, sadia e responsável. No ambiente de referencialidade de parentalidade cada um dos membros da família é responsável pelo ambiente que ajuda a criar e pela contribuição para a salutar formação das pessoas do núcleo familiar. É tão intenso o que e como se fala, que até mesmo na despedida, se cativa e cria laços de afetos:

- Adeus, disse a raposa. Eis o meu segredo. É muito simples: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos.

- O essencial é invisível para os olhos, repetiu o príncipezinho, a fim de se lembrar.

- Foi o tempo que perdeste com tua rosa que fez tua rosa tão importante.

- Foi o tempo que eu perdi com minha rosa... repetiu o príncipezinho, a fim de se lembrar.

- Os homens esqueceram essa verdade, disse a raposa. Mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas (SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 72).

O tempo que é empenhado diante de alguém, especialmente nos membros da família, em um relacionamento produz o verdadeiro envolvimento, já que ele produz condutas de zelo, de satisfação de necessidades, de assistência ou mesmo de companhia e neles os laços afetivos se estreitam e se fortalecem. Portanto, é indispensável que se dedique tempo para construir o equilíbrio entre a razão e o afeto.

A construção de laços afetivos como ação de todos possibilitam que as pessoas se amem, se respeitem e desejem a felicidade reciprocamente. Estas atitudes favorecem a construção de pontes sobre os abismos emocionais, ligando as pessoas por vínculos na parentalidade. A partir

dos autores acima citados, percebe-se que o afeto é o propulsor do desenvolvimento do senso de respeito e de cuidado nas relações familiares.

3.4 INTEGRAÇÃO VERTICAL NO DESENVOLVIMENTO DO CÉREBRO

Quando se trata do tema referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar, trata-se de uma multiplicidade de realidades que envolvem as todas as fases da vida humana e todas as pessoas circunvizinhas. Essas realidades diversas exigem atenção e atitude constante em todos os níveis e tempos, no intuito de diminuir a violência a partir do contexto familiar, mesmo que em muitas situações sejam contraditórias, pois é nesse mesmo ambiente de referencialidade é que aparecem as origens das diversas violências.

Diante desse complexo contexto em que as pessoas vivem e onde também se originam as violências, vamos analisar a importância da integração de parte do cérebro no seu processo de desenvolvimento, olhando e analisando para a parte de cima e de baixo do cérebro. Em muitas situações essas duas partes são influenciadas em seu desenvolvimento e podem atingir um grau mais alto ou mais baixo de atuação, resultando nos impactos gerados na vida do cotidiano em uma pessoa, originários na desconexão das partes.

A integração é uma máxima no controle dos impulsos de fúria de uma pessoa, diante de um desequilíbrio emocional experimentando no cotidiano de sua própria vida (VAN DER KOLK, 2020, p. 117). Diante da situação inesperadas em que seja necessário a orientação aos filhos, raramente os pais ou responsáveis consigam estar a todo instante ao lado dos filhos, especialmente, nos momentos conflitantes. Uma das habilidades mais importantes que se pode ensinar é que, os filhos possam tomar boas decisões em situações de grande emoção e conturbação, isso será possível se identificar maturidade diante dos fatos mais exigentes da vida.

Esta ação concreta, provinda da maturidade, é realizada quando se consegue fazer a integração dos andares de cima e de baixo do cérebro⁶, saindo da realidade do medo, da raiva, passando para a imaginação, o pensamento e o planejamento, até chegar a uma ação madura e responsável diante de uma situação de conflito. Tudo isto de uma forma autônoma, sem necessitar de um outro adulto por perto para dar orientações ordinárias de resolução de conflitos

⁶ Siegel & Bryson (2015) descrevem a integração do cérebro como escadaria mental: integrando os andares de cima e de baixo do cérebro. Esta é uma das maneiras de falar do cérebro, identificando funções usuais. Eles acreditam que esta integração produz o equilíbrio emocional e possibilita a resolução dos fatos conflitantes.

(SIEGEL & BRYSON, 2015, p. 69). Talvez seja demasiadamente exigente esta tomada de atitude diante de situações anormais ao cotidiano, no entanto, são atitudes possíveis diante de uma preparação precedente.

A revolução significativa no modo de ver a mente e o cérebro em desenvolvimento, a partir da experiência traumática vivenciada especificamente no ambiente familiar é bastante impactante. Por muito tempo o processo usado para tratamento de pessoas nessa situação era a cura através da palavra, um desdobramento da psicanálise freudiana. O processo era um dos principais tratamentos para doença mental. Mais tarde foi desenvolvida como logoterapia por muitos cientistas, a partir de Viktor Emil Frankl (1905 - 1997), considerado o pai da logoterapia⁷.

Um estagiário em medicina no CSMM, Robert Penn Warren, conta que no final da década de 50 cientistas franceses haviam descoberto um novo composto para tranquilizar os pacientes e torná-los menos agitados e delirantes, apaziguando as explosões irracionais aterrorizantes. Esse composto, no Brasil chama-se Amplictil. Esse medicamento gerou esperança para o tratamento de problemas mentais graves e também controlar sintomas perturbadores originários nos impactantes relacionamentos (VAN DER KOLK, 2020, p. 32).

O Jovem estagiário descreve o trauma em confissões à meia-noite, emitidas por pacientes que perambulavam pelos corredores do hospital pois não conseguiam ter um sono reparador. A quietude noturna fazia recordar situações traumáticas de espancamentos, agressões violentas pelos próprios pais, por parentes, colegas de classe ou vizinhos. Essa mesma quietude noturna parecia oportuno para a reflexão interior e se abrir (logoterapia) falando das adversidades traumáticas para o jovem estagiário.

Nos estudos mais avançados já se sabe que ao menos a metade das pessoas que procuram ajuda psiquiátrica foram agredidas, abandonadas, maltratadas e até estupradas na infância ou presenciar episódio de violência na família. Estudos mais avançados conseguem detectar os impactos que isso causou na vida de uma pessoa e o desencadeamento de ações impactantes no desequilíbrio mental, emocional, psicológico e até mesmo o pensamento e tentativas de suicídio.

Siegel & Bryson (2015) descrevem que o cérebro do andar de baixo inclui o tronco cerebral e a região límbica, situadas nas partes mais baixas do cérebro, da parte de cima do pescoço até mais ou menos a ponta do nariz. Cientistas dizem que estas partes mais baixas são mais primitivas porque são responsáveis por funções básicas (Como respirar e piscar), por

⁷ Processo terapêutico usado na década de 1950 no Centro de Saúde Mental de Massachusetts – CSMM.

razões inatas e impulsos (lutar e fugir), e por fortes emoções (sentir raiva e medo).

Toda reação que se dá de uma forma automática, instintiva, é sinal de que a pessoa está acionando a dimensão de baixo do cérebro e constituindo mecanismos de proteção em vista de segurança. Em uma razoável analogia, o andar de baixo do cérebro é como andar de baixo da casa, onde se encontram as necessidades mais básicas do cotidiano usual da família, que são encontradas com certa celeridade.

O cérebro no andar de cima é completamente diferente. Ele é feito do córtex cerebral e de suas diversas partes especialmente aquelas diretamente atrás da testa, incluindo o que é chamado de córtex pré-frontal médio. Ele é mais evoluído e pode ter uma perspectiva mais completa de mundo e pode ser comparado com um gabinete iluminado no segundo andar de uma biblioteca repleta de janelas que permite ver tudo com mais clareza. É o local onde desenvolve os processos mentais como pensar, imaginar e planejar. É um local bastante sofisticado, que contém a parte analítica e os pensamentos mais complexos, sendo responsável por produzir características de maturidade, tomada de decisão, planejamento de qualidade, controle sobre as emoções e o corpo, auto compreensão, empatia imoralidade (IEGEL & BRYSON, 2015, p. 70).

Apartir da teoria dos autores sobre a escada mental percebe-se que com o funcionamento adequado da parte de cima do cérebro a pessoa tem condições de fazer o melhor autocontrole diante de situações inesperadas e conflituosas, para tomar a melhor decisão e o menor impacto negativo. Essa situação deriva de um controle anterior, amparado pelo ambiente familiar o qual ajuda a construir de forma saudável e madura a parte superior do cérebro. Aqui aparece a importância das pessoas que estão ao redor da criança em desenvolvimento estrutural e aperfeiçoamento do conhecimento de mundo. A referencialidade de parentalidade é uma oportunidade de desenvolver e propiciar a estruturação destas virtudes cerebrais para uma criança.

Mesmo que haja um melhor equilíbrio da escada mental diante de situações conflituosas, como indicam Siegel & Bryson (2015), na possível tomada de decisão, percebemos que é preciso ter a consciência que são situações geradas de experiências impactantes que resultam em sofrimentos múltiplos. Para Van Der Kolk (2020), grande parte dos sofrimentos humanos é relacionado ao amor e à perda e cabe os terapeutas ajudar a pessoa a reconhecer, experimentar e suportar a realidade da vida, com todos os seus prazeres e aflições.

Para Van Der Kolk, as maiores fontes de sofrimento humano são as mentiras que as pessoas contam umas das outras. Ele dizia que era preciso que cada um fosse honesto consigo mesmo a respeito de todos os aspectos da experiência. Afirmava que as pessoas nunca poderiam

se curar sem saber o que sabe ou sem sentir o que sente. A cura depende do conhecimento derivado da experiência, só se pode cuidar plenamente da vida se consegue conhecer a realidade do corpo, em todas as suas dimensões viscerais (VAN DER KOLK, 2020, p. 37). Portanto, a integração no desenvolvimento do cérebro é a primeira parte da constituição da pessoa, mas quando esta passa por disfunções diversas, então a integração de si mesma como pessoa pode levá-la ao melhor processo de cura.

Siegel & Bryson (2015) afirmam que o cérebro de uma pessoa funciona melhor quando o andar de cima e o andar de baixo estão integrados com um com o outro. Com base na teoria deles, e dentro do estudo em referencialidade de parentalidade, percebe-se que um dos objetivos de um pai está em ajudar a construir e reforçar a escadaria metafórica que conecta os cérebros superior e inferior para que ambos consigam trabalhar em equipe.

Os autores dizem que o andar de cima consegue monitorar as ações do andar de baixo e acalmar as reações intensas, os impulsos e assim emoções que se originam ali. Seria anormal que o andar de cima tomasse decisões isoladamente, seria uma espécie de vácuo e sem contribuições nas emoções e nos instintos do corpo. Também seria anormal que o andar de baixo tomasse decisões sem respeitar um plano de ação. Por isso, a integração permite o fluxo livre entre as partes inferior e superior do cérebro que agem de forma coordenada, funcionando juntas como um todo (SIEGEL & BRYSON, 2015, p. 72).

Diante das diversas análises desenvolvidas pelos autores acima, é compreensível que o cérebro tem o seu desenvolvimento de diversas formas e os estudos procuram vê-lo de diversas maneiras para melhor compreender as vias de busca do aperfeiçoamento. Quando este desenvolvimento é resultante das relações externas no seu cotidiano, parece ser mais evidente a importância de interferência preventiva. Isso pode ser feita de diversos modos, mas de maneira especial na harmonia e readaptação do meio em relação, pois quando se busca aprender no coletivo, o ato gera maior expectativa entre as pessoas que se amam e geram condutas positivas e promoção do bem-estar (CABRAL, 2009).

A integração vertical no desenvolvimento do cérebro advém de vários fatores correlacionados a diversas instâncias de onde a pessoa se encontra nas determinadas faixas etárias. Essa integração da parte de cima e da parte de baixo é um elemento essencial permanente no processo de desenvolvimento do cérebro em vista da harmonia corporal enquanto pessoa e a busca de bem estar em relação aqueles que o rodeiam. Quando há o descompasso nesse processo, resulta na desarmonia de partes ou da integralidade da pessoa, impactando de forma significativa o seu ser e posteriormente o ser fazer.

3.5 ESTRUTURA DE CONEXÃO DO “SELF” E O COLETIVO

Há elementos no ser humano que é tão antigo quanto a sua própria existência. Entre estes elementos estão as ações movidas em benefício da “self” e há outros em benefício da coletividade. São tendências próprias de cada pessoa, sendo um diferente do outro na ação em si e para si, assim como na ação em si para o outro. Uma boa dose de egoísmo em uma pessoa é normal e bastante saudável, no entanto, há muitas pessoas que são incapazes de pensar nas outras pessoas com empatia.

É evidente que os pais pretendem tornar os filhos homens e mulheres fortes, complacentes, respeitosos e amorosos, mas esses elementos não estão presente desde a tenra idade de uma pessoa, pois é um processo a ser percorrido e adquirido como valores. Entre a realidade dos desejos dos pais e a realidade vivenciada pelo filho há uma distância significativa que precisa ser conciliada ao tempo oportuno.

Estas realidades pessoais, coletivas e as buscas saudáveis dos pais esbarram na visão e interpretação consciente da experiência acumulada no inconsciente de cada pessoa. Freud já havia observado essa realidade e nominou-a como trauma psíquico ou lembrança do trauma. Disse ainda que o trauma não é um agente libertador de sintomas, mas identificação de corpos estranhos a qualquer tempo da infiltração⁸. O trauma interfere no funcionamento de áreas cerebrais que gerenciam interpretam a experiência. Uma percepção saudável de “self”, que permita alguém afirmar com confiança “é isso que penso e sinto” ou “é isso que está acontecendo comigo” depende de uma interação saudável e dinâmica entre essas áreas.

Siegel & Bryson afirmam que é importante confiar no processo ao seu tempo e saber que muito do que se quer para os filhos vai ocorrer ao longo do tempo, é preciso prepará-los e direcioná-los para que se tornem crianças, adolescentes e adultos totalmente capazes de ter relacionamentos e de levar os sentimentos dos outros em consideração. É preciso entender que algumas pessoas, simplesmente, têm menos conexões neural no circuito encarregado de empatia e relacionamentos (SIEGEL & BRYSON, 2015, p. 172).

Quando isto acontece em uma criança o problema não é de caráter, mas uma questão de desenvolvimento, e por isso é preciso esperar tempo ao tempo como já afirmaram os autores. Há crianças que tem o sentimento de compaixão mais a florado que outras, e isso pode ser mais

⁸ A moderna neurociência corrobora plenamente a ideia de Freud de que muitos de nossos pensamentos conscientes são racionalizações complexas da profusão de instintos, reflexos, motivos e memórias estranhas que emanam do inconsciente. Tal como a infecção causada por uma farpa, o trauma é a resposta do corpo objeto estranho, uma resposta que se torna um problema maior do que o invasor (VAN DER KOLK, 2020, p. 292).

evidente e diferenciá-las diante dos fatos do cotidiano da vida e das relações. Entre elas sempre há a necessidade de uma ou outra em ser ajudada por alguém que possa gerar confiança e segurança suficientes para se tornar adesão como forma de viver.

É preciso que os pais ou responsáveis possam desenvolver a noção forte e resiliência de “eu”. As crianças precisam também de ajuda para compreender o que significa tornar-se parte de um “nós”, no intuito de se integrarem com os outros. É preciso ajudar as crianças a se tornarem um “nós”, sem perder o “eu” individual, sendo esta uma tarefa difícil e de altíssima relevância na educação e aperfeiçoamento de um filho (SIEGEL & BRYSON, 2015, p. 173).

O ato de relacionar-se é fruto de uma visão mental aperfeiçoada para além do “self”, pois ela se encontra integrada com a mente do outro. Por isso, é preciso desenvolver relacionamentos satisfatórios ao mesmo tempo que se cultiva uma noção saudável do “self”. Esse processo de conscientizar em integrar as muitas partes diferentes de si mesmo por meio da consciência é a chave da visão mental como percepção pessoal. Este processo não é uma questão automática na pessoa, mas sim fruto de aprendizados permanentes assimilados através de experiências adquiridas com uma ou outra pessoa, especialmente as de maior convívio.

A conexão entre o “self” e a coletividade depende da empatia e de reconhecer os sentimentos, os desejos e as perspectivas do outro, caso contrário esta conexão é construída de forma bastante fragilizada. Além de desenvolver em integrar todo o seu cérebro e as diferentes partes de si mesmo, ele precisa de muita prática para ver as coisas da perspectiva de outras pessoas, para visualizar a mente das outras pessoas (SIEGEL & BRYSON, 2015, p. 174). Para que se possa atingir este nível de maturidade de conexão com as perspectivas do outro, sem alterá-las, é preciso de significativos esforços de si e daqueles que estão em torno.

Para Van Der Kolk (2020), quando a pessoa permanece o tempo todo perturbado pela origem das sensações corporais, de uma forma consciente e isolado dela, produz a incapacidade de sentir e verbalizar o que está acontecendo consigo mesmo. Esta percepção será possível se ela entrar em contato com o próprio corpo, conectando-se visceralmente com o “self”, é que a pessoa consegue recobrar a noção de quem ela é, assim como de suas prioridades e valores. O trauma leva o indivíduo a se sentir outra pessoa ou como ninguém e para superá-lo, é preciso retomar o contato com seu corpo, ou seja, com seu “self”⁹.

9 O senso de “self” depende de o indivíduo ser capaz de organizar as memórias num todo coerente, o que requer conexões funcionais entre o cérebro consciente e o sistema de “self” do corpo – conexões com frequência danificadas pelo trauma (VAN DER KOLK, 2020, p. 293). Para Siegel & Bryson o “self” saudável ocorre quando surgem as conexões eu – nós a partir da criação cerebral de relacionamentos, desde a construção ao aperfeiçoamento destas realidades sem exigências demasiadas, pois o “self” e a comunidade são fundamentalmente inter-relacionados, uma vez que todo cérebro é construído por suas interações com os outros (SIEGEL & BRYSON, 2015, p. 175).

Ao descrever sobre o “self” ameaçado, Van Der Kolk (2020) cita um artigo publicado na revista Science, no ano 2000, por Damásio e colaboradores, a qual descrevia que reviver uma forte emoção negativa causa mudanças importantes nas regiões cerebrais que recebem sinais nervosos dos músculos, dos intestinos e da pele, que são áreas cruciais para regular funções corporais básicas. As tomografias cerebrais demonstram que recordar um episódio passado carregado de emoções leva o cérebro a reviver as sensações viscerais experimentados por ocasião do evento original.

O elementar sistema do “self” no tronco encefálico e no sistema límbico é ativado energicamente quando as pessoas se veem diante de ameaças de aniquilamento, o que tem como resultado uma sensação avassaladora de medo e terror, acompanhada de intenso estímulo fisiológico. Pessoas nessas realidades se sentem presas e com a sensação de um vazio profundo, que leva a encontrar-se entre a vida e a morte, um estado de medo paralisante ou de fúria cega. O sono se mostra cronicamente perturbado e com frequência a comida deixa de lhes proporcionar prazer (VAN DER KOLK, 2020, p. 117).

Diante de mais uma complexa teoria de relacionamento, mas de altíssima necessidade é que aparece as essencialidades da relação de referencialidade de parentalidade, a qual terá uma influência significativa para que todo esse processo se concretize na vida de uma pessoa, nas relações. Uma pessoa que consiga desenvolver todo o seu ser diante de boas referências, terá mais facilidade do seu “self” integral estruturado, ao mesmo tempo que mantém a conexão com a coletividade de forma super saudável.

Não obstante, toda essa complexidade de conexões do “self” e a coletividade perpassa por inúmeros elementos que geram estruturação e maturidade para se chegar ao nível necessário para que tudo isto aconteça. Numa realidade em que a referencialidade de parentalidade propicia este ambiente e oportuniza, tudo pode ser mais fácil atingir e o benefício se torna tanto para a pessoa como para aqueles que por perto dela estão. É importante lembrar, como já descrito em temas anteriores, que, o ser humano é um indivíduo em relação e, desta forma, ele adquire o aperfeiçoamento de si mesmo.

3.6 CUIDADO E PROTEÇÃO INSTITUCIONALIZADOS E REFERENCIALIDADE

Na continuidade do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa sobre referencialidade de parentalidade frente a violência familiar é inevitável a permanência da análise sobre as pessoas que fazem parte do contexto no qual uma criança se desenvolve em sua estrutura

humana. Nesse sentido vamos analisar duas dimensões de referencialidade do qual uma criança está imersa em seu aperfeiçoamento: o cuidado e a proteção institucionalizada, normalmente, por parte do governo ou instituições e a própria instituição familiar, sejam de forma temporária ou definitiva.

Já adentrando na análise conceitual, quando se fala de instituição familiar não se limita somente a fatores como laços de sangue, casamento, consórcio sexual ou filiação. A literatura apresenta uma vasta linha de definição e conceitos sobre a família. Sanches & Simão-Silva (2017) afirmam ainda que a família é a primeira organização social que todo ser humano está inserido, independente da sua configuração. Ela influencia diretamente no processo de desenvolvimento de qualquer pessoa humana, pois acompanha a vivência nos diversos ciclos que são intrínsecos a espécie humana. A família é um sistema de influências, que agrega a seus membros diversas experiências, simbolizações, representações e padrões culturais, influenciando, diretamente na estruturação psíquica social dos mesmos (BARANCELLI; ROSANELI, 2017, p. 150).

A família tem a missão de prover aos seus a integridade em relação às necessidades essenciais para o bom desenvolvimento estrutural como pessoa, especialmente as crianças em sua fase inicial, transmitindo os valores, a história, os costumes, toda a bagagem cultural entre outros elementos que vão gerando a inteireza da pessoa que está sendo estruturada dentro do seio familiar, produzindo segurança e confiança em seu desenvolvimento integral. Toda essa aquisição de elementos enquanto desenvolvimento, aperfeiçoamento devem gerar a satisfação do viver, pois a sua realidade está composta das essencialidades enquanto pessoa em relação.

Diante deste agrupamento de elementos oferecidos por uma família funcional, percebe-se que a figura paterna e materna, a partir de um conceito de família ampliada, devem prover condições para que seus membros familiares tenham suas necessidades biológicas, fisiológicas, psicológicas atendidas e supridas. Percebe-se que assimilação destes elementos é de grande valia, talvez essenciais, para o desenvolvimento saudável de um ser enquanto pessoa, e esses elementos estão relacionados a dimensão de proximidade e relações familiares.

Hellinger (2007) diz que a família é um empreendimento do qual todos participam e do qual todos tem seus deveres. Os pais dão aos filhos aquilo que eles próprios são. A isso nada podem acrescentar e também nada podem tirar. Os filhos só podem aceitar os pais como eles são. Por outro lado, os pais dão aos filhos algo a mais, além da vida, pois cuidam deles por muitos anos e de muitas maneiras. A soma de tudo isso resulta num desnível tão grande entre pais e filhos que estes jamais poderão compensar e retribuir (HELLINGER, 2007, p. 135).

Não obstante, não se nega que uma família possa ter fragilidade para promover um

ambiente funcional adequado, que possa oferecer afeto e proteção, como convívio harmonioso, onde as crianças possam sentir-se bem, confortáveis e seguras para o seu desenvolvimento integral enquanto pessoa, mesmo diante de situações um pouco desarmoniosas. Apesar de possíveis desajustes funcionais, o ambiente familiar ainda se apresenta como o lugar mais propício para que aquisição de tais valores essenciais para o desenvolvimento da criança, sendo oferecido de uma forma mais completa possível segundo as capacidades deste mesmo ambiente.

Mesmo diante de tais análises positivas e de alta confiança, não se nega que o ambiente familiar tenha espaços menos adequados para o desenvolvimento da criança, onde apresentam situações de conflitos que possam gerar violência, desamparo, negligência e até mesmo abusos. Quando esta realidade começa se apresentar neste ambiente familiar, o desamparo e o desajuste daquilo que antes era esperado aparecem, é quando alguém de fora dessa realidade percebe e age diante de situações, onde possa, reorganizar o ambiente familiar ou até mesmo separar os indefesos deste mesmo ambiente, salvaguardando a sua integridade e sua segurança (BARANCELLI; ROSANELI, 2017, p. 151).

Quando o ambiente familiar fragiliza sua função é sensato que alguém de fora possa interferir nesta relação para que possa salvaguardar a integridade do desenvolvimento das pessoas indefesas. Nesta disfuncionalidade do ambiente familiar, é que o estado e/ou as instituições tomam iniciativas de proteção e amparo àqueles que estão mais desprotegidos. A questão é que, esta institucionalização não oferece elementos de alta relevância para o desenvolvimento da criança, enquanto pessoa, como é implícito na realidade da relação familiar.

Barancelli e Rosaneli são categóricos ao dizer que o acolhimento institucional e o acolhimento familiar não são sinônimos, apesar de terem objetivo convergente que é proteger as crianças em situações de vulnerabilidade no ambiente familiar. Isso é tão evidente quando se analisa os elementos essenciais daquilo que caracteriza o ser família e sua função diante da prole, que carrega uma diferença significativa daquilo que caracteriza o Estado e/ou as instituições e de sua função que eles têm em relação a uma criança e a família.

Outros elementos são importantes diante da institucionalização do ambiente de acolhida da criança, segundo Hellinger (2007) há algo de comum entre os filhos e os pais, porque a família é também um empreendimento do qual todos participam e no qual cada um tem seus deveres. Os filhos precisam também dar algo na família, de acordo com as eventuais necessidades. Isto se torna bastante incipiente quando a relação está diretamente com o uma realidade institucionalizada, pois distancia da realidade mais próxima daquela que é mais propícia ao desenvolvimento integral do ser humano como pessoa.

Esta diferenciação estrutural de cada um tem influência direta na vida das pessoas que nelas participam, especialmente quando esta pessoa carrega certo grau de vulnerabilidade derivado de impactos antecedentes. Os autores citam a determinação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) sobre a permanência de crianças e adolescentes em um acolhimento institucionalizado enquanto estado, isto é a criança não pode passar de dois anos de permanência. No entanto, essa não é uma realidade efetivada, pois a pesquisas que apontam uma outra realidade de permanência. Mais da metade das crianças moram na instituição há dois anos, assim como 33% reside nas instituições entre dois e cinco. 13% está na instituição entre seis e dez anos e, 6% está na instituição por mais de dez anos (BARANCELLI; ROSANELI, 2017, p. 153).

Diante da lei promulgada pelo ECA é de alta relevância à preocupação com a estruturação humana da criança, pois a lei tem intenção de devolver a criança para um ambiente mais próximo de sua realidade humana, que é a estrutura família, ou ao menos, devolvê-la a um ambiente de parentalidade. Essa realidade normativa diante das situações de vulnerabilidade de uma pessoa procura tratar a pessoa com sua dignidade propiciando o crescimento e aperfeiçoamento humano integral.

No entanto, diante do percentual alarmante que apresentam as pesquisas, acima citadas, em relação a estas crianças e adolescentes em permanência nas instituições de acolhimento, percebe-se que a não efetivação da lei influencia diretamente a vida estrutural de uma pessoa podendo comprometer todo o seu futuro enquanto pessoa e enquanto família. Se até mesmo a normativa reconhece esta realidade em relação ao ambiente de acolhida de uma criança em vulnerabilidade, logo, é sensato perceber que o desenvolvimento humano integral pode acontecer de forma mais saudável em um ambiente parentalidade.

O ato de cuidar e proteger uma pessoa em alto risco de vulnerabilidade deve ocorrer através de um olhar holístico da pessoa em si e das relações que o cercam, inclusive dos ambientes aos quais são colocados em vista de benefícios esperados. O ser humano é um ser em relação, com predisposição de aperfeiçoamento de tudo o que já é, no entanto, carrega em si alta fragilidade daquilo que tem potencialidade de ser. Nesse sentido, o desenvolvimento integral de uma pessoa exige cuidado e proteção constante, especialmente quando isso corre o risco de não ser garantido por direito ou efetivado.

3.7 BASE SEGURA E A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

*“Quando as raízes são profundas
Não há razão para temer o vento”
(Provérbio Chinês)*

Diante de uma grande obra da construção civil talvez não seja tão sensato definir uma das etapas mais importantes que as outras no processo de edificação de um edifício, mas se a base não for bem densificada tudo o resto será construído diante da insegurança e da fragilidade. E esta insegurança acompanhará todo o processo de edificação e permanecerá por toda a existência do edifício, acirrando toda a vez que estiver suposta ou evidente alguma força contrária que posso atingi-lo. Sem a base segura, o restante do edifício permanece na tensão frequente.

Assim também, ao analisar a referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar, a partir da base segura na psicologia do desenvolvimento humano, talvez não seja o mais sensato separar uma das partes e defini-la como a mais importante. Diante do processo da psicologia do desenvolvimento todas as partes ou faixas etárias, os ambientes, as relações são de equivalência de valores, obviamente que todas estão alicerçadas em uma base sólida e segura.

A experiência vivencial sobre o nascimento de uma criança, sabemos que são dados alguns elementos essenciais, como: olhar, afeto, higiene, veste e alimento. Nestes atos é perceptível o quanto a criatura humana é profundamente social. À medida que ela cresce, aos poucos aprende a cuidar de si mesmo, física e emocionalmente. Com seu desenvolvimento depara-se com pessoas e devolve o cuidado que recebeu em sua tenra idade. Van Der Kolk afirma que crianças cujos pais são fontes confiáveis de bem estar e resistência tem uma vantagem para toda a vida, uma espécie de amortecedor contra o pior que a sorte possa lhes trazer (VAN DER KOLK, 2020, p. 134).

O próprio autor continua escrever que as crianças são cativadas por rostos e vozes, e tem uma sutil sensibilidade as expressões faciais, posturas, tons de voz, modificações fisiológicas, ritmos de movimentos e intenções. Diz ainda que esses elementos são inatos como parte da evolução, essencial para sobrevivência destas criaturas indefesas. Acrescenta que o outro elemento inato na criança é a capacidade de escolher um ou alguns determinados adultos com quem seu sistema natural de comunicação se desenvolve. Com estas atitudes inatas cria um vínculo primário de apego. Quanto mais receptivo adulto, maior será o apego e a probabilidade

de que a criança desenvolva formas saudáveis de reagir as pessoas ao seu redor.

Van Der Kolk descreve em sua obra as constantes observações e análises das relações de interação entre as mães e seus filhos na praça *Regent's Park*, em Londres. Enquanto as mães estavam nos bancos da praça tricotando ou lendo jornal, as crianças se afastavam para explorar o mundo, olhando para trás de vez em quando, para assegurar-se de que a mãe continuava ali. Quando uma outra pessoa se aproximava e começava conversar com suas mães, as crianças voltavam correndo e se punham perto da mãe, para se certificar de que ainda tinham sua atenção. Crianças menores ficavam mais nervosas ao notar que a mãe não estava plenamente envolvida com eles. Outro dado importante da análise é que quando as mães somem de vista, as podem fazer chorar e parecer inconsoláveis, mas, assim que ela reaparece, se aquieta e voltam a brincar (VAN DER KOLK, 2020, p. 134).

Van Der Kolk continua afirmando em sua análise que o apego é base segura a partir da qual uma criança se aventura no mundo e o apego mais denso passa pela nobre presença de uma mãe. Ao longo de cinco décadas seguintes, a pesquisa comprovou que ter um porto seguro promove auto confiança, instaura o sentido de solidariedade e solicitude em relação a outras pessoas em dificuldades. A partir do dar e receber do vínculo de apego, as crianças aprendem que os outros tem sentimentos e ideais tanto semelhantes como diferentes dos delas mesmas. Com isso, entram em sintonia com o seu ambiente e com as pessoas que as rodeiam, adquirindo auto confiança, a empatia, o controle de impulsos e auto motivação que permite tornar membros úteis da cultura social mais ampla (VAN DER KOLK, 2020, p. 135).

E ainda, a análise empírica de Bowlby (1907-1990) pode ser lida a partir das teorias de Jean Piaget sobre os estágios e períodos do desenvolvimento. Piaget (1964) diz que esse processo caracteriza as diferentes maneiras do indivíduo interagir com a realidade, ou seja, de organizar seus conhecimentos visando sua adaptação, constituindo-se na modificação progressiva dos esquemas de assimilação. Os estágios evoluem como uma espiral, de modo que cada estágio engloba o anterior e o amplia. Piaget não define idades rígidas para os estágios, mas sim que estes se apresentam em uma sequência constante que ele chama: sensório-motor, pré-operacional, operações concretas e operações formais.

Um dos estágios é o sensório-motor que equivale mais ou menos de 0 a 2 anos. Nesta fase a atividade intelectual da criança é de natureza sensorial e motora. A principal característica desse período é a ausência da função semiótica, isto é, a criança não representa mentalmente os objetos. Sua ação é direta sobre eles. Essas atividades serão o fundamento da atividade intelectual futura. A estimulação ambiental interferirá na passagem de um estágio para o outro

(PIAGET, 1964, p. 277). A presença da mãe, mesmo que sentada no banco tricotando ou lendo um jornal mantém a conectividade com a criança e esta, sente-se segura, favorecendo a densificação de sua base de desenvolvimento integral.

Estágio pré-operacional, equivale a mais ou menos de 2 a 6 anos. Este estágio pré-operacional é como um sub estágio do estágio de operações concretas, ou seja, a criança desenvolve a capacidade simbólica. Ela já não depende unicamente de suas sensações, de seus movimentos, mas já distingue um significador (imagem, palavra ou símbolo) daquilo que ele significa (o objeto ausente), o significado.

Este período caracteriza-se pelo egocentrismo, isto é, a criança ainda não se mostra capaz de colocar-se na perspectiva do outro, o pensamento pré-operacional é estático e rígido, a criança capta estados momentâneos, sem juntá-los em um todo. Pelo desequilíbrio há uma predominância de acomodações e não das assimilações. Pela irreversibilidade a criança parece incapaz de compreender a existência de fenômenos reversíveis, isto é, que se fizermos certas transformações, somos capazes de restaurá-las, fazendo voltar ao estágio original, por exemplo, a água que se transforma em gelo e aquecendo-se volta à forma original (PIAGET, 1964, p. 284).

O estágio das operações concretas, equivalente a mais ou menos dos 7 aos 11 anos, a criança já possui uma organização mental integrada, os sistemas de ação reúnem-se em todos integrados. Piaget fala em operações de pensamento ao invés de ações. É capaz de ver a totalidade de diferentes ângulos. Conclui e consolida as conservações do número, da substância e do peso. Apesar de ainda trabalhar com objetos, agora representados, sua flexibilidade de pensamento permite um sem número de aprendizagens (PIAGET, 1964, p. 294).

O estágio das operações formais, mais ou menos dos 12 anos em diante, ocorre o desenvolvimento das operações de raciocínio abstrato. A criança se liberta inteiramente do objeto, inclusive o representado, operando agora com a forma (em contraposição a conteúdo), situando o real em um conjunto de transformações. A grande novidade do nível das operações formais é que o sujeito se torna capaz de raciocinar corretamente sobre proposições em que não acredita, ou que ainda não acredita, que ainda considera puras hipóteses. É capaz de inferir as consequências (PIAGET, 1964, p. 298).

Se voltarmos a imagem criada no início deste tema, sinalizando a base da construção do edifício e a base da edificação da estrutura do desenvolvimento humano percebemos que há uma correlação entre elementos, fatos, ambientes e diversidades onde a pessoa é colocada e a partir disso desenvolve-se constituindo-se como pessoa. Desde a análise das teorias de

Piaget (1964) se percebe profunda similaridades nas estruturas de desenvolvimento humano, evidenciando que a base é essencial para a segurança do desenvolvimento integral.

Portanto, os diversos autores analisados neste segundo capítulo descrevem sobre a importância do desenvolvimento da pessoa humana em um ambiente saudável para que ela possa se auto constituir também de modo saudável. A estrutura e a conexão de todas as suas dimensões humanas estão relacionadas aos fatos externos do qual abstem os elementos suficientes para sua estruturação. O ser humano saudável em sua estrutura pode gerar também uma relação familiar saudável, assim como, a constituição de uma sociedade mais saudável, no entanto, toda essa tarefa é responsabilidade de todos os envolvidos, enquanto pessoas e instituições.

4. A TEOLOGIA E A ESPIRITUALIDADE COMO VIA DE RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA DAS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA FAMILIAR

4.1 A PESSOA A PARTIR DA MORAL TEOLÓGICA

Algumas vias de ressignificação da vida das vítimas da violência familiar¹⁰ aparecem a partir da espiritualidade e da teologia, considerando os impactos causados nas pessoas abstraídos nos ambientes familiares. Este capítulo não tem a ousadia e nem a pretensão de encerrar ou de dar um tom de finitude na discussão do tema pesquisado. Apenas toma como pressupostos as indicações de vias já experimentadas na historicidade pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana, como processo de ressignificação. Mesmo sabendo que a teologia e a espiritualidade não são as únicas, e nem tem a pretensão de ser as melhores vias, no entanto, são apresentadas como caminho seguro a partir da Igreja Católica Apostólica Romana.

Diante das questões fundamentais do ensinamento da moral teológica, a Igreja Católica Apostólica Romana oferece um ensinamento que baseando-se na relação do ser humano com Criador, defendida pela Igreja como verdade teológica. Esta verdade é demonstrada por toda a criação divina, especialmente no ser humano, pois este foi criado à imagem de Deus e a verdade ilumina a inteligência e modela a liberdade do homem (Gn 1,26). Por possuir essa filiação divina, o ser humano é portador da luz, contudo, o pecado além de ofuscar a luz da verdade, leva a busca de uma liberdade fora da verdade a qual é mentira. Mas, a busca incansável do ser humano por respostas ao sentido da vida demonstra quão lhe são caras as lutas do coração e da consciência moral.

A carta encíclica *Veritatis Splendor* tem por finalidade apontar Jesus Cristo como uma resposta para questão moral, uma vez que Ele é a imagem do Deus invisível. Partindo desta premissa de que a luz da revelação, ou seja, da Encarnação do verbo, aquilo que era incompreensível tornasse compreensível, pode ser que a verdade do ser humano se esclarece,

¹⁰ Os conceitos e definições sobre violência familiar são historicamente bastante amplo, no entanto, pode ser definida como um ato de constrangimento físico ou moral pelo uso de força ou coação contra alguém. Um exercício desproporcional de poder que ameaça à integridade física, emocional, religiosa, familiar ou profissional de alguém (MUSZKAT & MUSZKAT, 2016, p. 35). O tema sobre a violência familiar é tão relevante que deve ser considerado ameaça à saúde pública, pois afeta a integridade física e mental das pessoas, das famílias e da sociedade. Nos últimos anos, muitos documentos e declarações (Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e os três documentos pós constituição de 1988: o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Estatuto da Pessoa Idosa (2003) e a Lei Maria da Penha (2006)) aperfeiçoaram a nomenclatura sobre esse tipo de agressividade no âmbito parental. A violência familiar ficou caracterizada como um tipo de violência expressa por meio do uso intencional de força ou de poder, de fato ou como ameaça, contra uma pessoa que faz parte da sua família nuclear.

de modo que ele pelo seu juízo não pode construir uma moral segundo seu arbítrio, mas segunda revelação (VS, 1).

O ser humano está como que obrigado a perguntar-se: o que devo fazer? Como posso discernir o bem do mal? (VS, 2). A Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes* em respostas a essas questões religiosas e morais afirma que na realidade, o mistério do homem só se esclarece verdadeiramente no mistério do Verbo Encarnado (GS, 22). Portanto, na Igreja permanece a responsabilidade de investigar e atualizar os sinais dos tempos a luz do evangelho para que possa responder a todas as gerações os questionamentos acerca do sentido da vida.

Ainda acerca da filiação divina e do valor da vida humana, afirma Bernhard Haering: a vida humana, como sublime dom de Deus, é sagrada. A pessoa humana é chamada, em sua vida corporal, a se realizar como imagem e semelhança de Deus. A vida humana não é apenas a criação mais maravilhosa da Palavra de Deus, pois sua dignidade aparece, sobretudo, na Palavra de Deus que se faz carne, tomando um corpo vivo (Jo 1,14). O mistério da redenção completa-se nesta própria vida corporal, pela encarnação do verbo de Deus, tornando a vida corporal o dom mais precioso do Pai a Jesus (HAERING, 1984, p. 09).

A tese de Haering faz recordar as definições e conceitos trabalhados no primeiro capítulo a partir do tema sobre conceitos e significados de família no pensamento da Igreja, no qual tratamos de diferenciar e fundamentar a questão da instituição familiar e do personalismo dentro da mesma instituição, como objeto de estudo e ação enquanto relações familiares. Historicamente a Igreja sempre teve presente a tese de que a pessoa humana é o centro de qualquer uma das instituições, e estas devem estar voltadas para a pessoa humana, dirimindo ações negativas e propiciando um ambiente saudável na qual a pessoa se encontre maior fortaleza, perpassando por elementos diversos como é o caso da espiritualidade.

Haering continua afirmando que a vida é confiada à liberdade e a co-responsabilidade do ser humano, não para viver de forma absoluta e independente a sua própria vida, mas para viver como um servo sob a soberania de Deus. Quando a pessoa aceita a responsabilidade por sua própria vida e pela dos outros constitui a expressão primordial da moralidade da Aliança com Deus, pois este é um aspecto que identifica o próprio Deus. O ato de cuidar a vida de si próprio e do outro é uma responsabilidade por transmitir vida com qualidade, propiciando vida saudável para o ser humano e suas relações (HAERING, 1984, p. 10).

Na filosofia medieval cristã (sec. IV a VIII), ao refletir sobre o bem e o mal, os estoicos negavam uma separação clara entre o bem e o mal. Teoria definida por Agostinho de Hipona (354-430 D.C.) como aquilo que se costuma chamar “o problema do mal”. Ele defendia que,

embora tenha criado tudo o que existe, Deus não criou o mal porque o mal não é algo, mas a falta ou a deficiência de algo. Esta linha tênue entre o bem e o mal acompanha a vida da pessoa e esta tem necessidade da força externa que possa ajudá-la ao discernimento. Segundo Cardoso e Simão-Silva o bebê nasce sem conseguir dar conta de seus impulsos, emoções e necessidades, sempre precisando do auxílio de uma pessoa externa. Portanto, este discernimento deve ser exercido com alta responsabilidade em vista do desenvolvimento saudável da criança (CARDOSO; SIMÃO-SILVA, 2017, p. 97).

A moral é inerente de todos os seres humanos sejam estes cristãos ou não. Assim a Igreja no Vaticano II reafirmou, através da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, que todos aqueles que vivem retamente estão sob a assistência da graça a fim de se prepararem para receber o evangelho (LG, 16). O papa São João Paulo II afirma que na atualidade faz-se necessário refletir sobre o conjunto do ensinamento moral da Igreja, com a finalidade concreta de evocar algumas verdades fundamentais da doutrina católica que, no atual contexto, correm o risco de serem deformadas ou negadas (VS, 4). Isso provém de uma relativização do natural e uma tomada dos preceitos particulares que melhor me satisfazem.

As questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja são muitas, neste texto estamos analisando a questão referente a relação familiar, buscando discernimento sobre os conceitos da ética e da teologia moral, tornando-se base propulsora para análises e proposições conceituais mais abrangentes a partir da teologia para a relação familiar. Este é um dos temas basilares para iluminar as reflexões desenvolvidas nos dois primeiros capítulos sobre a referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar.

Percebe-se que a vida moral exige a criatividade e empenho próprios da pessoa, fonte e causa dos seus atos deliberados. Nesta linha de análise, a razão obtém a sua verdade e autoridade da lei eterna, que não é senão a própria sabedoria divina. Nesse sentido, a base da vida moral se constitui pelo princípio de uma justa autonomia da pessoa, sujeito pessoal dos seus atos. A pessoa pode basear-se e inspirar-se nas orientações da Igreja, a qual entende e professa que a lei moral provém de Deus e n'Ele encontra sempre a sua fonte.

São João Paulo II diz que a vida moral se apresenta como a resposta devida às iniciativas gratuitas que o amor de Deus multiplica em favor do ser humano. Assim a vida moral implicada na gratuidade do amor de Deus é chamada a refletir a sua glória (VS, 10). O reconhecimento do senhor como Deus é fundamental, pois daí procede e para aí convergem os preceitos particulares, ou seja, Deus é o coração da lei para o ser humano que crê. Esta relação de proximidade e inspiração gera uma constância nos atos de bondade que fortalecem

a conduta moral.

Com base no que diz São João Paulo II, quem vive segundo as leis de Deus vive a lei do amor, vê a necessidade de fazer o bem e servir a quem está a sua volta. Este convite ao amor perfeito é estendido a todos sem distinção. Para o Documento de Aparecida, a base mais evidente do ensinamento da Igreja sobre a família enquanto concepção doutrinal, concebe ela como imagem de Deus Trindade. No seu mistério mais íntimo da relação da trindade não é uma solidão, mas uma família de intensa e plena relação de amor. Na comunhão de amor das três pessoas divinas, nossas famílias têm sua origem, seu modelo perfeito, sua motivação mais bela e seu último destino (Dap, 434).

Haering, ao falar de uma moralidade da beleza e da glória traz presente a relação trinitária dizendo que o amor originado na relação trinitária é autodoação, sendo assim é Espírito de Glória. O Pai honra o filho, reflexo no seu esplendor e o Filho honra o Pai no Espírito Santo. Pai e Filho glorificam o Espírito de amor. Já que o amor uno e trino de Deus é a plenitude do ser e a própria beleza, onde há vida vivida em amor mútuo, há honra mútua, há beleza e há o esplendor da verdade e do amor (HAERING, 1984, p. 102). Haering fundamenta a transmissão da responsabilidade desse mesmo amor aqueles que seguem como reflexo da Trindade, a partir dos fatos e realidades do cotidiano, citando o apóstolo Paulo quando escreve a comunidade de filipenses, tendes em vós os mesmos sentimentos de Cristo (Fl 2,5).

A família é convidada a construir este amor pleno, tendo como exemplo a santíssima Trindade. Assim como assustou o homem rico e os discípulos (Mt 19,22), também podem assustar as famílias nos dias atuais, pois essas exigências superam as aspirações e as forças humanas. São Tomás de Aquino diz que o ser humano não tem capacidade suficiente para imitar e reviver o amor da Trindade, isso é alcançado com a graça recebida. A nova lei é a graça do Espírito Santo dada pela fé em Cristo (*Summa Theologie*, I-II, q.106).

Dentro da relação familiar a lei do amor não diz somente o que devemos fazer, mas concede também a força para que pratiquemos a verdade. Jamais deve haver uma ruptura entre fé e vida, essa pode ocorrer quando há a recusa das verdades ou o desconhecimento das obrigações morais na relação familiar. A constituição dogmática *Dei Verbum* diz que a reflexão moral da Igreja sempre manteve presente que a sagrada escritura é fonte viva e fecunda da doutrina moral (DV, 7). Toda a reflexão moral da Igreja se dá a luz de Cristo de forma específica na teologia moral, a qual tem a missão interrogar a revelação divina e responder aos questionamentos feitos pela razão. Portanto, a teologia moral se refere a análise do bem e do mal dos atos humanos (VS, 29).

Haering amplia esta visão em vista do efeito produzido analisando a importância da moral religiosa no âmbito da cultura, dizendo que a pessoa que vive numa comunidade de fé tem maior probabilidade de visão e de orientação clara distinguir uma cultura sadia e uma moral enraizada na fé, que se cria com os símbolos nas múltiplas expressões religiosas e se articula na comunidade de fé, constrói relacionamentos sadios de cooperação benéfica que ocupam o centro da cultura e da moral (HAERING, 1984, p. 201).

Os teólogos moralistas, que aceitam o encargo de ensinar a doutrina da Igreja, têm o grave dever de educar os fiéis para o discernimento moral, para o empenhamento no verdadeiro bem e para o recurso confiante à graça divina (VS, 109). Sendo a Igreja mãe e mestra, ela assume a responsabilidade pela fé e pela vida de fé do Povo de Deus, que pesa duma maneira peculiar e precisa sobre os Pastores, como nos lembra o Concílio Vaticano II, “é nosso dever comum e, antes ainda, nossa graça comum, ensinar aos fiéis, como Pastores e Bispos da Igreja, aquilo que os conduz pelo caminho de Deus, tal como fez um dia o Senhor Jesus com o jovem do Evangelho (LG, 12).

A moral teológica tem um amplo campo de análise e debate sobre as diversas relações que abarcam a pessoa, além disso, procura direcionar essas mesmas análises, a partir de conhecimentos científicos, frutos de estudos, pesquisas e experiências, quase sempre fundamentada na relação com a divindade. Quando se reflete sobre a referencialidade de parentalidade como cuidado frente à violência familiar, é importante perceber amplitude e a influência da moral teológica na vida das pessoas e em suas relações circunvizinhas.

Quando se percebe essa realidade fundamentada tanto nas ciências como na experiência de fé, é possível fazer uma leitura sobre a pessoa e suas relações tanto no tempo presente, quanto na perspectiva futura, isto é, além da vida terrena. Os diversos autores pesquisados para a referida reflexão expõem esta amplitude na qual a pessoa se encontra e da qual ela tem relação direta, resultando impactos diversos em sua vida. A ausência do conhecimento desta amplitude das relações fragiliza a própria segurança da pessoa em si e em suas relações familiares, pois o olhar fica bastante raso enquanto conceito em relação de pessoa.

4.2 INFLUÊNCIA RELIGIOSA NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Há muitos conceitos e parâmetros para definir o que é ou o que pode ser considerado como família. No entanto, é notável que uma família se origina a partir de alguns aspectos específicos que a identificam inicialmente, isso denota que ela não nasce pronta, nem detém a

plenitude no tempo presente, mas se encontra em uma frequente e contínua construção a cada dia, a cada fato ocorrido, a cada realidade perpassada.

O Papa Paulo VI descreve na carta encíclica *Humanae Vitae* que o amor conjugal exprime a sua verdadeira natureza e nobreza, quando se considera na sua fonte suprema, Deus que é amor. Com isso, Paulo VI afirma que o matrimônio é uma instituição sábia do Criador, para realizar na humanidade o seu desígnio de amor. Mediante a doação pessoal recíproca, que lhes é própria e exclusiva, os esposos tendem para a comunhão dos seus seres, em vista de um aperfeiçoamento mútuo pessoal, para colaborarem com Deus na geração e educação de novas vidas (HV, 8). Depois, para os batizados, o matrimônio reveste a dignidade de sinal sacramental da graça, enquanto representa a união de Cristo com a Igreja.

É evidente que a família, estando no caminho de construção permanente, esteja passiva de tropeços, fragilidades e desencantos, e tudo isso exige uma atenção e cuidados especiais na jornada, e em muitas situações requer reconstrução, recomeço e aperfeiçoamento dos fatos e atos que a compõem e a constitui. Diante desta realidade é que o planejamento familiar possibilita mitigar estes impactos negativos que podem ocorrer no ambiente familiar, ao mesmo tempo que possibilita e potencializa as previsões de ações no horizonte do percurso histórico da contínua construção da família e no aperfeiçoamento dos elementos que compõem a própria família.

Quando se trata da questão do planejamento é preciso fazer recortes nos aspectos e direções que esse tema traz em evidência, pois há uma diversidade significativa sobre o conceito e suas realidades, no entanto é vasta a agenda de consenso (SANCHES, 2014, p. 61). O mais evidente quando se fala de planejamento familiar, quase sempre se refere a estudos e indicações do controle de natalidade, como direito que toda pessoa tem à informação e ao acesso aos recursos que permitam optar livre e conscientemente por ter ou não ter filhos e que permitam uma relação segura e saudável, sem que necessariamente se parta para um procedimento cirúrgico de difícil ou até impossível reversão.

O controle de natalidade e planejamento familiar são utilizados tendo significados diferentes. O controle de natalidade se relaciona com a preocupação em regular a fertilidade humana tendo em vista as preocupações sociais, de limitação do crescimento da população. De tal modo, o conceito se refere apenas a um aspecto, a contracepção, e geralmente está relacionado com as ações estatais (AGUILAR, 2014, p 24). Ou seja, em muitos casos, as ações de controle de natalidade estão ligadas às imposições dos governos sobre a vida reprodutiva de seus cidadãos, tanto homens quanto mulheres.

No Brasil, a política nacional de planejamento familiar foi criada de acordo com a

lei do planejamento familiar: “planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (Lei nº 9.263/1996). Esta lei diz que o Estado deve garantir condições de acesso ao planejamento familiar a todo cidadão que queira adotá-lo. Tal planejamento está associado a um conjunto de ações de atenção integral à saúde. Isso inclui oferta de métodos contraceptivos e ou a venda a preços reduzidos na rede farmácia popular.

Conforme a Constituição Federal, o Estado Brasileiro é responsável por garantir aos cidadãos o acesso aos meios de planejamento familiar, assim descreve: “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (Brasil, Constituição Federal, Título VII da Ordem Social, Capítulo VII, art. 226, § 7º).

Percebe-se na análise a partir da legislação federal que o uso do termo planejamento familiar está relacionado com questões ligadas à autonomia dos homens e mulheres de estruturarem sua família, tendo acesso a meios que possibilitem este planejamento e tendo como dever pautar esta decisão com a responsabilidade que envolve a paternidade/maternidade. Contrapondo esta máxima governamental, Sanches ao falar de planejamento familiar na Igreja Católica, diz que a fecundidade não se confunde com reprodução, mas remete a uma atitude fundante de acolhida da vida como dom Divino. Há casais estéreis que são espiritualmente fecundos, como também há casais com prole numerosa que são espiritualmente estéreis (SANCHES, 2014, p. 62).

Esse tema é tratado de maneira transversal a partir do contexto da bioética, considerando a diversidade de opiniões, sem esgotar as perspectivas possíveis dentro dos casos e suas buscas. Todo esse contexto de planejamento familiar está relacionado a parentalidades, que para Sanches ocorre de três modos: por reprodução natural, por reprodução assistida e por adoção. A partir do conceito de que a família é o berço da vida, estes modelos são importantes para que se promova a parentalidade responsável e possa identificar, na diversidade, a dignidade a cada um.

A forma como a bioética trata do planejamento familiar, é de bastante respeito a pessoa e os costumes, considerando os direitos e a dignidade da família, assim como os posicionamentos éticos, considerando os avanços que a própria ciência dispõe, para isso, ela conta com peritos de outras áreas da ciência, para salvaguardar os valores e encontrar vias para auxiliar as famílias nas diversas dimensões que procuram.

O planejamento familiar que resguarda os direitos, a dignidade da pessoa, a integridade

física do ser humano e a cumplicidade do casal, passou a ser aceito pela Igreja Católica na década de 50, pelo papa Pio XII, que aceita o uso dos ritmos reprodutivos como método natural para o planejamento familiar (SANCHES, 2014, p. 15), em vista de um bem maior tanto dos cônjuges quanto dos próprios filhos, acreditando na maior proximidade com a vida.

A posição da Igreja Católica a partir do planejamento familiar natural define que ele não é um método contraceptivo, pois a contracepção se torna a recusa da fertilidade do cônjuge e da abertura à vida. De acordo com a encíclica de João Paulo II, *Evangelium Vitae*, o ser humano por meio da geração, de certa forma participa nos domínios de Deus. Esta participação se manifesta na específica responsabilidade que lhe está confiada no referente à vida propriamente humana (EV, 43).

Analisando o planejamento familiar na Igreja Católica, Luciana Fonseca Aguiar diz que o planejamento familiar moderno remete à noção de escolha, ou seja, supõe que são dois parceiros que se escolheram como tal e que podem e devem fazer uma escolha planejada do número de filhos e do espaçamento entre filhos, sempre dependendo das técnicas e saberes sobre a concepção e contracepção disponíveis num momento histórico e social. Envolve aspectos íntimos, relacionados com os indivíduos e com as famílias, mas também aspectos sociais, sendo motivo de preocupação da sociedade como um todo e do Estado (AGUILAR, 2014, p. 23).

Ela diz ainda que a liberdade de escolha sobre a configuração dos arranjos familiares e escolha dos parceiros é um desejo legitimado pela modernidade e pela instauração do valor do individualismo. As posições sociais dos indivíduos, seu status, seu gênero, sua idade, sua hierarquia no grupo familiar sempre foram e são diversos (AGUILAR, 2014, p. 24). O planejamento familiar não pode tolher a essencialidade mais profunda do ser família, pois um filho é sempre um dom e nunca um problema. Citando a carta às famílias, Sanches diz que o ser humano continua a criação de modo mais concreto e específico, através da geração responsável (SANCHES, 2014, p. 89).

A influência da Igreja no planejamento familiar se deu de muitas formas e uma das mais evidentes foi a partir da defesa de que a relação sexual deve ser realizada no âmbito do matrimônio, e conseqüentemente a defesa da monogamia como princípio para matrimônio. A partir da tese de Marciano Vidal, Sanches diz que a regulação do comportamento sexual não é uma realidade exclusiva da sociedade ocidental, ela pode ser vista em várias culturas e contribui para sua unidade e coesão interna, de modo que o casamento deve sua estabilidade social às tarefas em benefício da segurança e do sustento que os pais realizam com relação aos filhos e aos cônjuges entre si (SANCHES. *Et al*, 2018, p. 134).

A Igreja tem seus conceitos, parâmetros e direcionamentos a partir da teologia moral de uma forma muito clara e profunda, no entanto entende e admite que a instituição familiar por si só não se sustenta e nem se justifica, se ela não propõe aos membros envolvidos o desenvolvimento humano integral, proporcionando o aperfeiçoamento em todas as dimensões. As pessoas envolvidas na instituição familiar devem desempenhar seus papéis de maneira evidente e concisa, da mesma forma que a própria instituição deve desenvolver a sua função, e nesta harmonia de ser e fazer, é que se justifica uma e outra e ambas as usufruem de benefícios e oriundos da relação.

No processo de análise deste grande tema sobre a referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar, focando a mesma a partir da influência religiosa no planejamento familiar, se percebe que pessoas que foram educadas por um discurso de defesa dos direitos individuais, e que veem a doutrina da Igreja Católica como um elemento fundamental de sua concepção moral, conseguem organizar a vida cotidiana e familiar articulando diferentes concepções. Evidentemente que a concepção moral da Igreja não é a única, mas é um caminho recheado de evidentes possibilidades para que o ambiente familiar possibilite segurança e bem estar a todos os membros.

Aguilar diz que a Igreja Católica teve fundamental importância na história do planejamento familiar, tanto com o diálogo com as orientações do Estado, quanto com o embate com o movimento feminista. A Igreja centralizou os movimentos conservadores de oposição às políticas propostas e à difusão de alguns princípios contrários à sua doutrina, além de campanhas de conscientização e evangelização, de mobilização social, dialogou com a política, apresentou mudanças na abordagem sobre a questão da sexualidade, teologia do corpo. De maneira mais direta e clara, o Papa João Paulo II abordou esta temática em suas catequese semanais durante o final da década de 1970 e início da de 1980 (AGUILAR, 2014, p. 34).

A posição e o discurso da Igreja Católica referente ao planejamento familiar abrangem também a valorização da família e do casamento, em alguns aspectos resultou em um discurso de valorização da mulher, de sua maternidade, dos cuidados familiares e como consequência o incentivo ao homem que exercesse o papel de marido e pai mais próximo da esposa e dos filhos e mais inserido nas rotinas e responsabilidades familiares. A Igreja tem sempre um olhar abrangente enquanto aspectos que envolvem a pessoa e a instituição familiar.

A liberdade de escolha acerca das configurações familiares possibilitou aos homens e mulheres uma opção mais consciente do tipo de família que pretendem construir. Os acordos familiares são realizados de diferentes formas, possibilitando o respeito às vontades e aptidões

individuais e favorecendo a divisão das responsabilidades dos cuidados da casa e dos filhos (AGUILAR, 2014, p. 41).

Em um artigo “Influência católica no planejamento familiar: estudo sobre parentalidade responsável”, os autores registraram uma pesquisa de campo estritamente sobre a influência da Igreja no planejamento familiar, chegando a aspectos interessantes: muitos católicos valorizam o planejamento da parentalidade, no sentido da responsabilidade parental, mesmo não acatando a posição da Igreja sobre os métodos contraceptivos artificiais. Por outro lado, o expressivo número de católicos – 22,2% na amostra da pesquisa realizada – que afirmam terem sido influenciados pela Igreja na escolha do método contraceptivo, manifestaram também uma melhor consciência de responsabilidade parental (SANCHES. *Et al*, 2018, p. 138).

As famílias que são católicas têm seus projetos de planejamento familiar influenciados pela sua doutrina. O que diferencia a influência em uma família da outra é o grau de comprometimento das demais esferas da vida com a religiosidade. Em alguns casos temos um comprometimento total, em outros há a escolha, ainda que involuntária, de alguns aspectos adequados à doutrina e outros não. Sanches diz que em Cristo, o autor da vida, encontra-se o fundamento da abertura à vida e consequentemente gestação responsável como dom e tarefa (SANCHES, 2014, p. 105).

Ainda a partir da reflexão de Aguilar (2014), é notável o poder oculto que o sagrado incute na pessoa e em suas relações em formas de mistério. A Congregação da Doutrina da Fé diz que “a plena comunhão querida pelo Senhor entre aqueles que se confessam seus discípulos, requer o conhecimento comum de um ministério eclesial universal” (DOCUMENTA, 2017, p. 470). No início da história do cristianismo aparece Pedro, o apóstolo, primeiro Papa, ao qual é conferido o poder representativo imanente daquele que conferiu, logo sua vida e ação passam a agirem a partir desta nova responsabilidade, que não é meramente humana.

O padre Jésus Benedito dos Santos diz que quem encontrou com Cristo pode comunicar a salvação, a qual pode ser vista, tocada, encontrada, acolhida, e que é realmente credível, porque é amor (BENEDITO DOS SANTOS, 2016, p. 129). O poder conferido a Pedro permanece oculto, mas sempre está irradiando forças, inspirando pessoas, iluminando ações e influenciando caminhos por sua natureza ou pelo acionamento externo a partir das conexões de crenças. Dessa forma transcorreram os anos, passaram milênios e a Igreja continua a influenciar a vida das pessoas, inclusive no planejamento familiar.

Sanches e organizadores chegam a conclusão do artigo, tendo feito a análise da pesquisa teórica e pesquisa de campo, que a religião é um fator importante em um programa que busque

promover o planejamento familiar, principalmente, quando o foco é dado no acolhimento da criança, ou seja, no planejamento para que os filhos e filhas sejam amadas e acolhidas mesmo antes de sua concepção (SANCHES. *Et al*, 2018, p. 142).

A pessoa em si tem frágil determinação da construção do contexto em que está inserida, tendo em vista que ele tem influência direta na constituição do que ela é. Aqui aparece uma multiplicidade de realidades influentes como: a cultura, as pessoas, os mitos, os costumes, a religião, estrutura socioeconômica, a ciência, etc. Na maioria das vezes, o meio em que ela vive tem influência e predeterminação naquilo que a faz pessoa em ação nos fatos da vida.

4.3 PASTORAL FAMILIAR NA CONSTITUIÇÃO DA REFERENCIALIDADE DE PARENTALIDADE

A Igreja Católica tem múltiplas formas de exercer sua missão no mundo. Uma delas é o atendimento as pessoas e realidades através do processo pastoral, sendo uma ação que se realiza na Igreja e com a Igreja, de forma organizada e planejada, por meio de agentes específicos, com metodologia própria, tendo como objetivo a evangelização, a partir dos aspectos de cuidados e direcionamentos, para uma comunhão interna e com a sociedade.

A pastoral familiar tem estes aspectos de forma bastante elucidado, evidenciando-se em sua própria identidade, tendo como foco de ação as questões relacionadas a família, especialmente as questões religiosas. Para os cristãos, a família é a primeira comunidade chamada a anunciar o Evangelho à pessoa humana em crescimento e a levá-la, através de uma catequese e educação progressiva, à plenitude da maturidade humana e cristã, logo, a família realiza aquilo que é próprio da essência da Igreja.

A evangelização é uma ação global que envolve a Igreja na sua participação da missão profética, sacerdotal e real do senhor Jesus, que é a própria boa nova. Ela compreende indivisivelmente as dimensões do anúncio, da celebração e do serviço da caridade. Sobre isso, São João Paulo II afirma na carta encíclica *Evangelium Vitae* (1995) que a família possui esta base educativa para elucidar na vida de sua prole, direcionando as ações uma perspectiva futura a partir dos princípios e valores (EV, 78).

Na exortação apostólica *Familiaris consortio* (1981) o mesmo Papa já havia afirmado que tendo a prerrogativa de comunidade educativa, a família deve ajudar o ser humano a discernir a própria vocação e a assumir o empenho necessário para uma maior justiça, formando-o desde o início, para relações interpessoais, ricas de justiça e de amor (FC, 2).

Nesse sentido, a família passa a ser mais que um ambiente propício de condução dos valores e princípios no desenvolvimento da pessoa, e surge como um canal pelo qual o ser humano adquire os elementos necessários para alcançar os bens mais elevados almejando a plenitude em si, no tempo presente, favorecendo a convivência, e por isso, levando outras pessoas ao aperfeiçoamento do seu próprio ser e de suas relações.

O diretório da Pastoral Familiar da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil diz que a família é a primeira escola das virtudes humanas, sociais e cristãs, sendo como que o laboratório do amor, da fé e o lugar privilegiado para despertar, viver e fazer crescer as vocações e os carismas. Diz ainda que é um dos pilares primeiro da evangelização e da transmissão contínua da fé em nossa terra. É também o fundamento e primeiro impulso para a evangelização, por meio da vocação e do ministério que lhe é próprio (DPF, 10).

Quando se diz, que, é o lugar privilegiado e propício para o crescimento e aperfeiçoamento do ser humano, não está aqui omitindo as possíveis falhas e possibilidades de não o ser. O ambiente familiar com princípios e valores que o regem na existência e convivência de seus membros se torna o melhor e o mais propício ambiente, pois carrega em si os aspectos peculiares e próprios para o desenvolvimento do ser humano. O diretório diz que a família desempenha uma função concreta e fundamental no meio da sociedade (DPF, 13).

O catecismo da Igreja Católica quando fala sobre a família como espaço da Igreja doméstica, entende que é na família que se manifesta e se realiza a comunhão da Igreja como família de Deus. Cada membro, a seu modo, exerce o sacerdócio batismal, contribuindo para fazer do núcleo familiar uma comunidade de graça e de oração, escola das virtudes humanas e cristãs, lugar do primeiro anúncio da fé aos filhos (CIC, 1666). Portanto, ela predispõe de um lugar privilegiado para a adesão dos valores humanos e impulso para a realização destes mesmos valores, especialmente no início da vida.

A pastoral familiar tem a consciência de que a família está imersa no ambiente de secularismo acirrado, que promulga princípios próprios que vão de encontro aos princípios cristãos, fragilizando a própria estrutura da família, que sofre a influência constante da globalização e seus duros efeitos até mesmo repercutindo e produzindo banalização na ética, na cultura e na religião. Toda essa realidade tem influenciado na estrutura do papel que a família deve desenvolver, reproduzindo inclusive atitudes de negação sobre os valores e a própria vida.

A pastoral familiar deve fazer um constante mapeamento sobre as diversas realidades que a família está imersa e sendo influenciada no cotidiano de sua existência, correlacionando com as perspectivas dos ensinamentos cristãos para a família. Portanto, o papel primeiro

da pastoral familiar é proteger a família e ajudá-la a desempenhar seu papel, na Igreja e na sociedade em vista do desenvolvimento do ser humano. Certamente essas ações identifica a família como espaço de potencialização para a referencialidade de parentalidade em vista do desenvolvimento integral da pessoa humana.

O papa São João Paulo II fala na Carta às Famílias (1994) que o ser humano é criado, desde o princípio, como homem e mulher, para uma vida em coletividade humana, tanto nas pequenas comunidades como na sociedade inteira (CF, 6). Por isso o homem e a mulher estão obrigados a construir a civilização do amor vivendo e anunciando o bem comum como contributo para as novas gerações, sendo raízes desta convivência humana no caráter de comunhão e complementaridade para o crescimento humano.

Esta referencialidade é uma das bases pela qual possibilita os filhos a gravar na sua personalidade a união psicológica dos seus progenitores, estruturando-se humanamente e se preparando na perspectiva do viver. Esta continuidade e adesão dos filhos é fruto da encarnação visível da unidade do homem e da mulher, vinculados pelo matrimônio que aos poucos vão perpetuando-se.

Assim afirma o diretório da pastoral familiar: É dessa forma que a família humana se conserva e se perpetua. Mas o crescimento da espécie humana tem características muito especiais. Não comporta apenas um nascimento e crescimento biológico, senão também psíquico e sociológico. O novo ser não nasce direta e imediatamente na sociedade global, mas no grupo familiar. O trabalho educativo dos pais possibilita à família ser a solução desse novo ser humano plenamente capaz para a sociedade, como parto biológico do ser à vida. E, se se pode falar assim, o “parto sociológico” entrega à sociedade um ser humano formado, maduro.

Para chegar a constituir uma pessoa humana, no sentido pleno da palavra, a geração não basta. Sem a educação a geração é um ato imperfeito. Geração e educação são funções complementares. Essa verdade é constatada por muitos fenômenos sociais, como a delinquência infantil e juvenil. Ela provém, em altíssimas percentagens, de lares desajustados onde não se exerce uma tarefa educativa adequada (DPF, 60-61).

A partir do que descreve o diretório, nesta citação, é perceptível amplitude de ofertas multidimensionais que o ambiente familiar predispõe para a formação humana, como referencialidade ao desenvolvimento humano. Percebe-se que nesse ambiente familiar a predisposição é integral, pois os filhos podem compreender e aprender os elementos que o compõem como ser humano dando a possibilidade de aquisição desses valores em todas essas dimensões, potencializando o humano que é com perspectiva do humano que será.

Olhando ainda nessa perspectiva de educação dos filhos, a *Familiaris Consortio* afirma que os pais são os primeiros e principais educadores, e a família, a primeira escola de virtudes (FC, 36). O diretório da pastoral familiar diz também que a vocação primordial dos cônjuges é o dever de educar para o amor, gerando uma nova pessoa, propiciando o crescimento e desenvolvimento em vista de uma vida plenamente humana (DPF, 116). Os pais devem transmitir aos filhos os valores necessários para que eles se entendam como ser humano e possam viver isso com plenitude.

O ato de transmitir os elementos que caracterizam a educação aos filhos é uma das formas mais plenas de fecundidade do amor conjugal, pois tem a raiz na vida dos cônjuges e chegam a constituir a vida integral dos filhos. Por isso, a educação dos filhos é um dever inalienável, insubstituível para além dos pais, e jamais pode delegar à alguém, pois está atrelada a busca da maturidade humana. Para tanto, a família se torna um espaço de intermediário de fé, na qual todos os membros evangelizam e são evangelizados.

4.4 ESPAÇOS E CONTEXTOS DE REFERENCIALIDADE COMO VIAS DE RESSIGNIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA FAMILIAR

A violência familiar remonta às origens humanas, transcende tempos e tempos, portanto, não é um problema da contemporaneidade apenas. É possível encontrar registros históricos comprovam a existência da violência familiar povos e culturas diversas, sendo que estas já praticavam esse tipo específico de violência contra aqueles que deveriam proteger. Estudos clínicos comprovam o caráter transgeracional da violência, ou seja, crianças que foram maltratadas, abandonadas ou testemunhas de violência em suas famílias tende a manter-se vítimas ou serem pessoas agressivas em sua vida adulta, pois a violência se torna uma espécie de linguagem, uma forma de comunicação entre as pessoas (MUSZKAT & MUSZKAT, 2016, p. 79).

Toda caminhada histórica há de se considerar que os mais atingidos pela violência intrafamiliar são aqueles considerados os membros mais frágeis: mulheres e crianças (RODRIGUES; CHALHUB, 2014, p. 81). No entanto, esse fenômeno impacta a todo o corpo familiar, isto é, os autores da violência e os que são atingidos direta e indiretamente por ela. Em se falando deste ambiente familiar desfavorável, Sanches e Simão-Silva afirmam que mesmo diante de um ambiente violento, quando o ser humano é estimulado positivamente, ele aciona um potencial incrível para superar os traumas vividos, mesmo que continue no mesmo ambiente

desfavorável (BORGES DA SILVA; SANCHES, 2017, p. 86).

Há um parâmetro no Brasil afirmando que maus-tratos infantis vão contra o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), assim como vai contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (ONU, 1948). É uma realidade cotidiana vivenciada pela população do país e do mundo, não distinguindo classe social, etnia e gênero, e se apresenta de diversas formas, incluindo agressões físicas e psicológicas, violência e abuso sexual e omissão, supressão ou transgressão dos direitos individuais e coletivos, abandono completo ou parcial, e, por ter como ambiente o familiar, tem como principais autores pai, mãe e outro adulto da família (RODRIGUES; CHALHUB, 2014, p. 81). Interessante o elenco de violência que autores detectam, por exemplo Muszkat & Muszkat (2016) falam da violência patrimonial ou econômica que se tornam bases propulsoras de violência familiar.

A multiplicidade de tipos de violência na família gera impactos a curto e médio prazos no desenvolvimento físico (danos físicos leves a danos cerebrais irreversíveis), comportamental (empobrecimento das relações interpessoais, agressão física, comportamentos antissociais e delinquência), cognitivo (baixo rendimento escolar, problemas de aprendizagem e de atenção) e psicológico (problemas de autoestima, depressão, uso de drogas, autoagressão e até suicídio) (RODRIGUES; CHALHUB, 2014, p. 83). Diante destes quadros se percebe que a violência intrafamiliar, qualquer que seja o tipo deixa marcas no desenvolvimento da criança/adolescente que, direta ou indiretamente, a vivência. No momento do vínculo amoroso, tais marcas podem ressurgir quando o indivíduo se depara com uma nova experiência: a de ser mãe ou de ser pai.

Já direcionando a análise segundo tema proposto como espaços e contextos de referencialidade como vias de ressignificação das vítimas da violência familiar, é preciso olhar para os modelos que o pai carrega em si no contexto familiar. No modelo tradicional, imagem paterna está diretamente relacionada ao poder e à autoridade, pois o pai é o provedor e tem a função de oferecer suporte emocional à esposa e aos filhos. Na perspectiva moderna a imagem do pai está relacionada à moral e à educação, enquanto modelo de identificação de gênero e da moral (RODRIGUES; CHALHUB, 2014, p. 84). Nesta perspectiva é possível perceber a capacidade psicológica dos pais na escala de comportamentos dos filhos.

Além desses dois modelos de paternidade encontra-se também segurança relativamente valiosa quando se analisa prática parental, que segundo Sanches & Simão-Silva (2017) é uma experiência que envolve o ser humano inteiro permitindo a vivência, demandando disponibilidade, envolvimento, maturidade, além de ser revestido de expectativa social. Esse ambiente é o espaço onde se oferece a criança o cuidado físico, emocional, social, mental,

espiritual e tendo o cuidado integral dela como ser humano (CARDOSO; SIMÃO-SILVA, 2017, p. 96).

Já vimos no capítulo anterior (ZORNIG, 2010) que ninguém nasce pai, mas torna-se pai, e nesse processo de tornar-se pai, é importante revisitar a condição de filho. Esta revisita pode possibilitar a manutenção ou a ressignificação e transformação de padrões intergeracional e disfuncionais. Os modelos de pai e de educação construídos ao longo da vivência de filho e no contato com outras pessoas significativas, em especial o referencial do próprio pai, influenciam na construção do modelo de pai a ser adotado no exercício da paternidade.

Nesse processo de ressignificar a vivência da violência intrafamiliar, especialmente a partir do tornar-se pai, é de suma importância as ações de resiliência, no sentido de retomada de uma espécie de desenvolvimento depois de uma agonia psíquica. É uma forma individual/pessoal de enfrentamento de fatos estressantes vivenciados que resulta na superação das dificuldades, por mais traumáticas que se apresentem. A resiliência é uma possibilidade de transformação, de não repetição de padrões familiares disfuncionais, um anti-destino, havendo, portanto, esperança não só de ajudar aqueles que cresceram na insegurança, mas de evitar que isso seja transmitido a outros (RODRIGUES; CHALHUB, 2014, p. 86).

Um cuidado relevante que se deve analisar antes de tomar uma decisão é referente ao afastamento da vítima e do agressor. Se esta ação não for bem conduzida, pode produzir consequências psicológicas graves para a vítima, incluindo a não ressignificação da violência sofrida e consequente ocultação de emoções conflitivas de amor e ódio com relação ao vínculo parental com o agressor. Quando a ressignificação ocorre a partir de mudanças radicais de atitudes no mesmo espaço ou presença de ambos, a probabilidade de resultados é mais evidente, pois as resoluções ocorrem constantemente.

O desenvolvimento da identidade de uma criança deve ser considerado como elemento de relevante importância nas diversas relações sociais, próximas e distantes, pois elas modificam o ambiente da criança. Estes ambientes sustentam uma interação construtiva por parte dos pais que influenciam na construção da identidade da criança de forma saudável e com maior plenitude possível. Esses ambientes deveriam ser um espaço de desenvolvimento natural da criança cujas condições deveriam ser suficientemente boas, capazes de oferecer estruturas múltiplas no seu desenvolvimento (CARDOSO; SIMÃO-SILVA, 2017, p. 98).

A ressignificação e potencialização para uma vida mais integral é preciso que a criança cresça emocionalmente sadia, pois ela necessita de carinho físico e verbal, assim como de estimulação, encorajamento, interesse e presença de seus pais (NEVES; SANCHES, 2017, p.

14). Os mesmos autores (p.19) dizem que apesar das crianças carregarem consigo conflitos do passado e o reviverem a cada instante, apesar das dificuldades encontradas, a criança pode se tornar apta de autocontrole e a monitorar suas reações relações com adultos e com outras crianças, ressignificando e potencializando ação daquilo que se adquire na família, pois esta não é apenas um lugar de cuidados, mas também um espaço a ser cuidado.

É necessário que haja um desejo de reformulação, reparação e resgate, na relação com os filhos, e destes para com o pai, numa vivência de ressignificação com o propósito de identificando-se com as qualidades de seus pais e reformular os defeitos, que também servem como pontos de referência, mas para serem superados. São tomadas de decisões necessárias diante dos fatos históricos e das dores ocorridas na relação de convivência disfuncional no ambiente familiar. Sanches e Neves (p. 22) afirmam que o afeto é imprescindível para que a criança possa desenvolver o sentimento de empatia em relação a outra pessoa.

Portanto, os espaços e contextos de referencialidade como vias de ressignificação das vítimas da violência familiar derivam de atitudes e opções realizadas em diversos níveis, como: o anseio desejoso do agressor, a abertura e acolhida do agredido e o apoio de pessoas nos diversos ambientes. Cada um deve fazer sua pequena parte com experiência, responsabilidade e profunda disposição para recompor e ressignificar os fatos ocorridos que geraram desconfortos e disfuncionalidade.

4.5 O SER HUMANO INTEGRADO EM UMA VIDA INTEGRADA

A busca do ser humano por uma vida integral passa pelas questões epistemológicas da subjetividade que devem ser vistas além de termos abstratos, teóricos, individualistas, ou afastados da realidade, pois isso gera massificação de classe social em grupos determinados, anulando a identidade individual. O ser humano integrado em uma vida integrada é uma busca concreta, real, corporal, de pensar, sentir, acreditar... sem perder autonomia diante do todo, mas sempre baseando-se no todo, especialmente, naqueles que são considerados membros da parentalidade.

A busca do ser humano integrado é a busca de uma relação verdadeira consigo mesmo, para Rubio relacionar-se de maneira verdadeira com o próprio ser interior constitui a relação básica que faz parte da humanização, conforme projeto de Deus (RUBIO, 2019, p. 247). Na análise de Rubio, o ser humano mais verdadeiro é aquele que se vê a partir da integração das diversas partes e uma das mais importantes é a dimensão que se refere ao criador, pois tem a

imagem e semelhança em ambos.

O resgate da subjetividade pode ser feito a partir de diferentes dimensões: psicológica, econômica, sociológica, filosófica, teológica, biológica... Isso permite refletir sobre a visão dualista de ser humano, que historicidade, eram enfatizadas nas reflexões filosóficas e antropológicas, como base da reflexão referente ao ser humano integrado para uma vida integrada (RUBIO, 2007, p. 92). Um dos maiores investimentos que uma sociedade pode fazer com uma criança nos primeiros anos de vida é reduzir a violência e investir na natureza biossocial, favorecendo-a a estruturar-se de maneira mais integrada.

As raízes originárias da desintegração das características humanas do ser humano são múltiplas e cada uma delas provoca na pessoa reações incontroláveis e involuntárias. O autor de “a anatomia da violência” diz que a violência pode ser causada por uma falta de controle regulatório pré-frontal sobre as regiões límbicas do cérebro, resultando em agressão reativa diante de estímulos emocionalmente provocantes. E diz ainda que um problema gerado no nascimento de uma criança, ou na sua nutrição inicial pode ter bagunçado programa do desenvolvimento normal, ou seja, grande parte dos criminosos, algo no desenvolvimento de seus cérebros deu errado bem no início da vida (RAINE, 2015, p. 134).

O antropocentrismo e a alta valorização do desenvolvimento científico na realidade e no compromisso humano, como processo libertador e evolutivo, pôs-se a esquecer o sujeito na sua visão integral. A dimensão racional ficou minúscula diante das dimensões afetiva, mística e celebrativa. A visão integral do ser humano tem sido objeto de numerosos estudos de nível antropológico, filosófico e teológico. Estes estudos levam a uma reflexão de que o ser humano tem direito a ternura, a valorização da corporeidade, viver feliz no tempo presente, a desenvolver e amadurecer a dimensão afetiva (RUBIO, 2007, p. 93).

Para Danon, refletir sobre o ser humano integrado diz que a um conjunto de linhas que servem de guia para a vida, cada uma contribuindo como orientação para as diversas situações, momentos diferentes e estruturam o crescimento de uma pessoa. Para que isto se torna realidade é preciso lançar mão de diversas linhas de atuação e tirar proveito de uma ou outra, integrando tudo em uma única estratégia, em benefício mais pleno do ser humano e, chegando a sua maior realização (DANON, 2003, p. 94).

Percebe-se que o processo de integração advém de diversas dimensões e com o anúncio destas boas notícias, a libertação não pode ficar reduzido aos elementos cognitivos, já que ela precisa expressar-se simbolicamente na experiência do encontro pessoal com Deus vivo e celebrar alegria que a boa notícia traz, harmonizando a si próprio. A dimensão mística

celebrativa implica recuperar a relação entre a teologia e a espiritualidade, como fortalecimento do próprio ser humano.

Danon chama esta harmonia de sintonia com o espírito e com a psicologia humanista gerando maior confiança interior no sentido físico e psíquico (DANON, 2003, p. 97). É necessário escutar também as razões do coração, cuidar do silêncio e da contemplação, dispor sua experiência pessoal de encontro com o transcendente e celebrá-lo, pois o ser humano não se encerra em si mesmo. Coelho diz que quando se fala de pessoa, não é o objeto em particular, mas a humanidade representada na pessoa, ampliando a humanidade a toda dignidade (COELHO, 2015, p. 104).

A pergunta pelos pressupostos epistemológicos para uma visão do sujeito integral implica a uma crítica epidemiológica que afirma um sujeito-consciente-conhecimento, no entanto, é preciso visualizar um sujeito-consciência-conhecimento-afetividade-liberdade compromisso. O sujeito que pode ser formulado como alguém capaz de conhecimento de ação moral. Um sujeito que integra sensibilidade, a intuição, inteligência, razão, sentimentos, liberdade, intersubjetividade e a abertura à transcendência. Esse processo leva a pessoa humana não somente a se conhecer racionalmente, ela o faz a partir do mundo das intenções, afetos, sentimentos, tendências, estados emocionais entre outros (RUBIO, 2007, p. 93).

Nesse sentido, percebemos que o conhecimento não é uma questão simplesmente racional, é também uma questão afetiva que implica o ser humano integral, segundo Rubio a epistemologia antropológica precisa contemplar esta realidade (RUBIO, 2007, p. 101). Ele diz ainda, que preciso apropriar-se da epistemologia antropológica, e em certo sentido da vida, a apropriar-se da liberdade existencial que abre e dirige a história do indivíduo e da humanidade (RUBIO, 2007, p. 102), desta forma o ser humano traz para si a capacidade de integração dos diversos elementos que o constituem.

Continuando a análise sobre o ser humano integrado em uma vida integrada, Rubio diz que no ser humano a inteligência, a razão e os sentimentos estão entrelaçados e acompanham as diversas ações humanas sobre a realidade em todas as realizações transformadoras, sem sair do cotidiano previsto, mas gerando ressignificação (RUBIO, 2007, p. 103). Diz, também, que nesta ressignificação é preciso considerar que o ser humano sempre foi imagem e semelhança de Deus, mas esta imagem ficou desfigurada e deturpada, ofuscando gravemente seu brilho, devido a decisão humana de se fechar em si próprio (RUBIO, 2019, p. 251).

A partir dessa definição, percebe-se que a cultura tem um papel fundamental no desenvolvimento dos sentimentos, pois contribui para discernir os objetos que causam

sentimentos. Estes sentimentos respondem aos valores e estes conduzem ao agir moral. Mais ainda, o valor é o que se tem de alcançar nas questões que se colocam na deliberação do cotidiano de cada ser humano e deste em relação aos seus. Eles podem agrupar-se numa escala ascendente que propicia o maior desenvolvimento humano. Sobre este tema, já tratamos de uma forma mais elaborada referindo-se a escala de valores, no capítulo primeiro, quando falamos de “segurança e proteção: projeção e construção subjetiva” baseado na pirâmide de Abraham Maslow (1908-1970), dentro do artigo de Thiago Medeiros Cavalcanti.

O primeiro nível dos valores vitais são as condições básicas para o maior desenvolvimento humano: saúde, alimento, casa, trabalho. A Constituição Federal do Brasil prevê estes elementos como direito de todos os cidadãos brasileiros, cito apenas um: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CFB, Art. 196). O que falta não é a elaboração sistemática de pirâmides e leis, mas sim a efetivação dos direitos previstos, em vista de um ser humano integral.

Rubio diz que o segundo nível corresponde aos valores sociais, onde o ser humano se encontra em relação, isto é, em sociedade para estabelecer uma cooperação entre todos em vista do bem comum. No terceiro nível encontramos os valores culturais, que moldam o ser humano, então, significado o seu agir e o sentidos. No quarto nível encontramos os valores pessoais, que fazem a identificação do ser pessoa. A capacidade humana de amar e ser amado, se converte em criar redes solidariedade e justiça para todos. No quinto nível os valores religiosos, que correspondem abertura ao transcendente que o ser humano descobre si mesmo e que o convida a se tender radical e irrestrito, ou seja os valores mais altos (RUBIO, 2007, p. 105).

É notável que todos esses níveis têm a ver com a efetivação do direito de liberdade do ser humano, no entanto, pode ser entendido de duas formas, entre a liberdade horizontal e liberdade vertical a primeira é a capacidade de tomar decisões no horizonte em que se vive, ou seja a seus pares e a segunda corresponde a uma postura mais alta, nas realizações coerentes com essas decisões, gerando o agir moral e do agir moral direcionar-se para o transcendente como meta final. Este processo favorece para que se chegue ao ser humano integrado em uma vida integrada, a partir de sua realidade cotidiana.

O ser humano é algo concreto, não é algo imaginável, distante, mas concreto, palpável tendo sua capacidade real de desenvolvimento, que começa com a satisfação dos desejos pessoais e vai além, procurando satisfazer os desejos de todos, o bem comum. Coelho diz

que ser pessoa é afirmar que um ser humano existe em concreto (COELHO, 2015, p. 104). O conceito pessoa refere-se a todo indivíduo concreto que possui um valor maior que o das coisas, por isso não é um ser instrumentalizável. Nesse sentido, Rubio diz que o ser humano se encontra para três importantes fins, cito: bem particular, bem social e bem de ordem metafísica (RUBIO, 2007, p. 105).

Diante desses diversos níveis e diversos fins não pode se negar que o ser humano, em suas atividades, a partir de seus grupos de valores, direcione-se, voluntário ou involuntariamente para algo maior, direcionando-se para a realidade da transcendência. frutos da autenticidade que levam a auto transcendência. Percebe-se que em todos os processos do seu operar e conduzir a vida, o ser humano tende para o bem humano como parte de sua realização e para o seu progresso integral, ao mesmo tempo que tende também a busca do sentido mais amplo da vida chegando a atingir a coletividade.

Esta liberdade de busca vertical faz com que uma pessoa mude os horizontes para múltiplas dimensões tendo a consciência ampliada, favorecendo a pessoa a atingir os valores mais altos. A apropriação da consciência comunica e facilita não só o conhecimento próprio, mas também auto constituição como sujeito, com aspectos tão próprios que o leva ao autoconhecimento daquilo que é.

Toda esta reflexão epistemológica a partir da antropologia culmina na conversão religiosa. Para Rubio, a conversão religiosa é fruto da experiência de estar enamorado de Deus sem restrições e sem reservas (RUBIO, 2007, p. 105). Esse amor de Deus derramado nos corações dos seres humanos quer dar um novo olhar sobre a realidade, olhar da fé, capaz de enxergar o ser humano de uma forma mais integral possível. Danon diz que o encontra-se e confrontar-se consigo mesmo, no empenho de seu crescimento pessoal resulta no ser o que a pessoa realmente é, e isso a coloca num nível alto de ser humano integrado (DANON, 2003, p. 126).

Obviamente que para que isso aconteça de uma forma mais sublime e plena é necessário a conversão do ser humano, que propõe a pessoa a seguir a dinâmica da consciência a luz de revisar e experimentar a postura vital metafísica, a partir da experiência de fé. Rubio diz que tal experiência que é capaz de harmonizar o ser humano e possibilitar a sua visão integral, gerando o ser humano e a vida integral (RUBIO, 2007, p. 111).

Portanto, o ser humano integrado em uma vida integrada perpassa por diversos elementos e contextos, desde a visão epistemológica da subjetividade, e sua relação consigo mesmo, a partir da divindade, percebendo suas potencialidades e fragilidades, curando

os traumas num processo de ressignificação a partir dos valores, como analisamos no tema anterior. Por outro lado, é perceptível que o ser humano está imerso numa massificação social através dos grupos, da cultura, dos costumes, dos meios de comunicação, entre outros, e, todas essas realidades permanecem interferindo e influenciando nas suas essencialidades como ser humano, questionando constantemente a sua autonomia de decisão. É preciso analisar todo o contexto em que se percebe a densidade pela qual se busca uma vida integrada a partir do ambiente geográfico que ele se encontra.

4.6 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O SAGRADO

Neste capítulo estamos percorrendo um caminho teórico a partir da teologia da espiritualidade no intuito de descobrir e propor via de ressignificação para vítimas da violência familiar, para dar sentido novamente à vida daqueles que por um motivo ou outro foram traumatizados por esses fatos. Para tratar desse tema significativamente polêmico, vamos aprofundar o conhecimento sobre a dignidade da pessoa humana, tendo por base a dimensão sagrada, a partir da reflexão teológica e espiritual.

De acordo com as conceituações das ciências, estes temas carregam expectativas e polêmicas, pois as abordagens tem a base principiante de discussão e análise, visões subjetivas em busca de convergências externas. Na reflexão que vamos discorrer tomaremos como fator gerador a ciência teológica, no intuito de compreender o que é o ser humano e em que consiste sua dignidade de pessoa. Este é o início de análise e reflexão, procurando acolher e dialogar com outros pontos de partidas e reflexões.

Diante destes pressupostos, Mário Marcelo Coelho diz que o conceito de identidade da pessoa humana elaborada a partir de contribuições genéticas, mas também econômicas, sociológicas, filosóficas, teológicos, é frágil e perigosa quando o conceito tem visão reducionista, sendo fundamentada apenas em uma ou em rasas teorias, sem considerar que a pessoa e a dignidade humana sejam marcadas a partir de diferentes dimensões (COELHO, 2015, p. 81).

Quando tratamos deste assunto no primeiro capítulo, percebemos que autores divergem nos conceitos, como Peter Singer, que tem o conceito de pessoa bastante distante de outros autores, pois apresenta uma visão de ética utilitarista e contrapõe a visão antropocêntrica, na qual afirma que um ser humano, não é por definição, uma pessoa, isto é, existem seres humanos que não podem ser considerados pessoas e existem pessoas que não pertencem à espécie humana. No entanto, autores que tem base teológica conseguem produzir conceitos convergentes sobre

a pessoa, o ser humano e a dignidade humana. A estes vamos trazer presente nesta pesquisa, considerando todos os atores, no entanto, dando foco primordial para as bases da ética cristã uma visão humanista para conceituar a pessoa humana.

O conceito de dignidade humana é sempre um desafio quando se procura conceituar de modo universal, no entanto, para Kant esse é o caminho mais seguro e racional para atribuir valores e ser considerado como definição do ser humano. Kant traz essa afirmação com base de que o ser humano se distingue e sobressai de entre os outros seres vivos, como espécie e como indivíduo dentro dela, não tem preço e sim dignidade, nesse sentido, se identifica a dignidade e a liberdade, originando a pessoa e a partir disso confere ser o indivíduo humano, com um fim em si mesmo e nunca como um valor relativo (Emmanuel Kant 1724-1804, apud COELHO, 2015, p. 83).

Com base nas definições kantianas é possível defender que a dignidade é um valor intrínseco ao ser humano e de tal forma identifica a pessoa com seus atributos próprios, mesmo num contexto de coletividade, e nesse sentido não é possível dizer que uma pessoa tem mais dignidade que outra ou dar um preço para a dignidade. Se ela é intrínseca ao ser humano então a dignidade deve ser dada sem considerar o formato de meritocracia.

Além do conceito de dignidade da pessoa humana, é preciso ter em evidência o conceito de pessoa, em vista de que, no primeiro capítulo apresentamos a concepção de pessoa a partir de Peter Singer, e ficou perceptível que não é a mesma definição de outros estudiosos e pesquisadores. Trazer este tema é importante para evidenciar conceitos históricos como cita Coelho, afirmando que até pouco tempo admitia-se que era pessoa cada ser humano e somente o ser humano, tendo em vista que os dois termos eram coextensivos, isto é, onde havia um ser humano ali havia uma pessoa e somente a um ser humano pode ser dito uma pessoa (COELHO, 2015, p. 101).

Coelho disse que, atualmente, esta concepção não é unívoca, ou seja, para autores que afirmam que existem seres humanos que não são pessoas e que existem não humanos, isto é, seres não pertencentes a esta particularidade da espécie animal que se chama humana e que são pessoas. Um exemplo disso são os robôs, que comportam as características e atributos humanos como o desenvolvimento da inteligência e habilidades programadas, no entanto não são pessoas (COELHO, 2015, p. 101).

Muitos teólogos moralistas e estudiosos sobre a ética cristã assume a posição de que o ser humano se forma a partir da concepção, obtendo desde então um patrimônio genético, diferente do seu pai e de sua mãe, contendo capacidades intrínsecas de realizar tal desenvolvimento

contendo todas as características corporais. Coelho diz que com a fecundação inicia-se uma série de acontecimentos articulados levando a transformações e evoluções no processo de coordenação, continuidade e graduação, tendo o mesmo patrimônio genético individualizado desde a concepção até o seu nascimento (COELHO, 2015, p. 102).

Baseando-se na conceituação de São Tomás de Aquino (1225-1274) sobre a pessoa, Coelho diz que uma pessoa subsiste na ordem do espírito, isto é, quando se refere ao ser humano, indica indivíduo de na natureza excelente e de dentro de seu ser brota a dignidade, como algo que é intrínseco a sua natureza. Para Tomás de Aquino o que determina a natureza da pessoa humana é subsistir, raciocinar e ser individual, ou ainda, a natureza humana é definida como um composto substancial de matéria-prima e de forma substancial espiritual (COELHO, 2015, p. 103).

A doutrina acerca da pessoa foi decisiva na história da teologia moral e na concepção de pessoa humana. Visto que o magistério católico afirmou e continua a afirmar que a pessoa é uma substância individual, de natureza racional e compreendida com a categoria bíblico-teológica de imagem de Deus. Além das categorias tomistas, a doutrina católica adicionou mais dois elementos importantes na definição de pessoa, isto é, um ser capaz de entender e de amar, segundo sua natureza individual (CIC, 603ss).

Já citado no item anterior, a partir de Coelho, que neste processo de identificação da dignidade da pessoa, é preciso entender que o objeto de respeito não é a pessoa em particular, mas a humanidade representada na pessoa, ampliando a humanidade toda a dignidade (COELHO, 2015, p. 104). Portanto, a dignidade de pessoa humana não está atrelada a meritocracia imposta por uma sociedade, cultura ou historicidade, mas essa dignidade está intrínseca em cada ser humano a partir de sua concepção, de modo particular, com efeito coletivo, depois aí se identifica a relação com o sagrado.

Coelho afirma, categoricamente, que a dignidade é intrínseca ao ser humano, e por isso todos os seres humanos gozam dessa condição (COELHO, 2015, p. 105). Essa tese contrapõe, Peter Singer (como trabalhamos no capítulo primeiro, através do tema: família: pessoas em relação), pois entende-se que o ser humano goza da qualidade de digno, nobreza e respeitabilidade por sua natureza e não por aquilo que produz, de uma forma utilitarista com conceitos e parâmetros meritocráticos.

Nesse sentido, é possível compreender o ser humano a partir do sagrado, pois para Deus o ser humano é a pessoa em si, que comporta todos os elementos subjetivos e concernentes na constituição e identificação como ser humano. A origem desses elementos constituintes é

derivada da força divina, ao qual ele se remete durante sua vida, e os identifica como filhos de Deus “Façamos o homem a nossa imagem e semelhança” (Gn 1,26). A dignidade do homem é atributo conferido pelo próprio Deus que o cria a sua imagem e semelhança, conferindo-lhe igualdade, liberdade, inteligência capacidade de crescer, multiplicar-se determinar a natureza e os animais da terra (CIC, 27).

Nesta relação do ser humano com o sagrado, São Tomás de Aquino (1225-1274) diz que a dignidade do ser humano não pode ser deduzida só da razão, pois ela está em conformidade com os conteúdos da fé, sendo ele o único ser corpóreo que recebe o nome de pessoa, que próprio dos indivíduos de natureza espiritual o que possui algo de espiritual em sua substância, nesse sentido enquanto pessoa, o homem tem uma dignidade absoluta, sagrada e inviolável (COELHO, 2015, p. 107). Desta mesma forma afirma a carta encíclica *Veritatis Splendor* dizendo que, o testemunho extraordinário da Igreja, que é perita em humanidade, põe-se a serviço de cada ser humano do mundo inteiro defendendo sua dignidade, revelado nos evangelhos (VS, 27).

O teólogo Marciano Vidal apresenta que a fé cristã, rica de sabedoria acerca do humano, acredita que a dignidade da pessoa única e insubstituível encontra explicação razoável para a fé católica, como significado para o infinito, remetendo a Deus. Nesse sentido, para a moral cristã católica todo ser humano deve receber igual dignidade, independente do que ele apresenta como realidade no momento, estes valores são indispensáveis à herança cristã (VIDAL, 2007, p. 35ss).

O Papa São João Paulo II procurou descrever, caracterizar e fundamentar a força dos elementos fé e Razão (*Fides et Ratio*), que constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Ele afirma ainda que foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de o conhecer a Ele, para que, conhecendo-O e amando-O, posso chegar também à verdade plena sobre si próprio” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 10).

A Constituição pastoral *Gaudium et Spes* afirma que a vida que Deus doa ao ser humano é original, diversa e superior àquela das outras criaturas, o ser humano, única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma (GS, 24). O documento cita o texto bíblico que diz: “Deus criou o ser humano a sua imagem, criou a imagem de Deus; e Deus criou homem e mulher. Abençoando-os, Deus disse: crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra” (Gn 1,27-28). O desejo de Deus explicitado no texto bíblico evidencia a continuidade de sua criação a partir do homem criado a sua imagem e semelhança.

A constituição pastoral *Gaudium et Spes* aborda sobre o mistério do ser humano em sua dignidade, a partir de uma antropologia cristã como resposta adequada a ação no mundo contemporâneo. Essa antropologia tem o intuito de salvar a pessoa e de restaurar a sociedade humana, considerando o homem em sua unidade e integridade, ou seja, “*corpore et anima unus*”, que na transliteração refere-se ao corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade. O documento leva a compreensão de que o ser humano existe a partir do mistério trinitário, que ilumina a consciência do homem, em favor da dignidade e defesa da vida integral da pessoa (GS, 51).

Diante dos diversos conceitos e definições sobre esses temas polêmicos, antropologia cristã traz presente afirmações contundentes de que o ser humano é criatura capaz de conhecer e amar a Deus, ou seja o homem e a mulher pela força da própria natureza são abertos ao infinito, a Deus mesmo. O ser humano é completamente compreendido dentro desta finalização transcendente, na perspectiva de que ele reconhece que é parte do universo material, mas que o específico humano é o transcendente.

Todos os conceitos dos autores e toda ciência tem um contributo muito importante como instrumento do agir humano no mundo, porque permite compreender o valor e o significado de cada coisa. O agir humano no mundo tem sentido somente enquanto tem como origem e como fim a pessoa humana e o crescimento integral, que se realiza sobretudo, no contexto de respeito, pois o homem vale mais por aquilo que é do que por aquilo que tem. A Doutrina da Fé registra na *Donum Vitae* (introdução) sobre o caráter positivo das ciências e das pesquisas, que contribuem significativamente para identificar o senhorio do homem sobre a criação, sendo assim, identifica-se o valor inestimável do Dom da vida, querida por Deus.

Após avançar neste capítulo as diversas fontes de análises sobre a teologia e a espiritualidade como via de ressignificação da vida das vítimas da violência familiar, percebe-se que os impactos causados pela violência familiar se originam em múltiplas realidades. Da mesma forma que a ressignificação também transcorrem a partir de múltiplas vias, que nem sempre tem efetividade suficiente. A igreja católica apostólica romana tem se debruçado sobre esse tema durante toda sua longa existência, no intuito de evitar ou diminuir o sofrimento de pessoas vítimas da violência familiar, oferecendo instrumentos e caminhos para que se alcance os objetivos. É visível que a pessoa integrada em suas múltiplas dimensões da constituição humana possui maior probabilidade de uma vida com sentido, e isto é, que possa gerar uma vida saudável, dentro de relações saudáveis.

A virtude do cuidado e do bom relacionamento na edificação da vida de uma pessoa

deve ser um trabalho permanente nas experiências e na vida pastoral da Igreja, pois não há um manual orientativo elaborado e cristalizado como caminho eficaz e infalível. Esta experiência de vivência que resulta no bem estar e na estruturação integral do ser humano, não depende apenas de um ou de outro, mas da ação e boa vontade de todos os envolvidos na instituição familiar e na constituição da pessoa humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação a transversalidade de leituras e análises possibilitaram a percepção de aspectos que caracterizam a violência como elementos imanescentes a própria natureza, especialmente a pessoa humana. Num segundo nível de análise foi perceptível a existência da violência moral oriunda de ações programáticas deferidas pelas pessoas em suas realidades e suas relações. Neste segundo nível é que discorre a pesquisa sobre a referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar, em vista que a violência familiar existe a partir da relação consentida entre pessoas em graus de parentalidade.

As pessoas passam a elaborar e construir narrativas a partir dos diversos cenários e experiências vividas ou ainda com materialidade genuína e singular da subjetividade, expondo e participando do processo relacional. No capítulo segundo sobre a referencialidade de parentalidade a partir da psicologia, evidenciou-se a importância do cuidado e proteção no processo de desenvolvimento da criança gerando conexões e inteireza saudável para que ela possa dispor-se para a construção de relações saudáveis.

O ser humano nasce para dar certo, apesar de suas constantes e diferentes fragilidades, pois tem centelha divina e o divino compõe-se de aspectos sumamente bons. Há ambientes específicos para que isso se torne realidade, e é na família e no espaço de referencialidade de parentalidade saudável o lugar mais propício para que o ser humano se desenvolva de forma mais integral, a partir da experiência do amor, cuidado, reverência, alteridade e processos saudáveis de relações.

A Parentalidade pode ocorrer de três modos: reprodução natural; reprodução assistida; e, por adoção; nestes três modos a família é o berço da vida e o lugar mais propício para sentir-se amado. O ser humano integral origina-se no ato de amar e ser amado. O resto de sua vida está relacionado a estes dois fatos originários. Aquele que experimentou amar e ser amado tem maior probabilidade de enfrentar as diversas realidades na vida, de uma forma mais suave e gerar suavidade, sintonia e harmonia em suas relações. É necessário promover uma parentalidade responsável, com conhecimento e planejamento amplos favorecendo espaços de desenvolvimento humano integral saudável.

A ciência teológica tem um alcance para além das demais ciências que é a dimensão metafísica da pessoa humana, pois a vê como ente contingente e ente transcendente. O ser humano vislumbra a transcendência, pois não possui seu próprio ser, mas o recebe do Absoluto que é o fundamento último do ser contingente, de tal modo que o contingente só é enquanto

participa do Absoluto. Na relação transcendental do ser humano, percebe-se que a constituição psíquica da pessoa na visão teológica esbarra também, na dimensão metafísica, mesmo sem ter isso sob controle da razão.

Diante deste axioma metafísico fundamental é que se desenvolveu o terceiro capítulo da dissertação vislumbrando vias e dando diretivas propositivas de geração de sentido e ressignificação da vida das vítimas da violência familiar, a partir de fundamentações da teologia e dos aspectos concernentes a prática espiritual. Este cuidado espiritual não se encontra rabiscado em manuais como fonte de aprendizado, mas ele é adquirido e fortalecido pelas buscas constantes que se efetivam em práticas espirituais tornando narrativas de experiências em meio aos dramas da vida.

Em meio as investigações, reflexões e análises transdisciplinares sobre a referencialidade de parentalidade como cuidado frente a violência familiar, aparece com evidência os estudos fundamentados e experimentados da Igreja Católica no âmbito do cuidado da pessoa humana em todas as vicissitudes que a vida humana apresenta. Percebe-se que o trabalho pastoral do cuidado deve ser primeiramente uma tarefa do pensamento que leve a refletir sobre o modo de agir dos pais, no seio da família, conduzindo-os no âmbito moral como meio de moldar o ser e permitir a viver sob a virtude, educando o caráter para vigiar sobre a violência familiar para pensar e buscar sempre o bem.

O estabelecimento das bases para a adequação ética pressupõe como princípio o respeito às pessoas. Esse pressuposto é instaurado na perspectiva da autonomia, que incorpora, pelo menos, duas convicções éticas: a primeira é que os indivíduos devem ser tratados como agentes autônomos e a segunda, que as pessoas com autonomia diminuída devem ser protegidas. No processo de pesquisa e elaboração da dissertação estas exigências morais ficaram perceptíveis: a exigência do reconhecimento da autonomia e a exigência de proteger aqueles com autonomia reduzida.

Uma pessoa autônoma é capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e de agir na direção desta deliberação. Respeitar a autonomia é valorizar a consideração sobre as opiniões e escolhas, evitando, da mesma forma, a obstrução de suas ações, a menos que elas sejam claramente prejudiciais para outras pessoas. Nem todas as pessoas tem a capacidade de se autodeterminar. Esta capacidade amadurece durante a vida, algumas pessoas perdem esta capacidade total ou parcialmente e nesse sentido, a referencialidade e parentalidade saudável pode desempenhar um papel preponderante para reestabelecer a harmonia e os princípios éticos.

As pessoas passam a elaborar e construir narrativas a partir dos diversos cenários e

experiências vividas ou ainda com materialidade genuína e singular da subjetividade, expondo e participando do processo relacional. A referencialidade de parentalidade oferece a importância do cuidado e proteção no processo de desenvolvimento da criança gerando conexões e inteireza saudável para que ela possa dispor-se para a construção de relações saudáveis.

O ser humano nasce para dar certo, apesar de suas constantes e diferentes fragilidades. Há ambientes específicos para que isso se torne realidade, e é na família e no espaço de referencialidade de parentalidade saudável o lugar mais propício para que o ser humano se desenvolva de forma mais integral, a partir da experiência do amor, cuidado, reverência, alteridade e processos saudáveis de relações. A base originária do ser humano ainda é incógnita para as ciências. Matéria de pesquisa. Enquanto isso, para a teologia, há uma percepção inevitável do toque e do sopro de Deus no ser humano.

Não obstante, há vias propositivas de geração de sentido e ressignificação da vida das vítimas da violência familiar a partir do axioma metafísico enquanto ente imanente (contingente) e ente transcendente, a partir de fundamentações da teologia e dos aspectos concernentes a prática espiritual tornando narrativas de experiências em meio aos dramas da vida. Para a teologia não é impossível pensar dicotomicamente, pois o ser só é enquanto vislumbra a transcendência, pois não possui seu próprio ser, mas o recebe. Pois o Absoluto é o fundamento último do ser contingente, de tal modo que o contingente só é enquanto participa do Absoluto que enquanto absoluto é radicalmente distinto do mundo, portanto, transcendente.

Uma outra tese conclusiva é que o estabelecimento das bases para a adequação ética como princípio o respeito às pessoas, instaurado na perspectiva da autonomia que capacita a deliberação sobre seus objetivos pessoais e de agir na direção desta deliberação. Salvaguardando as pessoas de autonomia reduzida pelo menos em algum aspecto, controlada por outros ou é incapaz de deliberar ou agir com base em seus desejos e planos. Uma pessoa autônoma age livremente de acordo com um plano próprio, de forma análoga que um governo independente administra seu território e estabelece suas políticas.

A dissertação não teve a pretensão de abarcar tudo e nem de encerrar as análises. Há um vasto caminho a percorrer enquanto pesquisas analíticas, fundamentações transversais e transdisciplinares que possam elucidar processos desencadeados desde os planejamentos subjetivos, relacionais perpassando pelos fatos reais e sua contextualidade, chegando a vias de iluminação e proposições. Os estudos referentes a elaboração desta dissertação fizeram perceber que um dos maiores investimentos que uma sociedade pode fazer com uma criança nos primeiros anos de vida é reduzir a violência e investir na natureza biossocial.

Assegurar a existência da família enquanto base fundamental da sociedade é responsabilidade de todos, tanto como pessoas, como em órgãos a serviço das pessoas. Muitas iniciativas já existem, mas não há uma mais emergencial que defender a instituição familiar como uma base segura para um futuro melhor da sociedade. Dito de outra forma: a família é a esperança para uma sociedade melhor. Não é a família que precisa da pessoa, mas a pessoa que precisa da família, em vista de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Aurélio (Santo Agostinho). **Confissões**. Tradução J. Oliveira Santos, S. J. e A, Ambrósio de Pina, S. J. São Paulo: Editora Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 2004.

AGUILAR, Luciana Fonseca de. **Planejamento familiar na Igreja Católica, entre o discurso e a prática**. Tese apresentada na Universidade de Brasília - Instituto de Ciências Sociais - Centro de Estudo e Pós-Graduação em Américas - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas. Brasília: 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/628796>. Acessado em 27 de outubro de 2022.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. v. I, parte II. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

BARANCELLI, Lyégie Lys Rodrigues; ROSANELI, Caroline Filla. Crianças institucionalizadas e a importância desenvolver-se em família. *In*: SANCHES, Mário Antônio; *et al* (Organizadores) **Violência Familiar: Múltiplas faces e muitas marcas**. Curitiba: CRV, 2017. Cap. 10, p. 150-162.

BEAUCHAMP Tom L.; CHILDRESS James. *Principles of Bioemdicall Ethics*. 4ª ed., New York: Oxford, 1994. [tradução e publicação] **Princípios de ética biomédica**. 4ª ed., São Paulo: Loyola, 2002.

BENEDITO DOS SANTOS, Jésus. **Pérolas nas mãos de Deus**: Pastoral Presbiteral. Aparecida: Editora Santuário, 2016.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002, 8ª impressão, 2012.

BORGES DA SILVA, Maria Amarilda Ribeiro; SANCHES, Mário Antônio. Ensaio sobre a permanência de mulheres em relacionamentos com homens violentos. *In*: SANCHES, Mário Antônio; *et al* (Organizadores) **Violência Familiar: Múltiplas faces e muitas marcas**. Curitiba: CRV, 2017. Cap. 5, p. 75-94.

BRASIL. **Código civil**. 46ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO 1988. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRONFENBRENNER, Urie. **La ecologia del desarrollo humano**. Barcelona: Paidós, 1996.

BYDLOWSKI, Mendel. O olhar interior da mulher grávida: Transparência psíquica e representação do objeto interno. In: Corrêa Filho, L., Corrêa Girade, M. H. & França, P. (Orgs.). **Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos**: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê. Brasília: L.G.E. Editora. 2002.

CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat. **Afetividade como fundamento na parentalidade responsável**. Instituto brasileiro de Direito e Família (IBDFAM). Artigo publicado em 16 de novembro de 2009. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/566/TIVIDADE+COMO+FUNDAMENTO+NA+PARENTALIDADE+RESPONS%C3%81VEL>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

CARDOSO, Rebeca Gualda Michelato; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila. A Negação da parentalidade: A violência do não acolhimento dos filhos. In: SANCHES, Mário Antônio; *et al* (Organizadores) **Violência Familiar**: Múltiplas faces e muitas marcas. Curitiba: CRV, 2017. Cap. 6, p. 95-108.

CARVALHO, José Mauricio. **Problemas e teorias da ética contemporânea**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

Catecismo da Igreja Católica, São Paulo: Loyola, 9ª ed. 1997.

CAVALCANTI, Thiago Medeiros. *et al*. **Hierarquia das Necessidades de Maslow**: Validação de um Instrumento. Psicologia: Ciência e Profissão 2019 v. 39, e183408, 1-13. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/X4Cm9CPhzCCSxzGfZ9TBVzh/>. Acessado em 13 de dezembro de 2022.

CELAM. **Documento de Aparecida** (Dap). São Paulo: CNBB / Paulinas / Paulus, 2007.

COELHO, Fabiano. **conceitos “cultura” e “representação”**: contribuições para os estudos históricos. *Fronteiras: Revista de História*. Dourados, MS: v. 16. n. 28. p. 87 – 99. 2014.

COELHO, Mário Macelo. **Ética Cristã e pós-humanismo**. Aparecida: Santuário, 2015.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo** *Gaudium et Spes*. Petrópolis: Vozes, 1966.

_____. **Decreto** *Apostolicam Actuositatem*. Petrópolis: Vozes, 1966.

CONGRAGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução** *Donum Vitae*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Código de Direito Canônico. 10ª ed., São Paulo: Loyola, 1997.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Diretório Nacional de Catequese**. Brasília: edições CNBB, 2006.

_____. **Diretório da Pastoral Familiar** (DPF): São Paulo: CNBB/ Paulinas, 7ª ed. 2011.

DANON, Marcella. **Counseling**: uma nova profissão de ajuda. Tradução de Adalto Luiz Chitolina. Curitiba: Sociedade educacional e Editora IATES, 2003.

DOCUMENTA. **Congregação da Doutrina da Fé**: Documentos publicados desde o Concílio Vaticano II até 2016. Brasília: Ed. CNBB, 2017.

DULBECCO, Renato. **Os genes e o nosso futuro**: O desafio do projeto genoma. São Paulo: Best Seller, 1997.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica pós-sinodal** *Amoris Laetitia* Sobre o amor na

família. São Paulo: Paulinas, 2016.

GALLO, Douglas; BESSA, Eliane. **Qualidade de Vida Urbana como Política Pública:** o movimento cidades saudáveis. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 4, n. 27, 2016, p. 14- 23, 2016. Disponível em: <https://rgt.ifsp.edu.br/portal/arquivos/2017/01/>. Acesso em: 15 maio de 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GOLDIM, José Ribeiro. **Princípio do respeito à pessoa ou da autonomia.** 14 de março de 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/autonomi.html>. Acessado em 09 de julho de 2022.

GOLSE, Bernard. Depressão do bebê, depressão da mãe, conceito de psiquiatria perinatal. *In:* Corrêa Filho, L., Corrêa Girade, M. H. & França, (Orgs.). **Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos:** saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê. Brasília: L.G.E. Editora, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito de família.** 14ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de direito civil.** 3ª ed., Barueri: Manole, 2020.

HAERING, Bernhard. **Livres e fiéis em Cristo:** Teologia moral para sacerdotes e leigos. Vol. III Vós sois a luz do mundo (Mt 5,14). Trad. Isabel Fontes Leal Ferreira; revisão: Luiz Antônio Miranda. São Paulo: Paulinas, 1984.

HELLINGER, Bert. **Ordens do amor:** um guia para o trabalho com constelações familiares. Tradução: Newton de Araújo Queiroz: São Paulo: Cultrix, 2007.

HOUZEL, Didier. **As implicações da parentalidade.** *In: Solis-Ponton, L. (Org.).* Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: 2004. Casa do Psicólogo.

JOÃO PAULO II, Papa. **Exortação Apostólica *Familiaris Consortio***: A missão da família cristã no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 1981.

_____. **Carta Encíclica *Veritatis Splendor***. São Paulo: Paulinas, 1993.

_____. **Carta as Famílias**. São Paulo: Paulinas, 1994.

_____. **Carta Encíclica *Evangelium Vitae***. São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. **Carta Encíclica *Fides et Ratio***, São Paulo: Paulinas, 1989.

JONAS, Hans. **Técnica, medicina e ética**: sobre a prática do princípio responsabilidade. São Paulo: Paulus, 2013, p. 251-275.

LEVINAS, Emmanuel. **De outro modo que ser ou para lá da essência**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. tradução de Mariano Ferreira. 6ª ed., Petrópolis: vozes, 2011.

_____. ***Les structures élémentaires de la parenté***. Paris/Haye: Mouton et Co., [1949] 1967.

LOPES GONÇALVES, Paulo Sérgio. A Teologia na Cultura pós-moderna. In: SOUZA, Ney de (org). **Teologia em diálogo**: os desafios da reflexão teológica na atualidade. Aparecida: Santuário, 2010.

LOPES, Leandro de Souza. **Sensação de segurança e seu impacto na qualidade de vida dos brasileiros**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 02, Vol. 06, pp. 05-16, fevereiro de 2022.

MARTINS, Edna e SZYMANSKI, Heloisa. **Estudos e pesquisas em psicologia**. UERJ, RJ, ANO 4 N. 1, 1º SEMESTRE 2004.

MARQUES, Juracy C. Coleção: **Livro da família**. Ano de 2019: fraternidade e felicidade passam por ela. São Leopoldo: Padre Reus livraria e editora, 2019.

MONDIM, Battista. **O Homem quem é ele?** 10ª ed., São Paulo: Paulus, 1980.

MUSZKAT, Malvina & MUSZKAT, Suzana. **Série o que fazer? Violência familiar**. São Paulo: Blucher, 2016.

NEVES, Shanny Mara; SANCHES, Mário Antônio. AS relações entre violência familiar e violência social. In: SANCHES, Mário Antônio; *et al* (Organizadores). **Violência Familiar: Múltiplas faces e muitas marcas**. Curitiba: CRV, 2017. Cap. 1, p. 14-24.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Filosofia Transcendental e Religião**. São Paulo: Loyola, 1984.

PAULO VI, Papa. **Humanae Vitae**: sobre a regulação da natalidade. 12ª ed. Ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

PELUSO, Cezar (organizador). **Código Civil Comentado**: Doutrina e jurisprudência. 14ª ed., Barueri: Manole, 2020.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: Imitação, jogo e sonho imagem e representação. 3º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1964.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.

QUINTAS, Fátima. **Família, mulher e gênero**. São Paulo: Letras, 2005.

RAINE, Adrian. **A anatomia da violência**: as raízes biológicas da criminalidade. Trad. Maiza Ritomy Ite. Porto Alegre: Artemed, 2015.

RADCLIFFE-BROWN, Alfredo Reginald. & FORDE, Daryll. (org.). **Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

RIBEIRO Jr., Nilo. **Humanismo do outro homem**: a ética como ótica e a sabedoria do amor em Levinas. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/simposio2019/arquivos/seminarios/Nilo%20Ribeiro%20Junio.pdf>. Acessado em 09 de julho de 2022.

RODRIGUES, Luciana Santos e CHALHUB, Anderson Almeida. **Contextos familiares violentos**: da vivência de filho à experiência de pai. Pensando fam. [online]. 2014, vol.18, n.2 [citado 2022-11-02], pp. 77-92. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1679-494X. Acessado em 02 de novembro de 2022.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RUBIO, Afonso García e Organizadores. **O Humano integrado**: abordagens de antropologia teológica. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Antropologia teológica – Salvação cristã**: Salvos do quê e para quê? Petrópolis: Vozes, 2019.

SANCHES, Mário Antônio. Bioética: **Ciência e transcendência**. São Paulo: Loyola. 2004.

_____; *et al.* **Bioética e planejamento familiar**: Perspectivas e escolhas. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____; *et al.* **Bioética e violência familiar**: Perspectivas e escolhas. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____; *et al.* **Influência católica no planejamento familiar**: estudo sobre parentalidade responsável. REVER • v. 18 • n. 2 • mai/ago 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/38982>. Acessado em 27 de outubro de 2022.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. Trad.: Angela das Neves. Rio de Janeiro: Ciranda Cultural Editora e distribuidora Ltda, 2009.

SANTOS, Armindo dos. **Herança**: estrutura agrária e sistemas de parentesco numa aldeia da beira baixa. *Etnografica press*. Lisboa, 1992. Postado em 21 de julho de 2020 no *Publication sur OpenEdition Books*. V capítulo, p. 133-157.

SARTI, Cynthia Andersen. **Contribuições da antropologia para o estudo da família**. Psicologia, USP/ São Paulo. V. 3, n. 1/2, p. 69 – 76, 1992. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100007 – Acesso em: 24 de maio de 2022.

SIEGEL, J. Danilel & BRYSON, Tina Payne. **O cérebro da Criança**: estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho e ajudar sua família prosperar. São Paulo: Nversos. 2015.

SILVA, João Rodrigo Oliveira e; ALBERTINI, Paulo. **Notas Sobre a Noção de Caráter em Reich**. Disponível em: Psicologia ciência e profissão, 2005, 25 (2), 286-303. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v25n2/v25n2a10.pdf>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

SILVA, Liana Mesquita da. **Parentalidade**: sua evolução no ordenamento jurídico brasileiro. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61190/parentalidade-sua-evolucao-no-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

SINGER, Peter. **Ética aplicada**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

TAVARES DA SILVA, Maria Delfina Farias Dias. *Et al.* **Adversidade familiar e problemas comportamentais entre adolescentes infratores e não-infratores**. Psicologia em Estudo, Maringá: v. 13, n. 4, p. 791-798, out./dez. 2008.

VAN DER KOLK, Bessel. **O corpo guarda as marcas**. Tradução de Donaldson M. Garschagem.

Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

VIDAL, Marciano. **Moral cristã**: Em tempos de relativismos e fundamentalismos. Aparecida: Santuário, 2007.

VOGLER, V. P. **Nova Antropologia**. 1ª ed., São Paulo: EDUSP, 1977. P. 159 até 175.

WOORTMANN, Klaas. **LÉVI-STRAUSS E A família indesejada**. Universidade de Brasília (UnB). Universidade católica de Goiás (UCG). Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6874/7326>. Acessado em 21 de agosto de 2022.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. **Tornar-se pai, tornar-se mãe**: o processo de construção da parentalidade. Revista tempo psicanal. vol. 42 no. 2, Rio de Janeiro: junho de 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010. Acessado em 25 de setembro de 2022.

_____. **Abandonarás teu pai e tua mãe**: o processo de construção da parentalidade. Tempo psicanalítico - Rio de Janeiro: v.42.2, p. 453-470, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382010000200010&script=sci_abstract. Acesso em: 21 de agosto de 2022.